



IBERSOL - SGPS, SA

Sociedade Aberta

Sede: Edifício Península, Praça do Bom Sucesso, n.º 105 a 159 - 9.º andar, 4150 - 146 Porto

Capital Social : 20.000.000 €

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 501669477

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2013

(Proposta ponto 2 da Assembleia Geral)

- RELATÓRIO DE GESTÃO
- RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE
- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS

RELATÓRIO GESTÃO

1. Texto de abertura
2. Principais indicadores
3. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração
4. O ano de 2013
 - 4.1. Principais acontecimentos
 - 4.2. Enquadramento económico
5. O Grupo Ibersol
 - 5.1. Estrutura de participações
 - 5.2. Perfil estratégico do Grupo
 - 5.3. Órgãos Sociais
6. A actividade do exercício
 - 6.1. Restaurantes
 - 6.2. Counters
 - 6.3. Outros
7. Análise financeira consolidada
8. Riscos e incertezas
9. Acções próprias
10. Actividade do Membro Não Executivo do Conselho de Administração
11. Perspectivas
12. Distribuição de Resultados
13. Factos Subsequentes e Declaração de Responsabilidade
14. Agradecimentos

1. Texto de Abertura

2013 foi o terceiro ano de ajustamentos resultantes da implementação das medidas constantes do acordo celebrado com a Troika, que determinaram uma redução do PIB e uma continuada diminuição da procura interna.

Porém, a partir do termo do primeiro semestre ocorreram os primeiros sinais de inversão: a economia começou a crescer e a procura interna a evoluir positivamente, tendo registado no último trimestre um crescimento homólogo de 1,6% que superou o de qualquer outro membro da Zona Euro, incluindo a Alemanha.

Consequentemente, verificou-se uma ligeira redução da taxa de desemprego parecendo que os níveis de emprego começaram a recuperar.

Por outro lado, Portugal atraiu mais turistas estrangeiros - uma tendência que ganhou, segundo alguns analistas - maior tração durante os três anos do programa de ajustamento financeiro, o que contribuiu também para a retoma do consumo.

Para o Grupo Ibersol, estes sinais positivos são particularmente importantes, pois têm efeito prático na procura interna, não tanto pela sua materialização significativa em resultados em 2013, mas como indicadores para o ano de 2014.

O exercício continuou a ser marcado pelos efeitos das medidas de austeridade com a continuação da contracção da procura, uma efectiva redução do rendimento disponível e um elevado nível de desemprego com implicações directas nos comportamentos de consumo.

Estes factores combinados tiveram como consequência a manutenção de um perfil de retração no consumo.

Pela negativa, contrariamente ao esperado - sendo Portugal um dos países da Europa em que a restauração mais contribui para o emprego e para economia - o Governo entendeu não estarem reunidas as condições para a redução da taxa do IVA aplicável ao sector para níveis mais competitivos, apesar das promessas ouvidas. O sector continua a suportar uma taxa extremamente elevada, com implicações muito negativas quer para o sector quer para o país.

Persiste a errada interpretação de que o IVA da restauração é um imposto suportado pelo consumidor. A verdade é que a continuada impossibilidade de o repercutir nos preços determina que a generalidade dos operadores tenha continuado a ver reduzidas as suas margens. Essa redução afecta porém apenas os agentes que se mantêm na legalidade pois os demais compensam-na com a não tributação parcial dos seus proveitos, colocando aqueles numa mais débil posição competitiva, apesar de devermos reconhecer o importante esforço de combate da economia paralela.

Para minorar esta dificuldade, como grande operador de restauração, o Grupo Ibersol procurou aperfeiçoar o seu modelo de gestão, ajustando os custos variáveis e, na medida do possível, alguns dos fixos, tendo, por outro lado, procurado executar um programa de expansão concretizado por aberturas muito selectivas e, por outro, procurado modernizar as unidades para continuar a proporcionar aos Clientes uma experiência mais rica no serviço e na qualidade.

Mantendo-se o processo de tomada de decisão mais complexo e selectivo por parte do consumidor, materializado em hábitos e ritmos de consumo diferentes, procuramos nestas remodelações consolidar as nossas operações por forma a garantir as melhores experiências de consumo, porque se revela fundamental aprofundar a relação com o Cliente e ir de encontro às suas necessidades, em cada momento.

Aplicamos idêntica orientação ao mercado espanhol onde defrontamos desafios similares.

O Grupo continuou a acentuar a postura centrada em três grandes eixos: o reajustamento e modernização do Portfólio, a valorização dos Recursos Humanos e o alargamento dos mercados em que actua, através da internacionalização para os Países de Língua Portuguesa, em especial para o Continente Africano.

Em todos estes eixos evoluímos de forma sustentada para alcançar um novo horizonte de realização empresarial e social, com a apresentação de novos conceitos e novas aberturas em localizações chave e procedendo ao encerramento de unidades não contributivas, tudo assente no esforço das equipas operacionais que corporizam a orientação para o Cliente.

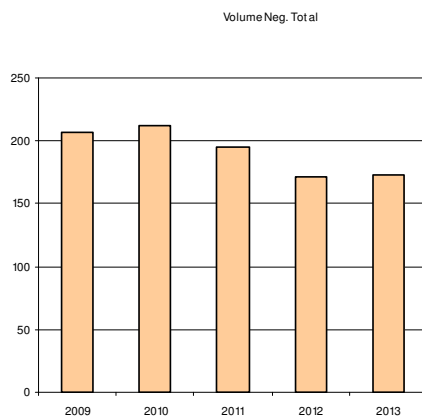
O Grupo Ibersol, como maior multinacional de raiz portuguesa a operar na Restauração Moderna, continua a garantir aos seus *stakeholders* uma robusta visão de futuro:

um Grupo multi-conceito presente em diferentes áreas geográficas, que procura satisfazer as necessidades dos Clientes com uma adequada gestão dos recursos.

2. Principais Indicadores

INDICADORES ECONÓMICOS 2013

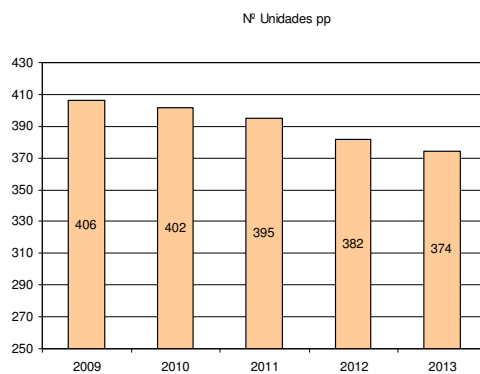
Volume negócios



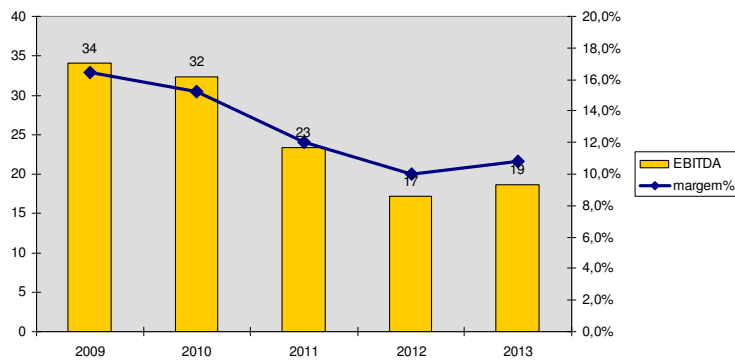
Vendas Restauração

	Milhões de euros	Var 13/12
Vendas Restauração	168,68	0,7%
Vendas Mercadorias	3,16	-1,5%
Prestação Serviços	0,64	-0,1%
Volume Negócios	172,49	0,7%

Nº unidades



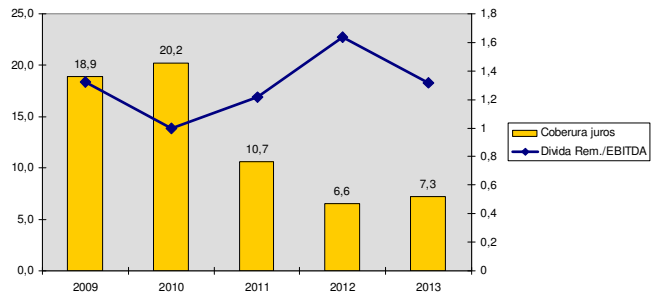
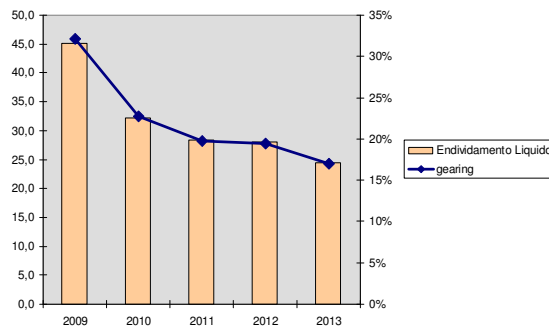
EBITDA



INDICADORES FINANCEIROS 2013

	Activo líquido	Endividamento líquido	Capital próprio
Mn Euros	218	24,5	114,5
Var %	-2,5%	-12,8%	2,3%

Endividamento



3. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Para um grande Grupo como a Ibersol, o ano de 2013 foi mais um exercício de constatação de como a persistência e o foco são importantes para manter o rumo certo.

Sabíamos que seria mais um ano difícil para as famílias e para as empresas, em Portugal e Espanha, quer pelo elevado desemprego como pelo aumento da carga fiscal, num ambiente de incerteza, que no nosso sector de actividade tem consequências directas no perfil de consumo. Os tempos mudaram e com essa mudança alterou-se o processo de tomada de decisão do consumidor, quer pela efectiva redução do seu poder de compra, quer pela crescente alteração dos hábitos e ritmos de consumo, comportamentos que vieram para ficar.

Neste contexto, a nossa persistência e foco nos ajustamentos de custos, quer a nível operacional, quer a nível mais estrutural, foram determinantes para manter o rumo sustentável que caracteriza a nossa gestão que constitui uma garantia para o conjunto dos nossos *stakeholders*.

Este desiderato só foi concretizado porque contamos com o empenho e envolvimento de toda a equipa - que aqui louvamos - interiorizando e compreendendo a importância destes ajustamentos, cruciais para a manutenção da saúde económico-financeira do Grupo.

Portugal está a voltar a acreditar. Há sinais de recuperação e esperança resultantes essencialmente do esforço e sacrifício dos portugueses e da sua força criadora. O desemprego abrandou e o crescimento económico, ainda frágil, parece despontar, dando uma esperança concreta de que os tempos mais duros começam a ficar para trás.

No Grupo Ibersol, soubemos atravessar a tormenta defendendo o trabalho e o emprego com rigor e persistência na acção que nos conduzem todos os dias, em Portugal, Espanha e Angola.

4. O ano de 2013

4.1 Principais acontecimentos

A modernização do Portfólio e os novos conceitos

A modernização do Portfólio e a continuidade na apresentação de novos conceitos são dois movimentos que continuaram a caracterizar o Grupo em 2013.

Como temos uma visão de longo prazo, demos continuidade, em Portugal e em Espanha, à renovação de espaços e de conceitos. Destacamos as modernizações levadas a cabo nas marcas Pasta Caffé – com o desenvolvimento de um novo conceito de restaurante e ementa no Centro Vasco da Gama que visa conferir à marca uma matriz mais acentuada de cozinha italiana de autor, com uma nova ementa exclusiva assinada pelo conceituado Chef Luís Américo, onde se destaca a pizza em forno de pedra, fina e estaladiça. O restaurante passou a ter uma decoração e imagem modernas, pizzaiolo permanente e espaços únicos com ambientes distintos.

Na Burger King cumpre assinalar a modernização de várias unidades, em Portugal e Espanha, com a expansão do conceito Play King Virtual para um conjunto alargado de restaurantes, a implementação do serviço free refill e de menuboard digitais e o lançamento da aplicação móvel. Inauguramos um novo Restaurante em Mem Martins, no Concelho de Sintra, que conta com 120 lugares e serviço Drive Thru e, em Espanha, importa registar a abertura do novo restaurante de Ricoletas, em Valladolid.

Na Pizza Hut, procedemos à remodelação da imagem da unidade de Ponta Delgada, nos Açores e à abertura de uma nova unidade no aeroporto do Funchal. A Pizza Hut Delivery inaugurou uma nova unidade em Lisboa com um novo design que veio substituir Álvares Cabral.

Na Pans as unidades do Algarve Shopping, Fórum Montijo, Parque Atlântico e Fórum Algarve foram também alvo de modernizações, inspiradas nos novos designs da marca.

Em 2013 realçamos também a performance do MiiT, um conceito que responde a uma tendência dos consumidores portugueses que estão cada vez mais atentos e conscientes das vantagens de adoptarem uma alimentação mais cuidada e saudável, apresentando uma proposta de restauração centrada em fortes factores de diferenciação: especialista em carne grelhada muito saborosa, com qualidade e autenticidade.

Da aceitação desta nova proposta resultou a abertura de duas novas unidades uma em Lisboa e outra em Cascais, afirmando-se o MiiT como um novo conceito nacional do Grupo Ibersol.

Um concurso ganho no Aeroporto da Madeira

O Grupo Ibersol inaugurou mais quatro espaços de restauração no aeroporto da Madeira. Os novos espaços, situados no Piso 3 (um no lado Terra aberto ao público e três no lado Ar, em zona restrita):

- Clocks, uma cafetaria com uma gama alargada que inclui saladas frescas, pastas, hambúrgueres, pregos e sumos de fruta;
- Cockpit restaurante bar com serviço à mesa que oferece uma variedade de tapas, mini-bocadillos, pratos quentes e vinho a copo;
- Go To café, uma cafetaria de serviço rápido para quem não tem tempo a perder;
- Pizza Hut, marca âncora internacional de elevada notoriedade, com a sua oferta de pizzas elaboradas ao momento.

O projecto arquitectónico complementado por um design contemporâneo tirou partido das vistas privilegiadas para o mar e para a serra, criando ambientes únicos que convidam os clientes a desfrutar. Os conceitos proporcionam, ainda, um conjunto de serviços alargados: carregamento de computadores e telemóveis, wi-fi gratuito, espaços para utilização de computadores pessoais, videowall com Sport TV e acesso aos principais canais internacionais; espaço lúdico infantil, zonas lounge e esplanadas com zona de fumadores.

É um reforço da posição competitiva do Grupo Ibersol no mercado da Madeira, onde estamos presentes desde o ano 2000.

Com este novo projecto o Grupo Ibersol já ultrapassou os 5,5 milhões de euros de investimento efectuado na Região Autónoma, empregando cerca de 130 trabalhadores.

O mercado de Angola

O Ano de 2013 fica marcado pela consolidação da estratégia de internacionalização do Grupo Ibersol no mercado angolano.

Definimos um período de três anos para avaliar o estado de maturidade do mercado angolano oferecendo aos consumidores a possibilidade de usufruírem dos produtos da KFC.

Durante o ano inauguramos um terceiro restaurante em Luanda, num ambiente citadino. Até ao momento as vendas das unidades têm-se comportado em conformidade com os planos que definimos e o produto oferecido parece ter recolhido uma boa aceitação por parte dos consumidores.

4.2 Enquadramento económico

Situação a nível mundial

Segundo o FMI, no ano de 2013 a economia mundial cresceu cerca de 3%, tendo ficado aquém das expectativas iniciais, que projectavam um crescimento de 3,5%. Com especial ênfase para as economias emergentes ou em desenvolvimento, a performance foi decepcionante, esperando-se que em 2014 possa ser retomada uma dinâmica de crescimento em redor de 3,7%, beneficiando de políticas económicas mais favoráveis ao investimento e ao consumo nas economias desenvolvidas e da estabilização das taxas de crescimento nas economias emergentes, com a China à cabeça.

Em 2013, os Estados Unidos da América cresceram em média 1,9%, num ano que ficou marcado por forte contenção ao nível da política orçamental, incluindo cortes indiscriminados na despesa pública e o encerramento temporário de alguns serviços. Esta situação, que teve grande impacto no primeiro trimestre do ano, foi revertida pelo acordo que pôs fim ao braço de ferro entre Democratas e Republicanos. Com a procura privada e o investimento numa trajectória ascendente, é de prever um retorno a taxas de crescimento do PIB da ordem de 2,5% em 2014, mau grado a progressiva retirada de estímulos monetários à economia por parte da Reserva Federal.

Apesar do retorno a desempenhos positivos a partir do segundo trimestre de 2013, a Zona Euro deverá ter contraído cerca de 0,4%, prevendo-se uma taxa de crescimento positiva de 0,9% para 2014. Com as eleições europeias no horizonte, a debilidade do mercado de trabalho, afectado por uma taxa de desemprego de 12%, é um factor adicional de instabilidade política que poderá comprometer o esperado regresso a um novo ciclo de expansão, ainda que moderado.

O optimismo reinante aponta 2014 como um ano de retoma global e de expansão. Todavia, a dependência do desempenho dos mercados financeiros, as dúvidas sobre a manutenção do crescimento da economia chinesa e a envolvente política na Zona Euro são alguns dos factores de risco que poderão condicionar o ritmo do crescimento.

Situação em Portugal

O PIB português deverá ter contraído 1,5% em 2013, contrariando a generalidade das previsões que apontavam para uma recessão superior a 2%.

A manutenção do bom desempenho na frente externa, com realce para a evolução da exportação de bens e serviços, e alguma recuperação da procura interna privada são os principais factores que explicam o comportamento menos negativo da economia portuguesa.

De registar o aumento do desemprego, que embora tenha decrescido ligeiramente no último trimestre do ano, em termos médios anuais passou de 15,7% para 16,6%.

Depois de três anos consecutivos de recessão, os indicadores disponíveis parecem apontar 2014 como o ano de regresso a um crescimento moderado, que se estima em 1% do PIB, não

se prevendo, no entanto, melhorias substanciais ao nível do mercado de trabalho, embora se estime que a taxa de desemprego reduza ligeiramente.

No quadro dos compromissos assumidos a nível europeu, vai prosseguir o processo de consolidação orçamental, assente na redução da despesa pública, afectando principalmente as despesas com pessoal, os encargos com pensões e as prestações sociais.

O fim do Programa de Assistência Económica e Financeira obrigará à transição para um novo modelo de financiamento do Estado, assente no recurso ao mercado. Será um importante desafio à capacidade do País para manter a confiança dos credores internacionais e melhorar as condições do serviço da dívida.

Mas a grande incógnita será a sustentabilidade do crescimento da economia, considerando o efeito negativo sobre o consumo e investimento privado induzido pela implementação de políticas de austeridade adicionais previstas no Orçamento de Estado para 2014.

Situação em Espanha

Em 2013, o PIB espanhol deverá ter reduzido cerca de 1,2% no conjunto do ano. Depois de nove trimestres consecutivos de contracção, no último semestre a economia deu sinais claros de inversão da tendência, fazendo antever para 2014 um crescimento moderado na ordem de 1%.

A retoma resultou do reforço do sector exportador, fruto do aumento de competitividade da economia por via da redução dos custos unitários do trabalho e dos efeitos da recuperação de alguns dos principais parceiros comerciais.

A fragilidade do mercado de trabalho, com uma taxa de desemprego em torno de 26%, a manutenção de condições restritivas ao financiamento e a necessidade de continuar a reduzir o défice orçamental, são condicionantes que, limitando o crescimento da procura interna, impõem um ritmo moderado à expansão económica.

O êxito na correcção do desequilíbrio externo das contas espanholas teve por base o aumento das exportações e a substituição de parte importante das importações por bens e serviços produzidos internamente.

Em Janeiro de 2014 terminou o programa de assistência financeira à banca, que permitiu a recapitalização das instituições financeiras.

Em 2014, o sector público deverá manter o esforço de consolidação orçamental de modo a reduzir o défice para 5,8% do PIB (6,3% em 2013).

Situação em Angola

O ano de 2013 fica marcado por uma ligeira redução do ritmo de expansão da actividade económica, que deverá ter crescido 4,5%, devido à desaceleração da produção petrolífera e a uma execução parcial das despesas previstas no Orçamento Geral do Estado (OGE), nomeadamente as relacionadas com o Programa de Investimentos público (PIP).

Dados do Ministério das Finanças indicam que as receitas com a exploração do petróleo diminuíram significativamente nos últimos meses de 2013. A quebra das receitas orçamentais

ficou a dever-se à queda do preço médio por barril exportado (107,5 USD em 2013 vs 111,0 USD em 2012), uma vez que o volume de exportações quase não variou (630 milhões de barris, +0,2% do que no ano anterior).

Foi publicada uma nova pauta aduaneira que entrará em vigor em 2014, que visa incentivar a produção local, através do agravamento das taxas sobre os bens importados. Dados os constrangimentos ainda existentes do lado da oferta local, esta alteração da política poderá conduzir, no curto prazo, ao aumento dos preços finais para os consumidores, o que tenderá a causar tensões inflacionistas.

Depois de um período de crescimento muito forte, associado ao esforço de reconstrução, a economia angolana entrou num período caracterizado por ritmos de expansão mais moderados, ainda que significativos. As receitas estáveis provenientes da expansão da exploração petrolífera e do gás natural permitirão que as autoridades prossigam a sua estratégia de estímulo à diversificação económica.

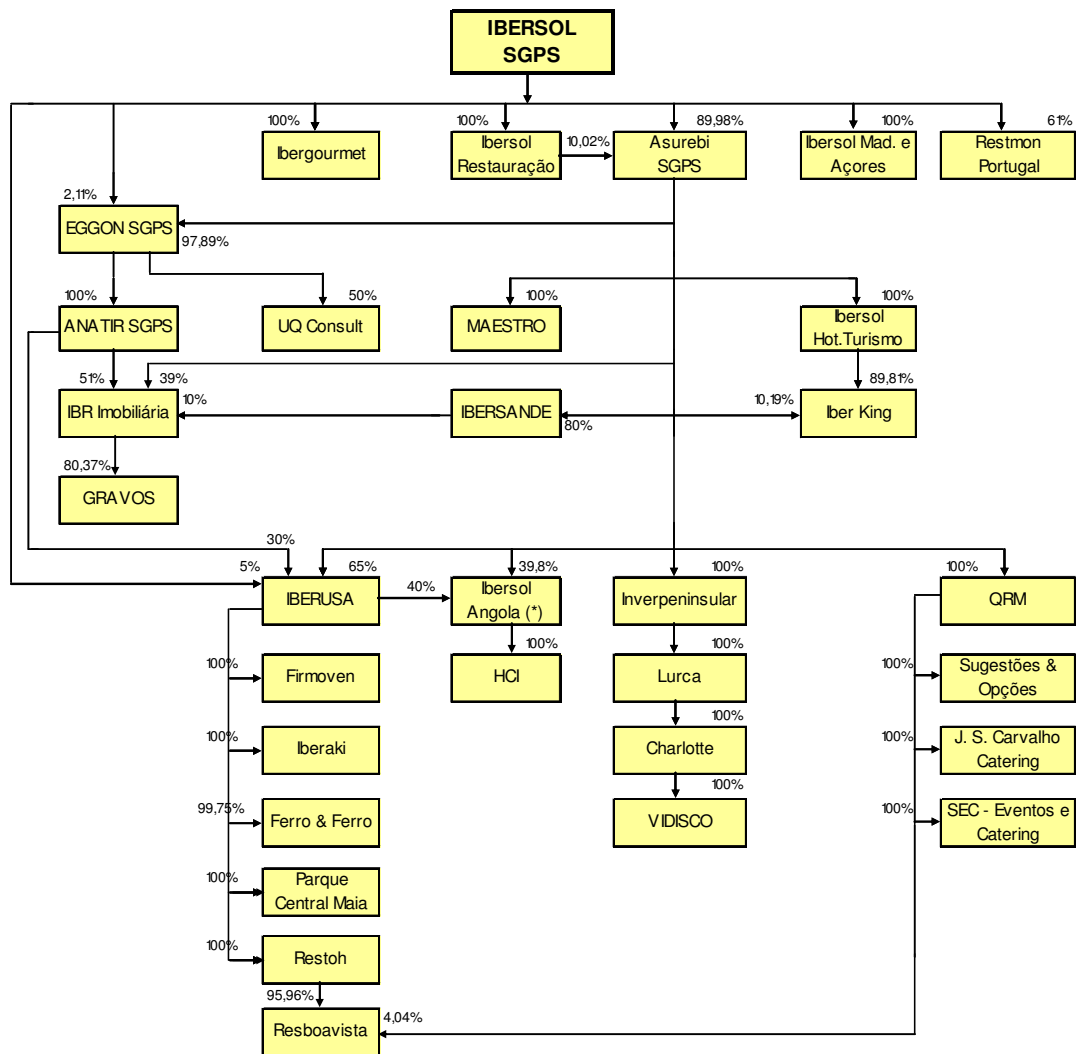
Nota Final

Menos pronunciados do que anteriormente, permanecem em 2014 alguns dos factores de risco que podem fazer vacilar a retoma do crescimento mundial, nomeadamente os inúmeros conflitos políticos sem solução à vista que vão continuar a condicionar o normal funcionamento do comércio mundial e a evolução das economias emergentes afectadas pela alteração da política económica norte americana.

No entanto as perspectivas para a evolução da economia são mais positivas.

5. O Grupo Ibersol

5. 1 Estrutura de participações



(*) Restantes accionistas: ANATIR SGPS (10%), EGGON SGPS (10%) e IBERSOL SGPS (0,2%)

5.2 O perfil estratégico do Grupo

GARANTIR AS BOAS EXPERIÊNCIAS E QUALIDADE DE VIDA

Nunca como hoje a valorização das boas experiências e a qualidade de vida foram tão importantes para os nossos Clientes. Sabemos que fazemos parte integrante da vida de milhões de pessoas e, por isso, elas estão no centro das nossas atenções. O Grupo procura garantir uma oferta diversificada que possibilita aos consumidores experiências variadas em qualidade e sabor. Do pequeno-almoço ao almoço, do lanche ao jantar, durante a semana ou fim-de-semana, numa paragem a meio de uma viagem de automóvel, antes da partida de um comboio ou de um voo pela noite dentro, grande parte da vida das pessoas é feita fora de casa. O Grupo Ibersol procura proporcionar aos consumidores momentos de bem-estar aliados a uma alimentação equilibrada, cuidada e adequada ao estilo de vida dos portugueses. Também hoje, mais do que nunca, precisamos de prosseguir políticas muito exigentes no que respeita a aspectos funcionais como o Produto e a Segurança Alimentar, a base firme da oferta das marcas como garante de uma relação de confiança que tem décadas.

FOCAR AS ENERGIAS NA RELAÇÃO COM O CLIENTE

Num momento em que os consumidores continuam a ver reduzido o seu rendimento disponível aumentou a exigência no consumo fora de casa. O seu valor percebido tem de ser cada vez maior, quer pela proposta de valor quer pela experiência proporcionada.

Para satisfazer estas novas exigências, aperfeiçoamos, em contínuo, a organização das nossas unidades, os sistemas de informação e a abordagem sistémica que garante a identificação de grandes *clusters* de consumidores e de segmentos de restaurantes, de acordo com as diferentes envolventes e comportamentos. Prosseguimos, igualmente, uma política activa de *Value-Based Pricing*, que se traduz numa adequação dos preços da oferta aos benefícios proporcionados, respeitando a heterogeneidade dos consumidores e dos mercados. O Grupo Ibersol procura, todos os dias, viver a experiência do relacionamento com os seus Clientes e responder às tendências do ‘novo’ consumidor. Recorre, por isso, aos meios mais actualizados e adequados que lhe permitam obter um conhecimento aprofundado da realidade envolvente.

UMA REDE SOCIAL DE VALOR ACRESCENTADO AO CONSUMIDOR

Viver a experiência do relacionamento com os Clientes é um desafio que a Ibersol coloca todos os dias aos seus colaboradores, como matriz de uma rede social.

O Grupo Ibersol possui, a nível Ibérico e agora também em África, uma rede de relações emocionais e de confiança que se estabelece entre os colaboradores e Clientes, a cada minuto do trabalho.

Criar continuamente condições para que a equipa Ibersol seja portadora dessa relação de valor acrescentado com o Cliente - ligando-se, comunicando de forma relevante, com atenção e dedicação - é um princípio que o Grupo pretende ver integrado no seu DNA. Para cumprir esse

desiderato, investe continuamente nas competências das suas equipas, especialmente dos Gestores de Unidade, dos Gestores de turno e na sua responsabilização pela interacção com o Cliente.

São estes Gestores a linha da frente da identificação das mudanças do perfil de consumo, que procuram “ler” as expectativas e as realidades em mudança e que as transmitem para serem incorporadas em novas propostas de valor. O Grupo descentralizou também as valências relacionadas com a Certificação de Qualidade e, neste âmbito, consolidou nos Gestores competências ao nível do conhecimento e verificação das respectivas normas.

PROCESSOS GLOBAIS DE GESTÃO E PLANEAMENTO LOGÍSTICO

O Grupo Ibersol organizou uma cadeia de abastecimento que garante a qualidade dos produtos que comercializa, desde o fornecimento até à venda, passando pela logística.

É um corpo único, homogéneo, que se agiliza todos os dias através de uma política activa de qualidade e certificação.

A centralização da cadeia de abastecimento que suporta a operação em Portugal e Espanha foi alargada a Angola, possibilitando ganhos de eficiência e produtividade, quer no processo propriamente dito, quer na relação com os parceiros de negócio.

A preocupação de não comprometer a qualidade em função do preço é uma directriz que não comporta excepções. Por isso, através da melhoria contínua dos processos de gestão de recursos e bens, a Ibersol pretende manter relações duradouras e consistentes com os parceiros fornecedores.

Num cenário de particular dificuldade para os agentes económicos, em particular para os fornecedores nacionais, o Grupo Ibersol leva a cabo uma política activa de acompanhamento, promovendo o desenvolvimento das suas competências, com especial incidência para os que asseguram o aprovisionamento de produtos específicos “*taylor made*” para a operação de algumas marcas.

Em conjunto, pretende-se atingir melhorias de eficiência, com níveis mais elevados de rigor, exigência e competitividade, assumindo um papel activo no desenvolvimento das políticas e práticas dos parceiros e fornecedores, especialmente dos de menor dimensão, abrindo-lhes a possibilidade de expansão aos mercados em que o Grupo opera.

A EXCELÊNCIA NA QUALIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR

O Grupo Ibersol prossegue uma estratégia de excelência na qualidade e segurança alimentar e ambiental, comprovada pela certificação de toda a sua operação - os seus restaurantes e serviços - pela norma ISO 22000, o padrão internacional em segurança alimentar atribuído pela APCER.

As práticas do Grupo Ibersol excedem em muito os *standards* do mercado, por força do desenvolvimento activo de programas, no âmbito da segurança alimentar e nutrição, que incluem nomeadamente a adopção dos mais elevados padrões no âmbito das práticas de frituras, a monitorização dos níveis de sódio ou a introdução de propostas nutricionais para

grupos específicos como as crianças, os seniores ou os vegetarianos.

No âmbito do programa “Viva Bem”, um modelo de informação para a saúde desenvolvido exclusivamente pelo Grupo, são dados passos constantes e muito concretos em acções que materializam a sua missão.

Assim, desde a total adequação dos menus infantis das marcas integrantes deste programa e a comunicação associada aos mesmos, passando pelo apoio a iniciativas de desporto juvenil e escolar, o programa “Viva Bem” é uma realidade diária nas práticas de formação para a saúde dos consumidores.

Do Dia da Mãe ao Regresso às Aulas, no próprio website www.vivabem.pt, mas especialmente em acções tão enriquecedoras como as “Cozinhas Abertas para as Escolas” e Roteiros periódicos informativos, este programa presta apoio activo em questões de nutrição, saúde, actividade física e bem-estar.

A FORMAÇÃO IBERSOL COMO ESCOLA PARA A VIDA

O negócio na Ibersol assenta em pessoas e, por isso, a sua qualificação é fundamental para o seu sucesso.

A Ibersol aposta na formação dos seus colaboradores, todos os dias, desde o primeiro dia.

Num cenário de marcada contenção económica, em que o consumidor viu reduzido o seu poder de compra, aumentando inevitavelmente a sua exigência na seleção de produtos e serviços, a formação dos colaboradores torna-se ainda mais importante. É através do seu reforço que a Ibersol pretende superar a qualidade do serviço prestado e manter-se na vanguarda da excelência.

No Grupo Ibersol, todas as pessoas têm formação em Standards de Saúde e Segurança, Produto e Serviço, para garantir que as refeições sejam servidas por colaboradores atentos, com o sabor que os Clientes apreciam!

Por via da aposta em Programas de Formação para cada estágio de carreira, a Ibersol promove, nas suas Equipas de Direção, o desenvolvimento dos conhecimentos e competências necessários ao desempenho da função, devidamente alinhados com as directrizes de Gestão instituídas. Estes programas permitem aceder a estádios de carreira mais elevados, prevendo não apenas uma certificação inicial na função à qual se destinam, mas também uma recertificação periódica, garantindo que as competências adquiridas permanecem consolidadas.

Para além da formação destinada a melhorar a eficiência das operações, o Grupo procura alargar o horizonte dos seus colaboradores, incentivando-os a participar activamente num Programa de Construção de Carreira e noutros que lhes permitam aceder a qualificações específicas.

A construção da carreira é encarada como um processo de desenvolvimento e apoio das vocações, em ambiente de trabalho, possibilitando o desenvolvimento dos colaboradores através de oportunidades de progressão e desempenho em várias funções na organização.

Esta fórmula permite a formação “*on job*” e abrange ainda o programa de qualificação dos

Quadros, que o Grupo denominou “Escola Ibersol”, e que promove a qualificação académica, nomeadamente:

- desenvolvendo nos participantes competências susceptíveis de lhes permitirem implementar estratégias e acções, de forma a responderem às necessidades de desenvolvimento do Grupo Ibersol;
- promovendo o desenvolvimento de carreira dentro do Grupo;
- aumentando a qualificação académica dos participantes no programa.

UMA POLÍTICA ACTIVA DE GESTÃO DE RECURSOS E RESPEITO PELO AMBIENTE

O controlo dos custos também é um processo de reinvenção e mudança.

É preciso repensar as equipas, as energias consumidas, os consumíveis, os produtos, os desperdícios e, sobretudo, interiorizar uma forte preocupação com a mudança de processos e formas de fazer. Essa realidade tem levado o Grupo a redefinir o perfil do colaborador, otimizando a gestão do tempo, dos processos e dos recursos.

Por isso, o Grupo Ibersol continua a consolidar políticas de boas práticas na gestão dos recursos, nomeadamente na área dos consumos de energia, com resultados muito expressivos.

Esta política tem efeitos colaterais positivos, pois a sensibilização para a adopção de medidas de utilização racional de electricidade conduz a que as mesmas sejam alargadas a outros consumos.

Como expoente máximo desta realidade sustentável está o “Programa de Reciclagem de Óleos Alimentares Usados”, em conjugação com a indústria do Biodiesel.

5.3 Orgãos Sociais

Conselho de Administração:

Presidente - Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira;
Vice-Presidente - Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;
Vogal - Professor Doutor Juan Carlos Vázquez-Dodero;

Conselho Fiscal:

Presidente - Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva;
Vice-Presidente - Dr. António Maria de Borda Cardoso;
Vogal - Dr. Eduardo Moutinho dos Santos;
Suplente - Dr.^a Maria Helena Moreira de Araújo;

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente da Mesa - Dr.^a Alice de Assunção Castanho Amado;
Vice-Presidente da Mesa - Dr.^a Anabela Nogueira de Matos;
Secretária - Dr.^a Maria Leonor Moreira Pires Cabral Campello;

Comissão de Vencimentos:

Dr. Vítor Pratas Sevilhano;
Dr. Amândio Mendonça da Fonseca;
D. Alfonso Munk Pacin;

Revisor Oficial de Contas:

PRICEWATERHOUSECOOPERS & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada pelo Dr. Hermínio António Paulos Afonso ou pelo Dr. António Joaquim Brochado Correia

Secretário da Sociedade:

Secretário Efectivo - Dr. José Carlos Vasconcelos Novais de Queirós
Secretária Suplente - Dr.^a Maria Helena Moreira de Araújo

6. Actividade do Exercício

6.1 Restaurantes

Em 2013, manteve-se uma quebra mais acentuada nos segmentos de oferta da restauração de serviço à mesa (*full service*) e entrega ao domicílio (*delivery*) em contraponto com a inversão positiva no segmento de serviço ao balcão.

A contracção da liquidez, níveis baixos de confiança e um desemprego ainda muito alto tiveram como consequência a manutenção de um perfil de retração no consumo, sentida sobretudo nos segmentos de receita média mais elevada.

Apesar destes condicionalismos este segmento totalizou um volume de negócio de 65,11 milhões de euros.

PIZZA HUT

A Pizza Hut Portugal, seguindo a estratégia internacional da marca, segmentou em 2013 a gestão dos seus activos em dois negócios, Restaurante e Delivery.

PIZZA HUT RESTAURANTE

O negócio de restaurantes da Pizza Hut terminou o ano de 2013 com 63 unidades e 1086 colaboradores.

Continuando a política de investimento na reformulação dos activos, procedeu à remodelação da imagem da unidade de Ponta Delgada, nos Açores e à abertura de uma nova no aeroporto do Funchal.

Tendo em conta o posicionamento Fun and Friendly, durante o ano transacto, lançámos duas novas especialidades, a Super Pan Pizza em Março e a Crown CheeseBurger em Novembro.

Com duas fortes campanhas de meios, marcamos presença na televisão com a Super Pan Pizza em Abril e, em MUPIs e através da internet, publicitamos a Crown CheeseBurger, nos últimos dois meses de 2013, tendo ambas as campanhas registado um elevado reconhecimento por parte dos clientes.

Reforçando o programa de inovação e por forma a propiciar experiências diferentes para os seus clientes, destacam-se as vagas de Rodizio All Star nos períodos de férias de Verão e de Natal, assim como a parceria com a Zon Cinemas, em Dezembro, com o filme infantil Revolta dos Perús, e a muito aplaudida presença do Pizza Pooch na parada das mascotes realizada em plena baixa lisboeta.

Durante o Verão realizou-se ainda a Temporada das Saladas com uma gama alargada de composições e preços imbatíveis, com forte aceitação pelos clientes.

No seu posicionamento de restaurante para as famílias, e em resposta a um enquadramento económico difícil, a marca lançou em Janeiro as Pizzas Primo, isto é, cinco composições de pizza com preço único. Em Junho, mês da criança, lançamos a campanha Kids Free, em que oferecemos a refeição às crianças que visitaram os restaurantes acompanhadas pelos pais. Ao

longo do ano foram criados vários menus: o Menu Super 4, o Menu Super Pan Pizza e o Menu CheeseBurger, que permitiu que os clientes acessem às especialidades Super Pan Pizza e Crown CheeseBurger a preços imbatíveis.

A marca surpreendeu os seus fãs ao lançar, em Setembro, a campanha digital no seu 23º aniversário, com a Pizza Aniversário ao preço de 2,3€, o que originou forte buzzword na sua página e elevada adesão dos seus amigos.

Sempre presente junto do target mais jovem, a Pizza Hut marcou novamente presença com a sua unidade móvel de serviço à fatia na Queima das Fitas do Porto e nos Festivais de Verão Optimus Alive, Optimus Porto e Marés Vivas.

Na área dos processos internos é de registar a contínua certificação na exigente norma ISO 22000 das unidades da Foz, NorteShopping, Dolce Vita Antas e Colombo que são exemplos do cuidado e exigência que a Equipa da Marca coloca na segurança alimentar.

De acordo com o “Estudo Mercado Restauração 2013” a Pizza Hut registou neste ano o reconhecimento por 95% da população portuguesa, consagrando-se líder em Portugal no ranking de páginas portuguesas na área da restauração do Facebook, sendo digno de registo que a Pizza Hut é a única marca em Portugal com mais de 275.000 fãs nesta rede social.

PIZZA HUT DELIVERY

O negócio de entrega ao domicílio da Pizza Hut concluiu o exercício com 601 colaboradores e 30 unidades, que asseguram e servem mais de 1.600.000 habitações, garantindo uma cobertura completa nos mercados de maior concentração populacional.

Na sua política de reformulação de activos, a Pizza Hut Delivery abriu uma nova unidade em Lisboa com um novo design que substituiu o restaurante sito em Álvares Cabral.

Cumprindo com o seu posicionamento de Partilha e Inovação de Produto, a marca lançou várias iniciativas ao longo deste ano para materializar este posicionamento: em Março, seguindo o conceito “All in the Box” lançou uma oferta constituída por uma pizza média, uma lasanha e três entradas diferentes, uma inovadora e divertida forma de partilhar com a família ou os amigos uma refeição variada. Em Julho lançou o “Menu a Dois” e, em Setembro, relançou a pizza “4forAll”, uma pizza quadrada em que cada um dos quadrados que a compõem é confeccionado com base numa diferente receita de pizza. Já em Novembro a Pizza Hut volta a inovar com o lançamento da Crown Cheeseburger.

Num mercado altamente competitivo a Pizza Hut Delivery apresentou também campanhas muito fortes como as ofertas 2x1 e 3x1, menus individuais e eventos específicos com a duração de uma semana, com oferta de pizzas médias a um preço muito competitivo.

Os clientes da Pizza Hut podem efectuar as suas encomendas nas unidades, através do nosso centro de atendimento e pelo site. O centro de atendimento é o canal responsável pelo maior volume de pedidos, no entanto, as novas formas de encomenda (Internet e SKYPE) têm vindo a crescer em peso e representam cerca de 14% dos pedidos.

Na área dos processos internos é de registar a contínua certificação na norma ISO 22000 da unidade de Matosinhos, especialista e vocacionada para a entrega ao domicílio.

PASTA CAFFÉ

No final do ano o Pasta Caffé contava com 14 unidades em Portugal e 1 em Espanha, tendo encerrado 2 unidades em Portugal (Fórum Algarve e Gaia Shopping) e 1 em Espanha (Vitoria), em consequência do ajustamento do seu portfólio. No final de Dezembro, a marca contava com 178 colaboradores.

2013 foi assinalado pela remodelação do restaurante do Centro Vasco da Gama, pela consolidação do buffet almoço e pela manutenção das temporadas com especialidades verdadeiramente italianas.

O restaurante Pasta Caffé do Centro Vasco da Gama foi objecto de uma remodelação no último trimestre do ano, tendo aberto ao público no dia 24 de Outubro, com um ambiente mais italiano e uma ementa exclusiva, assinada pelo conceituado Chef Luís Américo.

Das especialidades criadas pelo Chef, destacam-se a Bruschetta di Capra ai Prosciutto, a Foccacia di Cipolle Caramellate, as pizzas com massa finíssima e o Spaghetti alla Carbonara in Evoluzione, sabores únicos de Itália.

Este novo restaurante garante também uma experiência distinta dos tradicionais restaurantes. A nova decoração recria as cores, as fachadas e a arquitectura temática de forte autenticidade italiana. O espaço contém quatro ambientes diferenciados, cada um correspondendo a diferentes vivências, assim como os espaços de uma casa:

- a Cucina, com grande destaque para o Pizzaiolo, onde a magia da comida italiana acontece, porque é dos fornos de pedra que saem as pizzas genuinamente italianas, finíssimas e estaladiças.
- o Living, um espaço ideal para um jantar e uma boa conversa a dois.
- o Jardim de Inverno, cenário ideal para um grupo de amigos, em que a palavra de ordem é descontração.
- a Terraza, uma varanda que consiste num espaço calmo e tranquilo com vista privilegiada sobre o rio Tejo.

O ano de 2013 foi o ano de consolidação da proposta para o momento de consumo do almoço de semana, o buffet. Implementado, gradualmente, entre Abril e Outubro de 2012 em 8 restaurantes localizados nas áreas de Lisboa e do Porto, esta oferta foi servida a quase 66.000 clientes. O buffet foi pensado para quem trabalha na zona e dispõe de pouco tempo para almoçar, não dispensando de uma boa refeição, cheia de opções, a um preço adequado.

A grande variedade de entradas, saladas frias e quentes, simples ou compostas, pizzas de massa fina, pastas al dente e sobremesas, com serviço à descrição, fizeram desta oferta a mais apreciada de sempre, tendo permitido à marca captar novos clientes.

Nos restaurantes onde esta proposta não foi implementada, revimos o “Menu della Casa”, com novos pratos, nova imagem e revisão de preço, com o objectivo de aumentar a sua atractividade nos respectivos foodcourt, cada vez mais competitivos.

Nos jantares, o momento de consumo em que se sentiu maior dificuldade em atrair clientes, foi também reformulada a proposta de valor, “Jantar della Casa”, com a introdução de pratos com elevada notoriedade e uma bebida com um preço ajustado.

As “Temporadas” tiveram uma boa aceitação em 2012 pelo que a marca decidiu mantê-las em 2013, tendo lançado quatro temporadas, uma por trimestre: Rodízio de Pastas, Risotto, Pizzas e Especialidades de Outono. Estas acções traduzem-se em novas experiências e em bons momentos de partilha que reforçam o posicionamento de diferenciação deste ristorante italiano. Os dias especiais foram comemorados com grande intensidade nos restaurantes Pasta Caffé, em especial o Dia dos Namorados, que bateu o recorde de vendas do ano. O Dia do Pai, o Dia da Mãe e o Dia da Criança, este último que se manteve por todo o mês de Junho com a oferta do Menu Bambino, foram igualmente celebrados. Em particular, nos restaurantes de rua, festejámos o S. João no Cais de Gaia, assim como a Passagem de Ano, também nas Docas, celebrados com alegria e boa disposição.

Dispondo de um orçamento para investimento em acções de marketing também ajustado, apostamos na comunicação “below the line” e digital, tendo utilizado ferramentas como as newsletters, o uso de plataformas de compra colectiva como o Sapo Voucher e a LetsBonus e a divulgação em sites como a Promofans, incluindo a informação de todas as novidades, em primeira mão, aos fãs do Facebook, que já ultrapassam os 12.500.

Investimos num serviço hospitaleiro e acolhedor, com a figura do “hostess”, que acolhe os clientes à porta e os encaminha para a mesa, dando as boas-vindas a todos os que procuram esta “Casa di Famiglia”.

Em 2013 mantivemos a recertificação nos processos de formação de todos os colaboradores que asseguram a Gestão de Turno e a Direcção de Unidade, através das acções “Desenvolver Gestores”, “Higiene e Segurança Alimentar” e “Segurança e Saúde no Trabalho”. As unidades Dolce Vita Antas e Norte Shopping foram ainda recertificadas na norma de qualidade APCER ISO 22000.

PIZZA MOVIL

O comportamento dos mercados em Espanha durante o ano de 2013 caracterizou-se, no essencial, pela continuada retracção da procura iniciada na primeira metade do ano de 2008, mantendo-se a elevadíssima taxa de desemprego alcançada e a diminuição do consumo das famílias e empresas, ao que, naturalmente, não escapou o sector da restauração.

A Pizza Móvil, tendo como principal canal de vendas o delivery que representou 50% das vendas no exercício de 2013, terminou o ano com 55 unidades, das quais 19 operam sob o regime de franquia.

A Pizza Móvil contava em 31 de Dezembro de 2013 com 528 colaboradores vinculados à Vidisco, SI (Sociedade detentora da marca).

A contracção de consumo e o sobredimensionamento na região de León, justificaram o encerramento de uma unidade. Procedemos ainda ao encerramento do local de Segóvia.

Relativamente à modernização da Pizza Móvil, e como já referido em exercícios anteriores, consolidamos a presença nas redes sociais (Facebook e Twitter) e alargamos a nossa vertente no “E-commerce”.

6.2 Counters

O conjunto das marcas que o Grupo Ibersol opera no segmento Counters terminou o exercício de 2013 com um volume de negócio de 85,07 milhões de euros.

KFC

Portugal

A KFC Portugal termina o exercício com 18 unidades e 192 colaboradores.

A característica distintiva da KFC é a sua receita composta por 11 ervas e especiarias, preparada pelo Coronel Sanders, aliada aos ingredientes frescos e naturais que utilizamos nas nossas cozinhas.

Em Portugal e em linha com as orientações internacionais, demos continuidade à assinatura “So Good”, um posicionamento definido para todo o mundo que enaltece a originalidade e herança da marca, traduzida ao nível do produto, da decoração das unidades e ainda de uma especial articulação com a comunidade local e os clientes.

A nova assinatura propiciou um novo dinamismo que percorre a KFC Portugal traduzido também na assinatura “Music is So Good”, que a marca adoptou nas suas presenças, com a Unidade Móvel, nos festivais Optimus Alive, Queima das Fitas do Porto, Circuito da Boavista, Marés Vivas e Primavera Optimus Sound, onde servimos milhares de clientes.

Em 2013 demos seguimento à expansão do menu, incorporando alguns dos melhores lançamentos internacionais: as Box Meal, os Variety Buckets e os formatos Snack Attack e, nas janelas de marketing que definimos, lançamos as sanduíches Brazzer Max, Tower Bacon, Grander Texas e Big Daddy, bem como os novos Filet Bites, procurando acentuar a diversidade da nossa oferta.

Sendo a KFC amiga do ambiente, os óleos gerados na operação são recolhidos em todos os restaurantes e reciclados por empresas certificadas. Utilizamos apenas óleo de girassol, controlado duas vezes por dia por forma a garantir, com qualidade e segurança, o melhor sabor para os nossos produtos.

Todos os restaurantes aderiram ao programa de controlo dos consumos de energia, que visa a sua redução pela aplicação das melhores práticas do sector.

Por outro lado, foram novamente certificados, na norma ISO 22000 os restaurantes Dolce Vita Antas, Norte Shopping, Colombo e CascaiShopping. Contando já com 4 anos, este projecto continua a promover a melhoria dos processos e procedimentos internos. Todos estes ensinamentos vão sendo adoptados por toda a rede de restaurantes KFC, sempre em prol da melhoria da qualidade do produto e do serviço.

Porque para a KFC o cliente está sempre em primeiro lugar, implementamos um programa de aferição da hospitalidade, o Champs Management System, que definiu comportamentos e metas muito exigentes, por forma a aumentar continuamente os níveis da prestação de serviço.

Angola

Encerra o ano com 3 unidades e 133 colaboradores, dos quais 7 estrangeiros.

No termo do exercício, a KFC Angola abriu um novo restaurante no centro da cidade de Luanda, passando a operar 3 unidades.

A Ibersol definiu que o projecto de implantação da KFC em Angola seria avaliado no final do terceiro ano, após terem sido inauguradas 5 unidades em diferentes localizações. Decorrido que seja esse período será efectuada uma avaliação do estado de maturidade do mercado e da aceitação do produto pelos consumidores.

Estamos a meio deste período e por isso ainda é prematuro fazer o respectivo balanço.

O mercado está ainda num estágio de baixa maturidade, não abundando as ofertas concorrentes. Por outro lado, os hábitos de almoçar e jantar fora ainda não fazem parte do quotidiano da maioria dos angolanos.

Consequentemente a dimensão do mercado é limitada. Por outro lado, estamos ainda numa fase de compreensão das motivações dos consumidores e da melhor forma de abordarmos o negócio nas suas diferentes perspectivas, nomeadamente aprovisionamento, logística e gestão de recursos humanos.

Pelas razões expostas, o aprofundamento da actividade implica um conhecimento detalhado da envolvente e da forma de actuar.

Há, no entanto, algumas conclusões que podemos assumir: os consumidores apreciam o produto e o serviço que lhes prestamos pelo que a esse nível a experiência é positiva.

E, por outro lado, as vendas têm evoluído em conformidade com as nossas estimativas.

A nossa actividade desenvolve-se nos termos definidos para os demais mercados: escrupuloso cumprimento da lei e do nosso compromisso com a qualidade (vg. efectuámos o tratamento da água que usamos nas unidades com análises mensais para controlar a qualidade e procedemos também ao tratamento das águas residuais).

A empresa apoiou um evento para a selecção de uma criança que frequentará um estágio numa escola de futebol na Europa e tem mantido constante preocupação com o recrutamento e subsequente formação de colaboradores angolanos, tendo sempre presente que a excelência na qualidade do produto e o nível de serviço são prioridades.

A nível da formação foram certificados 25 responsáveis de turno e 4 gestores de unidade, esperando que, no final de 2014, possamos atribuir a gestão da primeira unidade a quadros angolanos.

A Formação continua a ter um enfoque particular por forma a garantirmos uma correcta gestão dos restaurantes com elementos bem treinados capazes de, em conjugação com quadros angolanos, continuar a proporcionar aos nossos clientes um produto e serviço de excelência,

com cumprimento escrupuloso dos standards da marca, patente nos resultados do Cliente Mistério onde alcançámos uma pontuação média de 96,5%.

Perspectivamos inaugurar uma nova unidade em 2014 localizada na zona Sul de Luanda.

Ò KILO

O Ò Kilo é um restaurante especializado em carnes grelhadas, constituindo uma alternativa para os consumidores que pretendem fazer uma alimentação variada, com o prazer proporcionado pelo consumo de carne.

Servido de forma rápida e em situação de conveniência, o cliente pode fazer uma combinação a seu gosto, escolhendo diversos alimentos saborosos mas saudáveis, a um preço fixo.

No ano de 2013, a marca procurou continuamente ajustar a sua oferta de preço com o intuito de responder às necessidades dos clientes e fazer face ao posicionamento agressivo dos concorrentes mais directos.

A marca tem consciência de que a qualidade dos produtos é um factor crítico de sucesso, o que torna a selecção das matérias-primas um processo fundamental. Por isso, a escolha dos fornecedores é feita de acordo com rigorosos padrões de qualidade.

Atenta à crescente importância da segurança alimentar, a marca reforçou o cuidado no sistema de HACCP, nomeadamente no controlo de produto, higiene das instalações e manipulação dos alimentos pelos colaboradores. Renovou ainda a certificação da loja do Dolce Vita Antas.

Devido à quebra de consumo que se fez sentir ao longo de 2013, o Ò Kilo reduziu o seu número de colaboradores para 70 e as unidades para 6, depois de ter encerrado as lojas de Oeiras, Maia, Cascais e Vasco Gama, estas duas últimas convertidas em unidades MiiT.

MIIT

O Grupo Ibersol lançou, no final de 2012, no Norte Shopping, a primeira unidade da sua nova marca, o MiiT. Este novo conceito apresenta uma proposta centrada em carnes grelhadas muito saborosas onde se incluem as carnes brancas.

Para além da qualidade da carne, o MiiT oferece acompanhamentos tentadores para completar a refeição: legumes, fruta grelhada, batatas rústicas e arroz aromatizado, acentuando assim a combinação de sabores autênticos.

Os molhos são também uma especialidade confeccionada com os melhores ingredientes: cogumelos selvagens, mel, pimenta rosa e alho. Já as sobremesas são inovadoras e apresentadas em forma de *shots*.

O grande destaque nas bebidas recai no sumo de fruta natural e os refrescos, passando pela tradicional groselha, limonada fresca e o chá gelado, oferecendo-se ainda o tradicional vinho português DOC alentejano, vendido a copo.

A escolha é muito simples: um tipo de carne para grelhar, dois acompanhamentos e um molho. Se os clientes assim o desejarem, podem ainda escolher um acompanhamento de legumes ou

fruta grelhada, que preservam e destacam o sabor e a qualidade do grelhado no momento da sua confecção.

O conceito Miit foi criado de modo a dar resposta à crescente tendência de preocupação alimentar por parte dos consumidores portugueses, cada vez mais atentos aos benefícios de uma alimentação mais saudável e cuidada.

Esta nova marca terminou o ano de 2013 com 3 unidades, Norte Shopping, Vasco da Gama e Cascais, contando já com 40 colaboradores.

BURGER KING

Portugal

Em Portugal, no ano de 2013 a Burger King recuperou uma boa parte das vendas perdidas em exercícios anteriores, tendo terminado o exercício com um parque de 39 unidades, mais uma que no ano transacto, e com 480 colaboradores.

A nova unidade da marca localiza-se em Mem Martins, Sintra, e conta com 120 lugares. Além de ter o serviço Drive Thru, dispõe também de Play King Virtual e do sistema Free Refill. Correspondendo a um investimento bastante elevado, a abertura constituiu um grande sucesso.

Ainda no ano que passou, a Burger King aumentou o nível de investimentos em comunicação exterior, nomeadamente nos canais generalistas de televisão (TVI e SIC), em canais Cabo, na rádio, em outdoors e em MUPIs e acentuou o uso da técnica de LSM (Local Store Marketing).

Efectuamos algumas mudanças de paradigma na comunicação: (v.s. os produtos a 1€ passaram a ser comunicados à entrada dos estabelecimentos, de forma contínua).

Dando prioridade às unidades com mais anos de operação, renovaram-se 16, na linha das 8 que já tinham sido alvo de remodelação em 2012. As lojas renovadas foram Dolce Vita Douro, Dolce Vita Antas, Norte Shopping, Ikea Matosinhos, Área de Serviço Prio de Póvoa de Varzim, Parque Nascente Gondomar, Fórum Coimbra, Dolce Vita Coimbra, Serra Shopping, Continente de Aveiro, S. João da Madeira Shopping, Castelo Branco, Vasco da Gama, MM Areiro, Odivelas Parque, Dolce Vita Tejo, Cascais, Fórum Montijo, Fórum Algarve, Algarve Shopping, Madeira Shopping, Dolce Vita Funchal e Parque Atlântico.

Em todas as unidades foi instalada a nova plataforma Whopper & Fries, de modo a atender de forma mais eficiente as necessidades dos clientes. Assim, o Whopper passou a ser confeccionado no momento em que é pedido, por forma a entregar ainda mais valor aos clientes.

Implementamos ainda o sistema de Refill nas lojas do Colombo, Norte Shopping, Mem Martins, Asa Norte, Algarve Shopping, Nó do Fojo e Cascais. Este sistema permite aos clientes, sem mais custos, servirem-se de refrigerante as vezes que quiserem, durante 30 minutos.

Foram também colocados, em todas as unidades, ecrãs digitais, por forma a melhorar a comunicação com os clientes.

Investiu-se ainda, durante 2013, na colocação do Play King Virtual nas lojas de Cascais, Mem Martins e Póvoa de Varzim. Assim, de uma forma interactiva, os clientes mais novos podem usufruir de 25 jogos virtuais, renovados trimestralmente.

Outra importante plataforma lançada durante 2013 foi o inquérito de satisfação online, “minhaexperiencia.com”. Nesta plataforma os clientes são convidados a dar o seu feedback sobre a sua experiência na Burger King que se traduziu numa importante mais-valia no processo de melhoria da tipologia de serviço da marca, que se quer sempre em melhoria permanente.

Como forma de agradecer o tempo que os clientes dispensaram ao preencher este inquérito, ofereceu-se um Whopper ou um Long Chicken na compra de batatas e bebida.

Procedeu-se também à requalificação das equipas através do programa internacional de formação BK Foundations, que tem como finalidade a criação de lojas escola como pilar de crescimento.

Com o lançamento de novos produtos no segmento do hambúrguer gourmet, segmento em que a marca foi pioneira e é especialista, a Burger King fortaleceu a sua vertente de inovação de que destacamos o BEANBURGER, um hambúrguer que só a Burger King tem e sabe fazer e que revela uma vez mais a atenção da marca para com o segmento dos produtos vegetarianos. Como já vem sendo hábito, sempre que o desejar um cliente pode requisitar uma visita às cozinhas de uma qualquer unidade da marca. O cliente é realmente REI e quando visita os restaurantes tem o direito de conhecer as políticas de qualidade da marca, bem como o cuidado que se coloca na confecção da sua refeição, traduzido no facto de a marca ter as suas unidades certificadas na mais exigentes normas de qualidade, APCER e ISO 22000.

Para minorar os impactos no meio ambiente, a Burger King embala as sanduíches em papel reciclado, reduzindo o volume de resíduos. O óleo usado nas lojas é destinado à reciclagem, tornando-se depois em biodiesel.

Espanha

Em Espanha, ano de 2013 foi ainda um ano difícil devido ao contexto de crise que afecta todo o mundo e que se traduziu na queda do consumo interno e numa elevada taxa de desemprego.

O pessimismo e a incerteza sobre o futuro levaram a que as relações com os consumidores fossem particularmente difíceis, visto que estes se tornaram mais exigentes no momento de consumo e na forma como gastam o seu dinheiro.

No entanto e apesar de todas as contrariedades que se fizeram sentir neste período, a Lurca terminou o exercício operando 33 unidades da marca Burger King, mais uma que no exercício transacto e com 617 colaboradores.

O Guest Trac continuou a provar que é uma poderosa ferramenta para recolher as opiniões dos clientes, uma vez que permite conhecer, em permanência, as experiências vividas nos restaurantes da marca. Esta ferramenta possibilitou uma maior exigência a nível operacional, através dos feedbacks dos clientes nas áreas mais relevantes.

A estratégia que a marca adoptou durante todo o ano baseou-se em três grandes ofertas de valor: os Cupões, distribuídos porta-a-porta e no acto de compra; o Euroking (produtos com o custo de 1€), divulgado em campanhas exteriores e na TV nacional; e o King Ahorro (King Poupança), com uma maior oferta e variedade. Neste campo é de notar que o Euroking ultrapassou os 2 milhões de unidades vendidas em 2013.

No que concerne à inovação de produtos e de modo a atender os clientes de forma mais eficiente, a marca lançou a plataforma Whopper & Fries. São também de destacar as acções Shock Event, Trial Weeks e Frozen Beverage.

Apostando no futuro, ao longo do ano fizeram-se diversos investimentos no que respeita à renovação da imagem da marca. Procedemos à remodelação de 16 restaurantes introduzindo a nova imagem 20/20 e 20/20 Ligth. Para além disto, a marca apostou em duas grandes linhas diferenciadoras face ao principal concorrente: o Play King Virtual e o sistema de Free Refill.

No próximo ano, para que a relação com os clientes seja aprofundada concluiremos o processo de renovação dos restaurantes.

PANS & COMPANY

A Pans & Company encerrou o exercício com 56 unidades e 390 colaboradores.

Durante o ano de 2013, encerramos 1 unidade e, dando continuidade ao novo ciclo de renovação de activos, reformulamos as unidades do Algarve Shopping, Fórum Montijo, Parque Atlântico e Fórum Algarve. Nestas unidades, os clientes podem agora conhecer o novo conceito de unidade Pans & Company, inspirado nos ambientes e sabores mediterrânicos.

Durante o ano, e de modo a reforçar o seu posicionamento de marca de referência no seu segmento de actividade, a Pans & Company continuou a sua aposta na inovação de produtos. Deste modo, o ano ficou marcado pelo lançamento das "Tradições Portuguesas by Pans", uma nova geração de receitas tradicionais, com ingredientes típicos da gastronomia portuguesa, que não deixaram os clientes indiferentes.

Simultaneamente, e no sentido de dar uma melhor resposta às necessidades do consumidor actual, a Pans & Company reforçou a oferta de produtos "value for money" com novas categorias de produto ("Bifanas à moda da Pans" e "Poupans 1€"), aumentou o número de campanhas promocionais e reforçou o investimento de comunicação em meios above the line.

Desta forma, continuamos a ajustar-nos a uma conjuntura que se manteve adversa, com o objectivo nos tornarmos uma opção relevante no sector da restauração moderna para um target alargado de clientes nas mais variadas situações de consumo.

6.3. Outros Negócios

O conjunto de outros negócios do Grupo Ibersol, apresentam as propostas para os consumidores em diferentes ocasiões de consumo: em viagem - diferentes conceitos e ofertas nos aeroportos, comboios e estações de serviço de estrada - em pequenas pausas em

cafetarias e, com diferentes concessões, na oferta em diferentes pontos de lazer das principais cidades ou em eventos com as propostas de catering. O Grupo Ibersol encerra assim a sua estratégia de conceito multi-marca.

O Volume de vendas deste agrupamento de negócios atingiu, em 2013, 18,54 milhões de euros.

ÁREAS DE SERVIÇO

As áreas de serviço de auto-estradas constituem um conceito de actividade relevante para o Grupo Ibersol, que no final do exercício abrangia 33 unidades e 221 colaboradores, repartidos por várias unidades:

Sol - 23

A5, Lusoponte, A8, Carvalhos, Modivas - 10

Este segmento de negócio continua a ser fortemente afetado pela introdução de portagens nas ex-scuts.

A marca SOL é especialista em restauração nas auto-estradas, urbanas e de longo curso, através de unidades de design moderno e funcionais, com propostas alimentares ajustadas às necessidades dos consumidores e com serviços que vão muito além dos café-restaurantes convencionais das áreas de serviço. Face aos perfis diversificados de quem visita as unidades Sol, a marca está preparada para oferecer uma boa experiência a todos eles.

As unidades Sol caracterizam-se pela oferta de refeições rápidas e menus variados, com preços acessíveis, preparados ao momento, sempre com um atendimento personalizado e atento. Em várias localizações as unidades Sol integram marcas internacionais de reconhecida notoriedade como Pans & Company, Burger King e KFC, todas elas abrangidas pelo plano de certificação global com a ISO 22000, exigente padrão internacional de segurança alimentar.

As unidades Sol disponibilizam ainda serviços como a existência de áreas específicas para fumadores, fraldário independente, zona lounge, wi-fi gratuito, tomadas para carregamento de computadores ou telemóveis, disponibilização de jornais diários para consulta, venda de jornais e de revistas, presentes de última hora e drive-in.

Foi intentada, no início de Outubro de 2013, uma acção administrativa comum contra o Estado Português, pela participada Iberusa Hotelaria e Restauração, SA, cuja causa de pedir se insere nos extensos danos patrimoniais causados à mesma durante a actual e futura execução dos contratos por si titulados no âmbito das Parcerias Público-Privadas incidentes sobre várias concessões rodoviárias, onde a Iberusa explora, em diferentes Áreas de Serviço, vários estabelecimentos de Restauração, no âmbito dos diversos contratos que lhe estão subconcessionados.

AEROPORTOS

O Grupo é um player de referência nos aeroportos portugueses tendo obtido neste exercício a concessão de 4 novos restaurantes no Aeroporto da Madeira. Os novos espaços, situados no Piso 3 (um no lado Terra aberto ao público e no lado Ar, em zona restrita) são:

- Clocks, uma cafetaria com uma gama alargada que inclui saladas frescas, pastas, hambúrgueres, pregos e sumos de fruta;
- Cockpit restaurante bar com serviço à mesa que oferece uma variedade de tapas, mini-bocadillos, pratos quentes e vinho a copo;
- Go To café, uma cafetaria de serviço rápido para quem não tem tempo a perder;
- Pizza Hut, marca âncora internacional de elevada notoriedade, com as pizzas do momento.

É mais um investimento do Grupo Ibersol no Funchal, onde estamos presentes desde o ano 2000, com sete restaurantes das marcas internacionais Burger King, KFC e Pans & Company.

A estas unidades no Aeroporto da Madeira acrescem os 11 pontos de venda nos Aeroportos de Lisboa e João Paulo II (Ponta Delgada). O exercício termina com um total de 122 colaboradores.

CATERING

O negócio de catering do Grupo Ibersol é composto pela Silva Carvalho Catering, Solinca e Sugestões e Opções, tendo dois centros de produção, certificados pela norma ISO 22000 e dois armazéns, em Albarraque e na Maia.

A partir destes dois centros foram preparadas, cumprindo todas as normas de higiene e segurança alimentar, mais de 1.160 eventos que permitiram servir mais de 330.000 clientes.

Em causa não está apenas o cumprimento de normas de higiene e segurança alimentar nos eventos realizados, mas sobretudo o compromisso de produzir refeições de excepcional qualidade com técnicas criativas e inovadoras.

Todos os eventos são importantes e a busca da perfeição está profundamente enraizada nas nossas equipas.

A Ibersol é o único grupo empresarial do sector com uma cobertura verdadeiramente nacional, aglutinando uma equipa de excepcionais profissionais em todos os departamentos - área comercial, departamento operacional, cozinha, armazéns, logística - estando habilitada a efectuar qualquer tipo de evento, em qualquer parte do país.

O ano de 2013 manteve a tendência de contracção de mercado fruto da conjuntura económica desfavorável a nível nacional e europeia.

Esta tendência foi particularmente acentuada no mercado interno, com as empresas a realizarem menos eventos e de menor dimensão e as entidades públicas a reduzirem radicalmente a realização de eventos com necessidades de serviços de Catering.

A redução da disponibilidade financeira das empresas e dos particulares teve também um forte impacto nos preços de venda, tendo-se verificado uma deslocação dos clientes para conteúdos e tipologias de eventos mais económicos.

Sendo os eventos de catering de média e grande dimensão planeados com alguma antecedência, detectamos pequenos indicadores de melhoria para 2014.

O rigor no controlo dos custos a todos os níveis e, uma orçamentação de cada evento, cada vez mais cuidada, permitiu a melhoria dos rácios de rentabilidade.

Paralelamente, o forte plano de reestruturação, levado a cabo em 2011, permitiu uma melhoria significativa da rentabilidade global do negócio.

O ano de 2013 foi um ano de consolidação da operação no Centro de Congressos de Lisboa, com indícios de recuperação do volume de vendas, detectando-se uma mudança da tendência para um regresso de empresas nacionais e internacionais a eventos regulares que tinham deixado de realizar nos últimos anos.

A exclusividade no Centro de Congressos de Lisboa e as parcerias celebradas com o Centro de Congresso do Estoril, Centro de Congressos do Freeport, Exponor, Europarque, Alfandega do Porto, FIL Parque das Nações e Palácio da Bolsa entre outros, colocam-nos claramente na dianteira deste mercado, garantindo a nossa presença nos maiores centros de congressos do país.

A concessão exclusiva dos camarotes e da Área VIP do estádio do Dragão, nos últimos anos, é uma prova de consistência e qualidade no segmento dos eventos desportivos, perante um cliente muito exigente.

No segmento de particulares, a pesquisa de novos espaços para realização de casamentos e festas particulares, em conjunto com o reforço da comunicação e venda em plataformas digitais, acção que teve início em 2012, teve um resultado ainda tímido em 2013.

Encaramos o ano de 2014 com a mesma prudência com que iniciamos o ano de 2013, conscientes de que a conclusão da reestruturação interna nos permite dar resposta aos pedidos dos clientes, quer estejam em causa eventos de pequena dimensão, quer outros de maior dimensão.

QUISQUES DE CAFÉ

Explorados sob a marca de café Delta, os quiosques de café têm vindo, ao longo do tempo, a fortalecer o seu posicionamento e reconhecimento como especialistas de café nos locais onde estão implantados.

O ano de 2013 terminou com 10 unidades a que correspondem 18 pontos de contacto com os clientes. Não se abriram novas unidades, tendo-se optado pela manutenção do parque actual e pela remodelação de imagem daquelas que apresentavam um maior desgaste.

Neste sentido, o ano foi muito focado na consolidação do negócio através do investimento na formação de técnicas de atendimento dirigido à equipa operacional que contava, no final do ano, com cerca de 90 colaboradores. Esta equipa encontra-se certificada em áreas de conhecimento que incluem a segurança alimentar, o atendimento ao cliente e outras áreas relevantes para um bom desempenho das tarefas que lhes são exigidas.

Ao longo dos últimos anos temos vindo a contrariar a quebra de vendas de café originada pela proibição generalizada de fumar dentro de áreas fechadas, bem como o aumento da concorrência, através da diversificação da gama de venda, do alargamento das opções para os clientes e da introdução de pequenos menus que complementam, com sucesso, a resposta às suas necessidades.

CONCESSÕES

Actualmente o Grupo Ibersol explora os seguintes espaços concessionados: Museu de Serralves, Casa da Música, Biblioteca Almeida Garrett, VOG Tecmaia, Exponor e Estação CP de Campanhã.

O foco na formação da equipa de colaboradores em atendimento, qualidade e controlo de operações foram as principais linhas de acção que orientaram o negócio de concessões.

Todas as unidades que compõem este negócio têm características muito diferenciadas entre si, não só pelo público que as frequenta, como também pelas necessidades que visam suprir. Daí a importância de identificar o público-alvo e aquilo que ele procura em cada momento de consumo. Após esta identificação, é necessário apresentar uma oferta ajustada que permita dar resposta às expectativas dos consumidores, procurando sempre superá-las. Para tal é fundamental dispor de uma equipa treinada e com formação adequada, e é por isso que a prioridade do grupo tem sido investir na formação de recursos humanos.

No final do ano, as unidades Blú Coffee Shop de Campanhã e VOG mantinham-se certificadas com a norma de qualidade ISO 22000.

7. Análise Financeira Consolidada

RESULTADOS OPERACIONAIS

No exercício de 2013, os proveitos operacionais consolidados ascenderam a 174,3 milhões de euros o que representa um crescimento de 0,1% relativamente ao ano de 2012. A margem EBITDA, para o mesmo período, ascendeu a 18,6 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 8,6%. Os resultados operacionais atingiram 6,5 milhões de euros, com um acréscimo de 15,7% em relação ao ano anterior.

Vendas e Outros Proveitos Operacionais

O volume de negócios consolidado totalizou no final do ano 172,5 milhões de euros, o que representa um crescimento de 0,7% relativamente ao ano de 2012.

O volume de negócios repartiu-se da forma seguinte:

	Milhões de euros	Var 13/12
Vendas Restauração	168,68	0,7%
Vendas Mercadorias	3,16	-1,5%
Prestação Serviços	0,64	-0,1%
Volume Negócios	172,49	0,7%

As vendas de restauração que ascenderam a 168,7 milhões de euros registaram um acréscimo anual de 0,7% que se decompõe por segmentos da forma seguinte:

VENDAS RESTAURAÇÃO	Milhões de euros	Var 13/12
Restaurantes	65,11	-6,3%
Balcões	85,04	7,4%
Outros	18,54	-1,6%
Volume Negócios	168,68	0,7%

Resultando que o segmento de ticket mais elevado foi o que evidenciou maiores dificuldades de recuperação.

A necessidade de uma constante avaliação do *portfólio* de pontos de venda conduziu ao encerramento de 11 unidades. Com o mercado de consumo em recessão e a exigir uma maior selectividade apenas efectuamos 4 aberturas, pelo que no final do ano operávamos 301 unidades próprias em Portugal, 70 em Espanha e 3 em Angola.

No final do ano, o número total de unidades - próprias e franquizadas - era de 394 com a distribuição seguinte:

Nº Unidades	2012		2013		2013 31-Dez
	31-Dez	Aberturas	Tranferências	Encerramentos	
PORTUGAL	308	2		8	302
Próprias	307	2		8	301
Pizza Hut	95			2	93
Okilo + MIIT	11			2	9
Pans	57			1	56
Burger King	38	1			39
KFC	18				18
Pasta Caffé	16			2	14
Quiosques	10				10
Flor d'Oliveira	1				1
Cafetarias	35				35
Catering (SeO,JSCCe Solinca)	6				6
Concessões e Outros	20	1		1	20
Franquiadas	1				1
ESPAÑA	92	2		5	89
Próprias	73	1	-1	3	70
Pizza Móvil	39		-1	2	36
Pasta Caffé	2			1	1
Burger King	32	1			33
Franquiadas	19	1	1	2	19
ANGOLA	2	1			3
KFC	2	1			3
Total Próprias	382	4	-1	11	374
Total Franquiadas	20	1	1	2	20
TOTAL	402	5	0	13	394

Nota: transferência de 1 unidade Pizza Móvil própria para exploração em regime de franquia

Os outros proveitos operacionais ascenderam a 1,8 milhões de euros, dos quais a componente mais significativa respeita às participações dos fornecedores em campanhas de marketing. Esta componente de proveitos tem vindo anualmente a diminuir pela substituição das participações de fornecedores por reduções nos preços de compra.

Custos operacionais

Os custos operacionais consolidados atingiram o montante de 167,9 milhões de euros, o que representa uma redução de 0,4% face ao ano anterior, diminuindo o seu peso nas vendas.

Margem bruta

O CEVC (custo das mercadorias e matérias primas vendidas e consumidas) que em 2012, representava 23,5% das vendas aumentou para 23,6% reflectindo a grande pressão sobre os preços de venda registada no mercado de restauração.

A margem bruta sobre o volume de negócios foi neste exercício de 76,4%, que compara com 76,6% registada no ano passado.

Remunerações e encargos com pessoal

Os custos com pessoal reduziram em 1,3 milhões de euros e ascenderam a 55,4 milhões de euros. O decréscimo de 2,3 % foi o necessário para acompanhar a redução dos preços de venda e a optimização de horários de funcionamento de alguns restaurantes. O peso desta rubrica que no ano de 2012 tinha atingido 33,1% passou em 2013 para 32,1% do volume de negócios.

Fornecimentos e Serviços Externos

Os custos em FSEs (Fornecimentos e Serviços Externos) ascenderam a 57,8 milhões de euros, face a 58,5 milhões de euros em 2012, equivalente a um decréscimo de 1,1%.

Consequentemente, o peso desta rubrica passou de 34,1% para 33,5% do volume de negócios. O aumento dos preços da energia e o incremento nos custos de manutenção foram compensados pela rigorosa austeridade imposta na gestão dos restantes gastos gerais.

Outros Custos Operacionais

Os outros custos operacionais cifraram-se em 1,8 milhões de euros e incorporam cerca de 700 mil de euros correspondentes aos custos de encerramento de algumas unidades durante o exercício.

O imposto de selo e outras taxas, em 2013, ascenderam a 557 mil euros.

Amortizações e Provisões

As amortizações e perdas por imparidade do exercício totalizaram 12,2 milhões de euros, um aumento de 0,6 milhões de euros face a 2012, passando a representar 7,1% do volume de negócios. As perdas por imparidade dos activos tangíveis e intangíveis reconhecidas neste exercício atingiram o montante de 2,5 milhões de euros, ou seja mais 0,9 milhões que o valor registado em 2012.

EBITDA

O EBITDA no período ascendeu a 18,6 milhões de euros que compara com 17,1 milhões de euros atingidos no ano anterior. A ligeira recuperação das vendas no segundo semestre verificada na Península Ibérica e a exploração dos restaurantes em Angola durante todo o ano foram determinantes para a evolução positiva do EBITDA consolidado em 8,6%.

O aumento do volume de negócios e a dinâmica instalada de redução de custos conduziram a uma recuperação da margem EBITDA que passou de 10,0%, em 2012, para 10,8% em 2013.

RESULTADO FINANCEIRO

O Custo de Financiamento Líquido do exercício negativo em 2,3 milhões de euros sofreu um agravamento em cerca de 140 mil euros face ao ano de 2012. Este aumento do custo do financiamento líquido decorre fundamentalmente da redução das taxas de remuneração das aplicações e do acréscimo de financiamentos em Angola cujo custo nominal é muito superior ao da média do Grupo.

Os juros suportados atingiram valor idêntico ao de 2012, ou seja, 2,6 milhões de euro, o que corresponde a um custo médio da dívida de 5,0%.

RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO

O **resultado consolidado antes de impostos** atingiu o montante de 4,2 milhões de euros, o que representa um aumento de 0,7 milhões de euros, ou seja, um crescimento de 21%.

Imposto sobre o rendimento

O imposto efectivo em 2013 é de 0,9 milhões de euros, quando em 2012 foi de 1,1 milhões de euros, acompanhando a evolução dos resultados, a utilização dos reportes fiscais disponíveis e beneficiando da dedução do crédito fiscal extraordinário ao investimento (Lei 49/2013).

Por efeito dos impostos diferidos, o montante de imposto total que releva para apuramento do Resultado Líquido ascende a um montante positivo de 472 mil euros, que corresponde a uma taxa de 11,3%.

Resultado Consolidado do Exercício

O **resultado líquido consolidado do exercício** ascendeu a 3,70 milhões de euros, que compara com o registado em 2012 no montante de 2,74 milhões de euros, o que representa um aumento de 34,7%.

Os interesses não controlados respeitam essencialmente à parcela de minoritários directos e indirectos da filial Ibersande (Pans&C^a) e ascenderam a 120 mil euros.

O **resultado líquido consolidado atribuível a Accionistas** ascendeu a 3,58 milhões de euros, valor superior ao de 2012 em 42,3%.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Balanço

O **Activo** consolidado atingiu um montante de 218 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2013, o que representa uma redução em cerca de 6 milhões de euros em relação ao final de 2012.

Esta diminuição resultou essencialmente das rubricas de imobilizado e corresponde às seguintes contribuições:

- (i) redução do imobilizado técnico referente às amortizações e imparidade do exercício (cerca de -12 milhões de euros);
- (ii) investimento nos planos de expansão e remodelação em Portugal e Espanha, especialmente remodelações (cerca +10 milhões de euros);
- (iii) investimento em Angola (cerca de + 3,3 milhões de euros);
- (iv) encerramento de unidades (cerca de -0,5 milhões de euros);
- (v) redução das dividas de terceiros (cerca de - 1,6 milhão de euros);
- (vi) aumento de existências (+1.5 milhões de euros) decorrente do Grupo ter passado a ser o detentor das existências para aprovisionamento dos 3 restaurantes em Angola
- (vii) redução do SPE a recuperar (cerca de -1 milhão de euros);
- (viii) redução de disponibilidades (cerca de -5 milhões de euros)

O **Passivo** consolidado atingiu um montante de 99 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2013, o que representa uma redução de 8,5 milhões de euros em relação ao final de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2013, o **Capital Próprio** ascendia a 119 milhões de euros, um aumento de 2 milhões de euros em relação ao final de 2012, tendo-se distribuído, no exercício, a título de dividendos cerca de 1,0 milhão de euros.

CAPEX

Em 2013, o **CAPEX** atingiu o montante de 13,3 milhões de euros, correspondendo ao investimento em:

- expansão e remodelação em Portugal e Espanha: 3 novos restaurantes e remodelação de 15 unidades (totalizando 7,5 milhões de euros);
- expansão Angola: terceira unidade e aquisição dos direitos sobre o terreno da quarta (3,3 milhões de euros)
- diversos correntes totalizaram 2,5 milhões de euros.

Ocorreu ainda desinvestimento, por encerramento, de 11 unidades (8 em Portugal e 3 em Espanha).

O *cash flow* gerado no exercício atingiu o montante de 15,9 milhões de euros, valor suficiente para a cobertura financeira do CAPEX.

Dívida Líquida consolidada

No final do exercício, o endividamento líquido remunerado ascendia a 24,5 milhões de euros, inferior em 3,6 milhões de euros à dívida no final de 2012 (28,1 milhões de euros). O endividamento bancário de curto prazo é constituído por emissões de Programa de Papel Comercial com possibilidades de denúncia em 2014 e dívida de médio longo prazo cujo vencimento ocorrerá em 2014.

O “*gearing*” (dívida líquida/(dívida líquida+capital próprio)) que no final de 2012 era de 19,4% baixou para 17,0%.

O indicador “Dívida líquida sobre o EBITDA” no final de 2013 era de 1,3 vezes (1,6 vezes em 2012) e o rácio de cobertura dos juros pelo EBITDA era de 7,3 vezes (compara com 6,6 em 2012).

A estrutura financeira do Grupo continua a apresentar uma forte solidez.

8. Riscos e incertezas

A gestão do risco, sendo uma das componentes da cultura da sociedade, é transversal à Organização, está presente em todos os processos e é da responsabilidade de todos os gestores e colaboradores nos diferentes níveis organizacionais.

A gestão de risco é desenvolvida tendo como objectivo a criação de valor, através da gestão e controlo das incertezas e ameaças que podem afectar as empresas do Grupo, numa perspectiva de continuidade das operações, tendo em vista o aproveitamento das oportunidades de negócio.

No âmbito do planeamento estratégico são identificados e avaliados os riscos do *portfolio* dos negócios existentes, bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projectos mais relevantes e definidas as estratégias de gestão desses riscos.

No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objectivos de cada negócio e planeadas acções de gestão desses riscos, que são incluídas e monitorizadas no âmbito dos planos dos negócios e das unidades funcionais.

De forma a garantir a conformidade dos procedimentos estabelecidos é efectuada regularmente a avaliação dos principais sistemas de controlo interno do grupo.

O controlo interno e o acompanhamento dos sistemas de controlo interno são conduzidos pela Comissão Executiva. Por especificidades do Negócio existem áreas de risco que destacamos:

- Qualidade e higiene alimentar
- Higiene e segurança no trabalho
- Financeira
- Ambiental

A acentuada quebra do consumo verificada nos últimos anos e a incerteza quanto à evolução das economias de Portugal e de Espanha fazem-nos antecipar uma recuperação lenta do sector da restauração e das vendas do Grupo. Para atenuar o efeito nos resultados a sociedade tem adoptado um rigoroso controlo dos custos com uma monitorização mensal da evolução do mercado e a consequente revisão do planeamento de recursos a utilizar.

Por outro lado, operando no ramo alimentar, eventuais epidemias ou distorções nos mercados das matérias-primas bem como eventuais alterações do padrão de consumo podem acarretar importantes impactos nas demonstrações financeiras.

9. Acções próprias

Durante o exercício a sociedade não efectuou transacções com acções próprias.

Em 31 de Dezembro de 2013, a sociedade mantinha 2.000.000 acções (10% do capital), com valor nominal de 1€ cada, por um valor global de aquisição de 11.179.643 euros.

10. Nota sobre a actividade do Membro Não Executivo do C.A.

O Membro Não Executivo do Conselho de Administração da Ibersol, Professor Juan Carlos Vázquez-Dodero, participou em 6 reuniões do Conselho de Administração, ou seja em 85% das reuniões realizadas, tendo-lhe sido disponibilizada com antecedência toda a informação e documentação referentes às matérias constantes na ordem de trabalhos de todas as reuniões, mesmo daquelas em que não esteve presente.

O Administrador Não Executivo participou em várias reuniões da Comissão Executiva, particularmente naquelas em que os temas versavam a estratégia e o planeamento dos negócios do Grupo.

Frequentemente, solicitou informação detalhada à Comissão Executiva sobre decisões tomadas no âmbito do desenvolvimento e expansão dos Negócios.

Em 2013, para melhor avaliar o novo mercado de desenvolvimento do Grupo efectuou uma deslocação a Angola.

Ao nível funcional manteve uma relação privilegiada com o departamento de Planeamento e Controlo de Gestão tendo o Professor Vázquez-Dodero reunido quatro vezes com a Direcção do Departamento para, em conjunto, avaliarem metodologias e ferramentas e definirem processos de melhoria no controlo dos negócios, bem como aportou informação macro-económica relevante para apoio ao diagnóstico do contexto em Espanha.

O Controlo de Gestão forneceu-lhe, trimestralmente, informação detalhada que lhe permitiu o acompanhamento da actividade operacional e a avaliação do desempenho da gestão executiva face aos planos e orçamentos aprovados em Conselho de Administração. Todos os esclarecimentos solicitados foram fornecidos.

O Membro Não Executivo esteve presente em todas as reuniões efectuadas com o Conselho Fiscal e acompanhou todos os temas de *Corporate Governance* surgidos durante o exercício.

11. Perspectivas

Todas as perspectivas apontam no sentido dum ligeiro alívio da pressão sobre a procura interna no mercado ibérico, mas a necessidade de manter medidas de consolidação orçamental continuará a condicionar o crescimento do mercado da restauração. Porém, mantendo-se os sinais positivos de evolução da economia é de prever que as vendas em 2014 mantenham a tendência evidenciada no quarto trimestre. A pressão sobre os preços de venda deverá continuar pelo que as margens continuarão com tendência de contracção.

No que concerne ao financiamento é expectável que a maior liquidez sentida no final de 2013 se prolongue pelo ano de 2014. A disponibilização selectiva de fundos à economia tem vindo a fazer-se sentir na abordagem que a generalidade dos Bancos têm feito ao Grupo, colocando à disposição novas linhas de financiamento ou manifestando a predisposição para aumentar a maturidade das existentes. Consequentemente, perspectivamos que venha a ocorrer uma redução dos spreads associados aos financiamentos em Portugal e Espanha.

No que concerne à expansão continuaremos atentos a oportunidades de reforço da posição competitiva das marcas que exploramos, prevemos que durante o ano de 2014 a Ibersol possa concretizar a abertura de 5 unidades e dê continuidade ao programa de remodelações de mais de uma dezena de unidades, podendo ainda ter de encerrar algumas, especialmente aquelas cujo processo de renegociação dos contratos de utilização não permita viabilizar a exploração face ao respectivo patamar de vendas.

Em Angola, com o negócio mais consolidado é nossa expectativa a abertura de mais um ou dois restaurantes.

12. Distribuição de Resultados

No exercício de 2013, a Ibersol SGPS, S.A. apresentou um resultado líquido consolidado de 3.696.939, 00 euros e um resultado líquido nas contas individuais de 3.576.911,00 euros.

Conforme consta do relatório de gestão individual, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:

Reservas não distribuíveis	2.706.183,00 €
Reservas livres	870.728,00€

Propomos ainda a distribuição de reservas no montante de 1.100.000 euros, o que corresponde a atribuir, a cada acção, um dividendo ilíquido de 0,055€. No caso da sociedade deter acções próprias manter-se-á a referida atribuição de 0,055€ a cada acção em circulação, reduzindo-se o montante global dos dividendos atribuídos.

13. Factos subsequentes e declaração de responsabilidade

Até à data de aprovação deste relatório não ocorreram factos significativos que mereçam destaque.

Em cumprimento da alínea a) do nº1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários declaramos que tanto quanto é do seu conhecimento:

- o relatório de gestão, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas da Ibersol SGPS, SA. exigidos por lei ou regulamento, referentes ao exercício de 2013, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Ibersol SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; e
- a informação constante no relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Ibersol SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

14. Agradecimentos

O primeiro voto deste Conselho de Administração é dirigido a todos os colaboradores do Grupo, pela dedicação e entusiasmo que revelaram para enfrentar uma conjuntura tão adversa como a actual.

Relatório Gestão

Registamos com apreço a colaboração dada ao longo do exercício pelas Entidades Bancárias bem como pelos nossos Fornecedores e demais parceiros.

Agradecemos igualmente a todos os Accionistas pela confiança depositada na Ibersol.

Ao Conselho Fiscal, Auditores e Revisor Oficial de Contas é devido também o reconhecimento pela colaboração assídua e capacidade de diálogo que manifestaram no acompanhamento e no exame da gestão da empresa.

Porto, 7 de Abril de 2014

O Conselho de Administração

António Alberto Guerra Leal Teixeira

António Carlos Vaz Pinto de Sousa

Juan Carlos Vázquez-Dodero

Participações Qualificadas

Em cumprimento do artigo 8º do Regulamento da CMVM nº 5/2008, indicamos os titulares de participações qualificadas conhecidos a 31 de Dezembro de 2013

Accionista	nº acções	% capital social	% direitos voto
ATPSII - SGPS, S.A. (*)			
ATPS-SGPS, SA	886.359	4,43%	4,43%
I.E.S.-Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS,S.A.	9.998.000	49,99%	49,99%
Regard - SGPS, SA			
António Alberto Guerra Leal Teixeira	1.400	0,01%	0,01%
António Carlos Vaz Pinto Sousa	1.400	0,01%	0,01%
Total participação detida / imputável	10.887.159	54,44%	54,44%
Banco BPI, S.A.			
Fundo Pensões Banco BPI	400.000	2,00%	2,00%
Total participação detida / imputável	400.000	2,00%	2,00%
Avelino da Mota Gaspar Francisco	401.000	2,01%	2,01%
Santander Asset Management SGFIM, SA			
Fundo Santander Acções Portugal	514.241	2,57%	2,57%
Fundo Santander PPA	25.316	0,13%	0,13%
Total participação detida / imputável	539.557	2,70%	2,70%
Bestinver Gestion			
BESTINVER BOLSA, F.I.	919.144	4,60%	4,60%
BESTINFOND F.I.M.	841.661	4,21%	4,21%
BESTINVER GLOBAL, FP	248.528	1,24%	1,24%
BESTVALUE F.I..	214.354	1,07%	1,07%
SOIXA SICAV	150.142	0,75%	0,75%
BESTINVER MIXTO, F.I.M.	81.623	0,41%	0,41%
BESTINVER AHORRO, F.P.	102.062	0,51%	0,51%
BESTINVER SICAV-BESTINFUND	110.383	0,55%	0,55%
BESTINVER SICAV-IBERIAN	308.305	1,54%	1,54%
DIVALS DE INVERSIONES SICAV, SA	5.253	0,03%	0,03%
BESTINVER EMPLEO FP	6.414	0,03%	0,03%
LINKER INVERSIONES, SICAV, SA	3.936	0,02%	0,02%
BESTINVER FUTURO EPSV	2.210	0,01%	0,01%
BESTINVER EMPLEO II, F.P.	1.415	0,01%	0,01%
BESTINVER EMPLEO III, F.P.	795	0,00%	0,00%
ARBILIBIA SIVAC, SA	1.905	0,01%	0,01%
Tura INVESTMENT SIVAC, SA	1.869	0,01%	0,01%
Total participação detida / imputável	2.999.999	15,00%	15,00%
Norges Bank			
Directamente	767.454	3,84%	3,84%
FMR LLC			
Fidelity Management & Research Company	400.000	2,00%	2,00%

Anexo a que se refere o artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e artigo 14º, parágrafo 7, do Regulamento da CMVM nº 05/2008

TÍTULOS DETIDOS PELOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS E RESPECTIVAS
TRANSACÇÕES NO ANO DE 2013

Conselho de Administração	Data	<u>Aquisições</u>	<u>Alienações</u>	SALDO 31.12.2012
António Alberto Guerra Leal Teixeira				
ATPS II- S.G.P.S., SA (1)				3.384.000
lbersol SGPS, SA				1.400
António Carlos Vaz Pinto Sousa				
ATPS II- S.G.P.S., SA (1)				3.384.000
lbersol SGPS, SA				1.400
(1) ATPS II- S.G.P.S., SA				
ATPS- S.G.P.S., SA (2)				5.680
(2) ATPS- S.G.P.S., SA				
	Data	<u>Aquisições</u>	<u>Alienações</u>	SALDO 31.12.2012
lbersol SGPS, SA	21-05-2013	99.927		886.359
I.E.S.- Indústria Engenharia e Serviços, SA (3)				2.455.000
Regard -SGPS, SA (4)	21-05-2013		-146.815.181	0
(3) I.E.S.- Indústria Engenharia e Serviços, SGPS, SA				
lbersol SGPS, SA				9.998.000
(4) Regard- SGPS, SA fusão por incorporação na ATPS-SGPS, SA em 21/05/2013				

**TRANSACÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS EFECTUADAS PELOS DIRIGENTES E PESSOAS
RELACIONADAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2013**

Dando cumprimento ao disposto no n.º7 do Artigo 14º do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM, informamos que nenhum dirigente e pessoas estreitamente relacionadas efectuou transacções de valores mobiliários durante o ano de 2013.

Anexo a que se refere o artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

I.E.S.- Indústria Engenharia e Serviços, SGPS, SA

É detentora de 9.998.000 (nove milhões novecentas noventa e oitenta mil) ações representativas do capital da Ibersol -SGPS,SA.

**RELATÓRIO DE GOVERNO
SOCIETÁRIO
Ano 2013**

IBERSOL, SGPS, SA.

Sociedade Aberta, com o capital social de 20.000.000 euros, com sede na Praça do Bom Sucesso, n.ºs 105/159, 9.º andar, 4150-146 Porto, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 501669477,

**PARTE I - INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACCIONISTA,
ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE**

A. ESTRUTURA ACCIONISTA

1. Estrutura de capital

O capital social da Ibersol, SGPS, SA. é de 20.000.000 de euros, integralmente subscrito e realizado, representado por 20.000.000 de acções ordinárias nominativas, cada uma com o valor nominal de 1 euro, sendo iguais os direitos e deveres inerentes a todas as acções.

2. Restrições à transmissibilidade e titularidade das acções

A Sociedade não tem, nas normas emergentes dos respectivos Estatutos, designadamente no disposto nos artigos quarto e quinto do mesmo instrumento, quaisquer restrições à transmissibilidade das acções, nem qualquer tipo de cláusulas impositivas da necessidade do consentimento para a alienação dos mesmos títulos, ou qualquer tipo de imposição de limitações à titularidade de acções.

3. Acções próprias

Em 31 de Dezembro de 2013, a Ibersol, SGPS, SA. era detentora de 2.000.000 de acções próprias, correspondentes a 10% do capital social, com o valor nominal de um euro, por um valor global de aquisição de 11.179.643 euros.

Durante o exercício de 2013 a sociedade não efectuou transacções de acções próprias.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respectivos

Não existem quaisquer acordos significativos celebrados pela Sociedade ou pelas suas

subsidiárias que contenham cláusulas com o objectivo de constituírem medidas defensivas à mudança de controlo (inclusivamente na sequência de uma oferta pública de aquisição). Não existem quaisquer condições específicas que limitam o exercício de direitos de voto pelos accionistas da Sociedade ou outras matérias susceptíveis de interferir no êxito de uma oferta pública de aquisição.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

Não foram adoptadas, no seio da Sociedade, quaisquer medidas defensivas, nem qualquer regime sobre a renovação ou revogação das mesmas.

6. Acordos parassociais

A Sociedade desconhece a existência de qualquer acordo parassocial que possa conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou exercício concertado de direitos de voto.

II. Participações Sociais e Obrigações detidas

7. Participações qualificadas

Em 31 de Dezembro de 2013 e de acordo com as notificações recebidas pela Sociedade e que de acordo com o artigo 20º do Código das Sociedades Comerciais têm uma participação qualificada de pelo menos 2% do capital social da Ibersol são os seguintes:

Accionista	nº acções	% capital social	% direitos voto
ATPSII - SGPS, S.A. (*)			
Total participação detida / imputável	10.887.159	54,44%	54,44%
Banco BPI, S.A.			
Fundo Pensões Banco BPI	400.000	2,00%	2,00%
Total participação detida / imputável	400.000	2,00%	2,00%
Avelino da Mota Gaspar Francisco	401.000	2,01%	2,01%
Santander Asset Management SGFIM, SA			
Total participação detida / imputável	539.557	2,70%	2,698%
Bestinver Gestion			
Total participação detida / imputável	2.999.999	15,00%	15,00%
Norges Bank			
Directamente	767.454	3,84%	3,84%
FMR LLC			
Fidelity Management & Research Company	400.000	2,00%	2,00%

(*) ATPS II-SGPS é de tida por António Alberto Guerra Leal Teixeira e António Carlos Vaz Pinto Sousa, com 50% cada.

8. Indicação sobre o número de acções e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA:

Conselho de Administração:

Presidente - Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira

1.400 acções representativas do capital da Ibersol SGPS, SA.
3.384.000 acções representativas de 50% do capital da ATPSII, SGPS,SA
A ATPS II, SGPS, SA, em 31/12/2013, é detentora de 5.680 acções representativas de 50,04% do capital social da ATPS, SGPS, SA.
A ATPS, SGPS, SA em 31/12/2013, é detentora de 886.359 acções representativas do capital da Ibersol, SGPS, SA e de 2.455.000 acções representativas de 100% do capital da I.E.S. – Indústria Engenharia e Serviços, SGPS, SA
A IES – Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, SA, em 31/12/2013, é detentora de 9.998.000 acções representativas do capital da Ibersol, SGPS, SA.

Vice-Presidente - Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa

1.400 acções representativas do capital da Ibersol SGPS, SA.
3.384.000 acções representativas de 50% do capital da ATPSII, SGPS,SA
A ATPS II, SGPS, SA, em 31/12/2013, é detentora de 5.680 acções representativas de 50,04% do capital social da ATPS, SGPS, SA.
A ATPS, SGPS, SA em 31/12/2013, é detentora de 886.359 acções representativas do capital da Ibersol, SGPS, SA e de 2.455.000 acções representativas de 100% do capital da I.E.S. – Indústria Engenharia e Serviços, SGPS, SA
A IES – Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, SA, em 31/12/2013, é detentora de 9.998.000 acções representativas do capital da Ibersol, SGPS, SA.

Vogal – Prof. Doutor Juan Carlos Vázquez-Dodero

Não é titular de acções da sociedade

Conselho Fiscal:

Presidente - Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva

Não é titular de acções da sociedade

Vice-Presidente – António Maria Borda Cardoso

Não é titular de acções da sociedade

Vogal – Eduardo Moutinho Ferreira Santos

Não é titular de acções da sociedade

Suplente – Maria Helena Moreira de Araújo

Não é titular de acções da sociedade

9. Poderes especiais do órgão de administração relativos a aumentos do capital

Nos termos do fixado no artigo 4.º n.º 2 dos Estatutos societários, o capital social poderá ser elevado até cem milhões de euros, por uma ou mais vezes, por deliberação do Conselho de Administração, a qual fixará a forma, as condições de subscrição e as categorias de acções a emitir de entre as previstas no mesmo pacto social, ou outras permitidas por lei.

10. Relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade

Não foram realizados quaisquer negócios ou operações significativos entre a Sociedade e titulares de participações qualificadas.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da mesa da assembleia geral

11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respectivo mandato

Ao longo do exercício de 2013, e mediante eleição efectuada na Assembleia Geral Anual realizada em 6 de Maio de 2013, a composição da Mesa da Assembleia Geral foi a seguinte:

Presidente da Mesa – Dr.ª Alice da Assunção Castanho Amado;

Vice-Presidente – Dr.ª Anabela Nogueira de Matos;

Secretária – Dr.ª Maria Leonor Moreira Pires Cabral Campello;

O mandato destes membros consiste no quadriénio 2013 / 2016.

b) Exercício do direito de voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto

Não existem quaisquer restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de acções, visto que, nos termos do fixado no artigo 21º dos Estatutos, a cada acção corresponde um voto.

De acordo com o artigo 23º dos Estatutos da Sociedade, para que a Assembleia Geral possa reunir e deliberar em primeira convocação é indispensável a presença ou representação de accionistas possuidores de acções que titulem mais de cinquenta por cento do capital social. De acordo com o artigo 21º dos Estatutos, nºs 1 e 2, a cada

acção corresponde um voto e as deliberações em assembleia geral serão tomadas por maioria simples, excepto se a lei o exigir diversamente.

Existem regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência consignadas no artigo 22º n.ºs 3 a 11 dos Estatutos societários, não existindo qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência. A sociedade disponibiliza o boletim de voto por correspondência e informa dos procedimentos necessários para exercer esse direito. Este modelo está disponível no sítio da sociedade, na Internet, www.ibersol.pt. Os votos por correspondência podem ser recebidos até três dias antes da data de realização da Assembleia Geral, nos termos do artº 22º n.º 4 dos Estatutos.

13. Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único accionista ou por accionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art. 20.º.

Não existe qualquer indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único accionista ou por accionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações tipificadas na apontada norma;

14. Deliberações accionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada

As deliberações accionistas não se encontram submetidas, por imposição estatutária, a maiorias qualificadas a não ser as que resultem da lei. Assim, e excepto se a lei o exigir diferentemente, as deliberações em Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples (art.º 21.º n.º 2 dos Estatutos societários);

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

a) Composição

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva;

Vice-Presidente – Dr. António Maria de Borda Cardoso;

Vogal – Dr. Eduardo Moutinho dos Santos;

Suplente – Dr.ª Maria Helena Moreira de Araújo;

Revisor Oficial de Contas - PriceWaterHouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.;

15. Identificação do modelo de governo adoptado.

A Sociedade adopta um modelo de governo clássico, monista - composto por Conselho de Administração e Conselho Fiscal, tendo sido designado em Assembleia Geral o respectivo Revisor Oficial de Contas. O Conselho de Administração é o órgão responsável por praticar todos os actos de administração relativos ao objecto societário, determinar a orientação estratégica da sociedade e proceder à designação e supervisão geral da actuação da Comissão Executiva, não existindo comissões especializadas por si constituídas. A comissão executiva coordena operacionalmente as Direcções funcionais e os diferentes negócios societários, reunindo com os respectivos directores numa base periódica.

O Conselho Fiscal tem a responsabilidade de fiscalização da actividade societária, nos termos das definições que, legal e estatutariamente, lhe estão adstritas.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração

As regras estatutárias sobre os requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração estão consignadas nos artigos oitavo, nono, décimo, e décimo quinto dos Estatutos.

O Conselho de Administração é composto por um número ímpar ou par de membros, no mínimo três e máximo de nove, eleitos em Assembleia Geral, ficando autorizada a eleição de Administradores suplentes até igual a um terço do número de Administradores efectivos.

Para um número de Administradores não excedente a um terço do órgão, proceder-se-á a eleição prévia e isolada, entre pessoas propostas em listas subscritas por grupo de accionistas, contando que nenhum desses grupos possua acções representativas de mais de 20% e de menos de 10% do capital social. Cada lista deve propor, pelo menos, duas pessoas elegíveis por cada um dos cargos a preencher e o mesmo accionista não pode subscrever mais de uma lista. Se numa eleição isolada forem apresentadas listas por mais de um grupo, a votação incide sobre o conjunto dessas listas.

Em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qual quer Administrador, o Conselho de Administração providenciará quanto à sua substituição. Se se tratar de falta definitiva do administrador eleito ao abrigo das regras explicitadas no paragrafo anterior, proceder-se-á a eleição em Assembleia Geral.

17. Composição do Conselho de Administração

A actual composição do Conselho de Administração é de três membros, sendo o Conselho de Administração executivo composto pelo respectivo Presidente e Vice-Presidente. O Conselho de Administração escolherá o seu presidente se este não tiver sido designado pela assembleia geral aquando da sua eleição. O Conselho de Administração pode

encarregar especialmente algum ou alguns administradores de se ocuparem de certas matérias de administração. Em 31 de Dezembro de 2013, este órgão era composto pelos seguintes membros:

Presidente – Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira;

Vice-Presidente – Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;

Vogal – Professor Doutor Juan Carlos Vázquez-Dodero

Todos os membros foram eleitos na Assembleia Geral realizada no dia 6 de Maio de 2012 e o termo do mandato em curso ocorrerá no final do ano 2016 e até posterior designação eleitoral de novos membros do órgão.

A data da primeira designação para o exercício do respectivo mandato ocorreu em 1991 (Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa), em 1997 (Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira), e 1999 (Prof. Dr. Juan Carlos Vázquez-Dodero).

A duração estatutária do mandato é de quatro anos, tal como resulta fixado no artigo 27º dos Estatutos societários.

O Conselho de Administração poderá igualmente delegar num ou mais administradores ou numa comissão executiva a gestão corrente da sociedade, nos termos e dentro dos limites legais. Competirá ao Conselho de Administração regular o funcionamento da Comissão Executiva e o modo como exercerá os poderes que lhe forem cometidos.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes

O órgão de administração da Sociedade é composto por três administradores e inclui um membro, Prof. Juan Carlos Vázquez-Dodero, que é membro não executivo, não estando associado a grupos de interesses específicos, quer da Sociedade, quer dos seus accionistas de referência, não tendo interesses relevantes susceptíveis de colidir ou interferir com o livre exercício do seu mandato social, mais se referindo que não foi constituída qualquer comissão de controlo interno. O referido membro é Administrador de sociedades coligadas, nas quais não exerce quaisquer funções executivas. Não exerce quaisquer actividades ou negócios com a sociedade, no sentido do disposto nos artºs 397º e 398º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), cumprindo os demais requisitos de independência do artº 414 nº 5 do mesmo CSC, designadamente no sentido que vem fixado na Recomendação da Comissão Europeia de 15 de Fevereiro de 2005.

Mais se refere que o indicado Administrador não-executivo, sendo membro de sociedades agrupadas e coligadas do Grupo Ibersol, a nível não executivo dos respectivos Conselhos de

Administração, não presta a qualquer uma dessas sociedades qualquer outro tipo de colaboração, nem titula qualquer outro tipo de relação comercial (significativa ou não significativa), seja de prestação de serviços ou outra, não sendo beneficiário de qualquer tipo de remuneração para além da auferida anualmente enquanto Administrador não-executivo da Ibersol, SGPS, SA.

19. Qualificações profissionais dos membros do Conselho de Administração

Conselho de Administração

Presidente - Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira

Formação académica

- Licenciado em Economia – Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Actividade profissional

- Presidente do Conselho de Administração da Ibersol, SGPS, SA
- Administrador de outras empresas participadas da Ibersol, SGPS, SA

Data da primeira nomeação e termo do mandato – 1997 / 2016;

Funções desempenhadas em órgãos de administração de outras sociedades do Grupo Ibersol:

ASUREBI - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

EGGON – SGPS, SA

ANATIR – SGPS, SA

CHARLOTTE DEVELOPS, SL

FIRMOVEN - Restauração, SA

IBERAKI - Restauração, SA

IBERGOURMET - Produtos Alimentares, SA

IBER KING - Restauração, SA

IBERSANDE - Restauração, SA

IBERSOL - Hotelaria e Turismo, SA

IBERSOL - Restauração, SA

IBERSOL MADEIRA e AÇORES, Restauração, SA

IBERUSA - Hotelaria e Restauração, SA

IBERUSA - Central de Compras para a Restauração, ACE

INVERPENINSULAR, SL

MAESTRO - Serviços de Gestão Hoteleira, SA

VIDISCO SL. Y LURCA SA. Union Temporal de Empresas

VIDISCO, SL

LURCA, SA

IBR – Imobiliária, SA

QRM – Projectos Turísticos, SA

RESTOH – Restauração e Catering, SA.

JOSÉ SILVA CARVALHO – Catering, SA

SUGESTÕES E OPÇÕES – Actividades Turísticas, SA.

SEC - EVENTOS E CATERING, SA.

IBERSOL ANGOLA, S.A.

Gerente

FERRO & FERRO, Lda.

RESTMON (Portugal) – Gestão e Exploração de Franquias, Lda.

Parque Central da Maia- Actividades Hoteleiras, Sociedade Unipessoal, Lda

RESBOAVISTA – Restaurante Internacional, Lda.

Funções desempenhadas em órgãos de administração de sociedades fora do Grupo Ibersol:

ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

ATPS II, SGPS, SA.

I.E.S. - Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, SA

MATEIXA Soc. Imobiliária, SA.

ONE TWO TASTE, SA.

Vice-Presidente - Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa

Formação académica

- Licenciado em Direito - Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

- CEOG – Curso de Gestão – Universidade Católica do Porto

Actividade profissional

- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Ibersol, SGPS, SA

- Administrador de outras empresas participadas da Ibersol, SGPS, SA

Data da primeira nomeação e termo do mandato – 1991 / 2016;

Funções desempenhadas em órgãos de administração de outras sociedades do Grupo Ibersol:

ASUREBI - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

EGGON – SGPS, SA

ANATIR – SGPS, SA

CHARLOTTE DEVELOPS, SL

FIRMOVEN - Restauração, SA

IBERAKI - Restauração, SA

IBERGOURMET - Produtos Alimentares, SA

IBER KING - Restauração, SA

IBERSANDE - Restauração, SA

IBERSOL - Hotelaria e Turismo, SA

IBERSOL - Restauração, SA

IBERSOL MADEIRA e AÇORES, RESTAURAÇÃO, SA
IBERUSA - Hotelaria e Restauração, SA
IBERUSA - Central de Compras para a Restauração, ACE
INVERPENINSULAR, SL
MAESTRO - Serviços de Gestão Hoteleira, SA
VIDISCO SL. Y LURCA SA. Union Temporal de Empresas
VIDISCO, SL
LURCA, SA
IBR – Imobiliária, SA
QRM – Projectos Turísticos, SA
RESTOH – Restauração e Catering, SA.
JOSÉ SILVA CARVALHO – Catering, SA
SUGESTÕES E OPÇÕES – Actividades Turísticas, SA.
SEC - EVENTOS E CATERING, SA.
IBERSOL ANGOLA, S.A.

Gerente

FERRO & FERRO, Lda.
RESTMON (Portugal) - Gestão e Exploração de Franquias, Lda.
Parque Central da Maia- Actividades Hoteleiras, Sociedade Unipessoal, Lda.
RESBOAVISTA – Restaurante Internacional, Lda.

Funções desempenhadas em órgãos de administração de sociedades fora do Grupo Ibersol:

ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA.
ATPS II, SGPS, SA.
MBR, IMOBILIÁRIA, SA.
ONE TWO TASTE, SA.
I.E.S. - Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, SA
POLIATLÂNTICA, SA.
PLASTEUROPA- Embalagens, SA.
SOPRANO- SGPS, SA.

Vogal – Prof. Doutor Juan Carlos Vázquez-Dodero

Formação académica

- Licenciado em Direito – Universidad Complutense de Madrid
- Licenciado em Ciências Empresariales – I.C.A.D.E. Madrid
- Mestre em Economia y Dirección de Empresas – I.E.S.E. Universidade de Navarra;
- Doutoramento em Negócios y Dirección - I.E.S.E. Universidade de Navarra

- Programas "Managing Corporate Control and Planning" e "Strategic Cost Management" – Harvard University

Actividade profissional

- Professor Ordinário do IESE
- Assessor e consultor em várias empresas Europeias e Americanas
- Vogal do Conselho de Administração da Ibersol, SGPS, SA
- Administrador de outras empresas participadas pela Ibersol, SGPS, SA

Data da primeira nomeação e termo do mandato: 1999 / 2016;

Funções desempenhadas em órgãos de administração de outras sociedades do Grupo Ibersol:

IBERUSA - Hotelaria e Restauração, SA

IBERSANDE - Restauração, SA

IBERSOL - Restauração, SA

IBERSOL ANGOLA S.A.

Funções desempenhadas em órgãos de administração de sociedades fora do Grupo Ibersol:

ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

I.E.S. - Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, SA

ATPS II, SGPS. SA.

FINAVES I, SCRRC, S.A.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com accionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

Não existem relações familiares, profissionais ou comerciais com detentores de participações qualificadas para além do facto dos Administradores António Alberto Guerra Leal Teixeira e António Carlos Vaz Pinto de Sousa serem os detentores, em partes iguais, da sociedade ATPSII- SGPS, SA à qual é imputada uma participação de 54,44% da capital da Ibersol.

21. Organograma relativo à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências

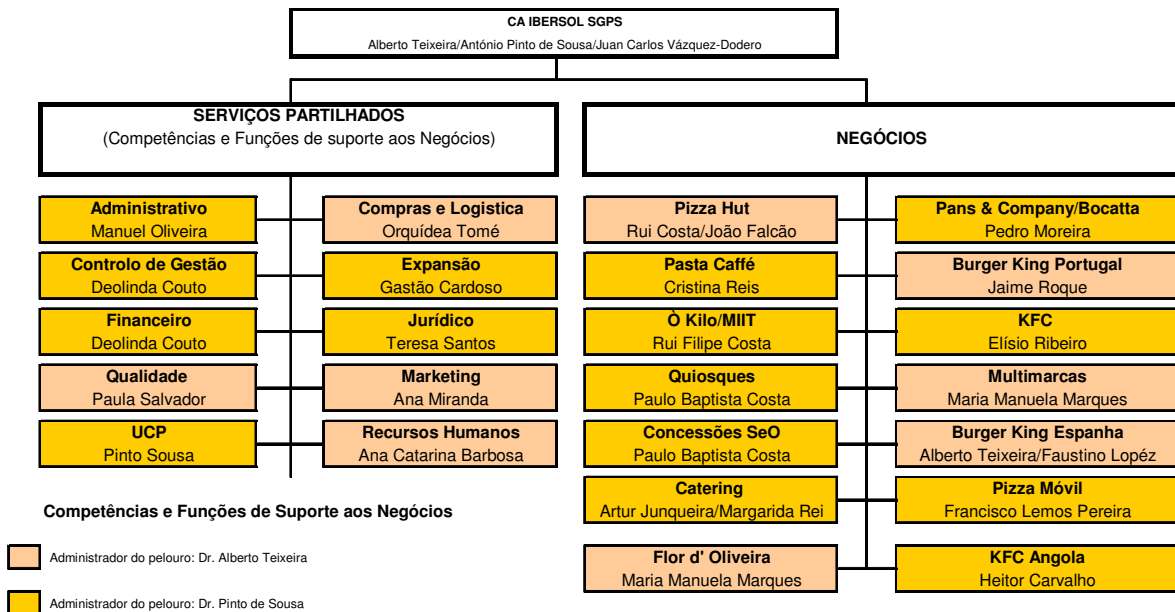
Dois dos membros do Conselho de Administração exercem funções executivas e formam uma Comissão Executiva, que foi eleita e cujos poderes foram delegados pelo Conselho de Administração nos termos do artº 8º nº 4 dos Estatutos da Sociedade, e um outro Administrador exerce funções não executivas.

A Comissão Executiva coordena operacionalmente as direcções funcionais e os diferentes negócios, reunindo com os respectivos directores numa base periódica. As decisões tomadas pelos Directores Funcionais e de Negócio, que devem respeitar as directrizes globais, emanam da delegação de competências conferida pela Comissão Executiva e são coordenadas nas reuniões periódicas.

Os poderes delegados na Comissão Executiva são, designadamente, os seguintes:

- plenos poderes de decisão, gestão e acompanhamento estratégico da actividade societária, dentro dos limites legais do artº 407º nº 4 do CSC;
- desenvolver, planear e programar as linhas de actuação do órgão de administração, no plano interno e externo do exercício social, dando plena prossecução aos objectivos sociais afectos aos fins da Sociedade, tendo como especial objectivo assistir o Conselho de Administração na verificação adequada dos instrumentos de supervisão da situação económico-financeira e no exercício da função de controlo das empresas integradas no Grupo Ibersol.
- Competir-lhe-á assistir o Conselho de Administração na actualização das suas estruturas de assessoria e suporte funcional, bem como nos procedimentos das empresas integradas no Grupo Ibersol, com adequação consistente à evolução das necessidades do negócio, actuando na definição dos perfis e características dos seus parceiros estratégicos, clientes, trabalhadores, colaboradores e demais agentes, bem como no desenvolvimento do padrão de comportamento nas relações da sociedade com o exterior, podendo, em concreto, proceder à aquisição, alienação e oneração de bens móveis, estabelecendo ou cessando cooperação com outras empresas.

O organograma e distribuição de pelouros é o seguinte:



b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração.

O Regulamento do Conselho de Administração pode ser consultado no sítio da Internet das Sociedade: www.ibersol.pt .

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração

Os estatutos da Sociedade estabelecem que O Conselho de Administração deve reunir pelo menos trimestralmente e , além disso, todas as vezes que o Presidente ou dois dos membros o convoquem. Durante o ano de 2013, o Conselho reuniu 7 vezes e a assiduidade foi de 100% para os dois Administradores executivos (António Alberto Guerra Leal Teixeira e António Carlos Vaz Pinto Sousa) e de 85% para o Administrador não executivo (Juan Carlos Vázquez- Doderó)

As reuniões do Conselho de Administração são marcadas e preparadas com antecedência e atempadamente disponibilizada a documentação referente aos pontos da agenda.

24. Órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A Comissão de Vencimentos é o órgão responsável pela avaliação de desempenho e aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos, em representação dos accionistas, de acordo com a política de remunerações aprovada pelos accionistas na Assembleia Geral.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração não inclui qualquer componente variável, sendo efectuada através dum contrato de prestação de serviços à ATPS-SGPS, SA. Não existem critérios pré-determinados para o indicado efeito.

26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras actividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

A actividade profissional dos actuais membros do Conselho de Administração é descrita do ponto 19. supra.

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados;

27. Identificação das comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

No seio do Conselho de Administração está criada apenas a Comissão Executiva, podendo o Regulamento do Conselho de Administração ser consultado no sítio da internet: www.ibersol.pt;

28. Composição da comissão executiva

Presidente – Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira;

Vice- Presidente – Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das actividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

A Ibersol, SGPS, SA. tem um Conselho de Administração composto por três membros, um Presidente, um Vice-Presidente e um Vogal.

Dois dos seus membros exercem funções executivas e formam uma Comissão Executiva, que foi eleita e cujos poderes foram delegados pelo Conselho de Administração nos termos do art.º 8.º n.º 4 dos Estatutos da Sociedade, e um outro Administrador exerce funções não executivas.

A Comissão Executiva coordena operacionalmente as direcções funcionais e os diferentes negócios desenvolvidos societariamente, reunindo com os respectivos directores numa base periódica. As decisões tomadas pelos Directores Funcionais e de Negócio, que devem respeitar as directrizes globais, emanam da delegação de competências conferida pela Comissão Executiva e são coordenadas nas reuniões referidas.

Os poderes delegados na Comissão Executiva são, designadamente, os seguintes:

- d) plenos poderes de decisão, gestão e acompanhamento estratégico da actividade societária, dentro dos limites legais do art.º 407.º n.º 4 do CSC;
- e) desenvolver, planear e programar as linhas de actuação do órgão de administração, no plano interno e externo do exercício social, dando plena prossecução aos objectivos sociais afectos aos fins da Sociedade, tendo como especial objectivo assistir o Conselho de Administração na verificação adequada dos instrumentos de supervisão da situação económico-financeira e no exercício da função de controlo das empresas integradas no Grupo Ibersol.
- f) Competir-lhe-á assistir o Conselho de Administração na actualização das suas estruturas de assessoria e suporte funcional, bem como nos procedimentos das empresas

integradas no Grupo Ibersol, com adequação consistente à evolução das necessidades do negócio, actuando na definição dos perfis e características dos seus parceiros estratégicos, clientes, trabalhadores, colaboradores e demais agentes, bem como no desenvolvimento do padrão de comportamento nas relações da sociedade com o exterior, podendo, em concreto, proceder à aquisição, alienação e oneração de bens móveis, estabelecendo ou cessando cooperação com outras empresas.

A Comissão Executiva reúne mensalmente e todas as vezes que o Presidente a convoquem. Sem prejuízo dos contactos regulares estabelecidos entre os membros da Comissão Executiva nos períodos entre reuniões, durante o ano de 2013, realizaram 20 reuniões.

Os membros da Comissão Executiva prestam em tempo útil as informações que lhe sejam solicitadas por outros membros dos órgãos sociais.

III. FISCALIZAÇÃO

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adoptado.

O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de são, no modelo adoptado, os órgãos de fiscalização da Sociedade Revisores Oficiais de Contas que não sejam membros daquele órgão, ambos eleitos pela Assembleia Geral de Accionistas.

31. Composição do Conselho Fiscal

Conselho Fiscal

Presidente - Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva ;

Vice-Presidente – António Maria Borda Cardoso;

Vogal – Eduardo Moutinho Ferreira Santos;

Suplente – Maria Helena Moreira de Araújo;

O Conselho Fiscal é composto por um número mínimo de três membros efectivos, sendo eleito em Assembleia Geral e deverá reunir, pelo menos, trimestralmente. Sendo três os membros efectivos do Conselho Fiscal, deve existir um ou dois suplentes, havendo sempre dois suplentes quando o número de membros for superior.

O Revisor Oficial de Contas ou Sociedade Revisora Oficial de Contas são eleitos pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal.

O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de 4 anos (artº 27º dos Estatutos societários), tendo o actual Presidente iniciado funções como Vice-Presidente no ano de 2008, tendo sido nomeado Presidente em 2013, para o mandato 2013/2016. O actual

Vice-Presidente iniciou funções de Vogal efectivo deste órgão em 2007 e foi nomeado vice-presidente para o mandato 2013/2016. O Vogal efectivo iniciou funções como Vogal suplente em 2007, e foi nomeado Vogal para o mandato 2013/2016.

32. Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 CSC

Todos os membros efectivos cumprem os critérios fixados no artigo 414º, nº 5 do CSC e cumprem com todas as regras de incompatibilidade mencionadas no número1 do artigo 414º-A do CSC.

Os membros do Conselho Fiscal têm o dever de comunicar imediatamente à Sociedade qualquer ocorrência que origine incompatibilidade ou perda de independência.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº21.

Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva;

Formação académica

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto (1970);

Actividade profissional dos últimos cinco anos:

- Docência Universitária;

- Consultoria Fiscal;

Data da primeira nomeação e termo do mandato: 2008 / 2016.

Funções desempenhadas em órgãos sociais de outras sociedades do Grupo

Ibersol: não desempenha quaisquer funções noutras sociedades do Grupo Ibersol.

Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :

Não é titular de acções da sociedade.

Vice-Presidente – Dr. António Maria de Borda Cardoso;

Formação académica

- Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto (1966);

Actividade profissional dos últimos cinco anos :

- Pensionista desde 25/10/2005;

- Administrador da " Laminar – Indústria de Madeiras e Derivados, SA." desde 29/11/2002;

Data da primeira nomeação e termo do mandato: 2007 / 2016.

Funções desempenhadas em órgãos sociais de outras sociedades do Grupo

Ibersol: não desempenha quaisquer funções noutras sociedades do Grupo Ibersol.

Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :

Não é titular de acções da sociedade.

Vogal – Dr. Eduardo Moutinho dos Santos;

Formação académica

- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Univ. de Coimbra (1978);

Actividade profissional dos últimos cinco anos:

- Exercício da Advocacia em regime liberal na Comarca do Porto;

Data da primeira nomeação e termo do mandato: 2007 / 2016.

Funções desempenhadas em órgãos sociais de outras sociedades do Grupo

Ibersol: não desempenha quaisquer funções noutras sociedades do Grupo Ibersol.

Número de acções detidas directa ou indirectamente na Ibersol, SGPS, SA :

Não é titular de acções da sociedade.

b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho Fiscal

O Regulamento do Conselho Fiscal pode ser consultado no sítio da internet: - www.ibersol.pt;

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas de cada membro do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal reúne pelo menos uma vez em cada trimestre. Em 2013, realizaram-se 5 reuniões formais deste órgão e a taxa de assiduidade de todos os membros efectivos foi de 100%.

36. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho Fiscal com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras actividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício

Cada um dos membros do Conselho Fiscal demonstrou, de forma consistente, a sua disponibilidade no exercício das funções, tendo estado presente em todas as reuniões do órgão e participado nos respectivos trabalhos.

Remete-se para o ponto 33 supra, a informação relativa a outros cargos exercidos em outras sociedades pelos membros efectivos do Conselho Fiscal é explicitada no anexo 2 a este relatório.

c) Competências e funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

O Conselho Fiscal procede à avaliação anual do Auditor Externo e inclui as suas conclusões no seu Relatório e Parecer, emitidos nos termos e para os efeitos da alínea g) do nº 1 do artº 420º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal analisa e aprova o âmbito de quaisquer serviços adicionais, avaliando se os mesmos colocam em causa a independência do Auditor Externo. Salvaguarda que os serviços de consultoria sejam prestados com elevada qualidade, autonomia e independência relativamente aos executados no âmbito do processo de auditoria.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização

Compete ao Conselho Fiscal, em articulação com o Revisor Oficial de Contas, a fiscalização da sociedade, nomeadamente:

- verificar adequação das políticas contabilísticas,
- fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno,
- fiscalizar o processo de preparação e divulgação de informação financeira,
- fiscalizar a revisão de contas ;

Compete-lhe ainda propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas e fiscalizar a sua independência, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

O Relatório anual sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal é objecto de divulgação em conjunto com os documentos de prestação de contas, no sítio da Internet da sociedade.

Para todos os efeitos, o Conselho Fiscal representa a sociedade junto do Auditor Externo zelando para que sejam asseguradas todas as condições à prestação dos serviços, avaliando anualmente o respectivo desempenho, sendo o seu interlocutor e destinatário dos respectivos relatórios, em simultâneo com o Conselho de Administração.

Para o desempenho das suas funções o Conselho Fiscal obtém do Conselho de Administração as informações necessárias ao exercício da sua actividade nomeadamente quanto à evolução operacional e financeira do Grupo, às alterações de composição do portfólio de empresas e negócios e ao conteúdo das principais deliberações tomadas.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade é a " PriceWaterHouseCoopers e Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.", sendo esta sociedade representada pelo Dr. Hermínio António Paulos Afonso ou pelo Dr. António Joaquim Brochado Correia;

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

O indicado Revisor Oficial de Contas exerce funções na Sociedade desde 2005 até ao presente.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

O Revisor Oficial de Contas é simultaneamente o Auditor Externo da sociedade.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do Auditor Externo

O Auditor Externo é a PriceWaterHouseCoopers e Associados , SROC, registada sob o nº 9077 na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, representada pelo Dr. Hermínio António Paulos Afonso ou pelo Dr. António Joaquim Brochado Correia.

No ano de 2013 o representante foi o Dr. Hermínio António Paulos Afonso.

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respectivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.

O auditor externo foi eleito pela primeira vez em 2005 e está no seu segundo mandato. O sócio que o representa exerce funções desde 2011.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respectivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

O Auditor Externo e o sócio

O auditor externo e o sócio que o representa no cumprimento dessas funções encontram-se ainda no segundo mandato. A eleição para cada mandato é efectuada em Assembleia Geral mediante proposta do Conselho Fiscal e a periodicidade de rotação dos mesmos será apreciada em função das melhores práticas em matéria de governo corporativo à data da proposta para novo mandato.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita

O Conselho Fiscal procede à avaliação anual do Auditor Externo e inclui as suas conclusões no seu Relatório e Parecer, emitidos nos termos e para os efeitos da alínea g) do nº 1 do artº 420º do Código das Sociedades Comerciais.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação

Os outros serviços prestados pelo auditor externo incluíram essencialmente serviços relacionados com a revisão de processos de documentação fiscal e actualização legislativa de natureza fiscal.

O Conselho Fiscal analisou e aprovou o âmbito dos referidos serviços tendo concluído que os mesmos não punham em causa a independência do Auditor.

Os outros serviços são prestados por técnicos diferentes dos que estão envolvidos no processo de auditoria, pelo que se considera que a independência e a imparcialidade do auditor são asseguradas.

Em 2013, os honorários facturados pelos outros serviços representaram 10% do total da facturação anual da PriceWaterHouseCoopers ao Grupo.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços

A remuneração anual total paga pela sociedade e por outras pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas colectivas pertencentes à mesma rede ascendeu a 176.362 euros, assim discriminado:

	2013	%	2012	%
<u>Sociedade</u>				
Auditoria e Revisão	44425	25%	35578	20%
Outros serviços				
<u>Entidades que integram o grupo</u>				
Auditoria e Revisão	114327	65%	131160	75%
Consultoria Fiscal	17610	10%		
Outros serviços			8945	5%
Total	176362	100%	175683	100%

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. Estatutos

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade

As regras aplicáveis à alteração dos Estatutos da Sociedade são as constantes das disposições dos artigos 85º e segts. e 383º e segts. do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

II. Comunicação de irregularidades

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

A Sociedade dispõe de uma política instituída para recebimento de comunicações, reclamações ou queixas sobre irregularidades detectadas na empresa. Conforme consta do Regulamento do Conselho Fiscal divulgado no sitio da sociedade, este órgão regista por escrito as comunicações de irregularidades que lhe sejam endereçadas, promovendo, conforme o entender por adequado, as necessárias diligências junto da administração e da auditoria e sobre as mesmas elabora o seu relatório. Assim, tal tipo de irregularidades pode ser comunicada de forma não anónima ao Conselho Fiscal, através de comunicação à Sociedade, dirigida aquele órgão. A sociedade encaminhará as comunicações recebidas ao Presidente daquele órgão, assegurando a sua confidencialidade.

Durante 2013, o Conselho Fiscal não recebeu quaisquer comunicações de irregularidades.

III. Controlo interno e gestão de riscos

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

A Ibersol não possui serviços autónomos de auditoria interna e de *compliance*.

A gestão de risco, sendo uma das componentes da cultura da sociedade, está presente em todos os processos e é responsabilidade de todos os gestores e colaboradores nos diferentes níveis da organização.

O controlo interno e o acompanhamento dos sistemas de controlo interno são conduzidos pela Comissão Executiva.

51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

Não aplicável uma vez que o grupo não dispõe de serviços autónomos.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Existem Funções Centrais – Direcções Qualidade, Recursos Humanos e Financeira – que reportando à Comissão Executiva, promovem coordenam e facilitam o desenvolvimento de processos de gestão de risco.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da actividade.

O Conselho de Administração considera que o Grupo se encontra exposto aos riscos normais decorrentes da sua actividade, nomeadamente ao nível dos restaurantes.

Por especificidades do Negócio existem áreas de risco cuja gestão corrente foi alocada a departamentos funcionais, destacando-se:

Qualidade e Segurança Alimentar

No negócio da Restauração o risco associado à Higiene e Segurança Alimentar assume primordial importância.

A gestão desta área de risco é coordenada pela Direcção de Qualidade e tem como principais vertentes uma actuação responsável e pro-activa, segundo os princípios da prevenção, formação, seguimento de indicadores e a procura da melhoria contínua por forma a minimizar os riscos alimentares com impactos na saúde dos consumidores.

As principais dimensões de gestão desta área de risco são:

- qualificação e Selecção dos Fornecedores e Produtos na área da qualidade/segurança alimentar e o Programa de Controlos Periódicos aos Fornecedores/Produtos e Serviços;
- garantia da eficácia do Sistema de Rastreabilidade implementado;
- controlo do Processo Produtivo nas unidades através de Sistemas de HACCP;
- Sistema de Desenvolvimento de Competências em Segurança Alimentar;

- Manutenção e Monitorização dos dispositivos de medição;
- Sistema de Gestão de Crises Alimentares, que permite a monitorização a todo o momento dos sistemas de alerta alimentar existentes e a actuação imediata quando necessário;
- Sistema de Melhoria Contínua, suportado, entre outros instrumentos, por Programa de Auditorias Externas, em todas as unidades do Grupo; Programa de análises microbiológicas dos produtos finais realizado, por amostragem por entidade externa acreditada, Sistema de Tratamento de Reclamações, Programa de Cliente Mistério e Programa de Auditorias Internas no âmbito dos indicadores relacionados com a Segurança Alimentar.
- Processo de certificação do sistema de gestão da segurança alimentar no âmbito da norma ISO 22000, exigente padrão internacional em segurança alimentar.

Segurança e Higiene no Trabalho

A coordenação do processo de gestão desta área de risco está a cargo da Direcção de Recursos Humanos que coordena os Planos de Formação e monitoriza a aplicação das normas e procedimentos definidos no Manual de SHT em vigor na Ibersol.

Financeiros

A gestão de risco na área financeira é conduzida pela Direcção Financeira, centrando-se no seguimento da volatilidade dos mercados financeiros, especialmente taxa de juro. A situação actual dos mercados tem levado a que o risco de liquidez assuma uma maior relevância. As principais fontes de exposição a risco são:

a) Risco câmbio

O risco cambial é ainda reduzido, uma vez que o Grupo está essencialmente presente no mercado ibérico. Os empréstimos bancários estão sobretudo denominados em euros e o volume de compras, fora da zona Euro, não assume proporções relevantes. De igual modo as compras e o financiamento externo das subsidiárias angolanas (dado que uma parte substancial dos activos estão cobertos com fundos próprios) ainda têm pouca expressão.

No que respeita a futuros financiamentos fora da zona Euro o grupo prosseguirá uma política de cobertura natural recorrendo a financiamentos em moeda local sempre que as condições de taxa de juro o recomendem.

O aumento da actividade em Angola traduzir-se-á num aumento do risco de câmbio, que afectará o valor dos activos e passivos.

b) Risco de taxa de Juro

Como o grupo não tem activos remunerados com juros significativos, o lucro e os fluxos de caixa da actividade de financiamento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

O risco da taxa de juro do Grupo advém do passivo nomeadamente de empréstimos obtidos de longo prazo. Empréstimos emitidos com taxas fixas expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Com o actual nível das taxas de juro, a política do grupo é, em financiamentos de maior maturidade, proceder à fixação total ou parcial das taxas de juro.

A Ibersol recorreu a operações de cobertura do risco taxa de juro para 30% dos empréstimos obtidos. Em virtude da política de liquidez seguida nos últimos exercícios e das disponibilidades representarem cerca de 40% do passivo remunerado pelo que se entende ser reduzida a exposição ao risco de taxa de juro.

c) Risco de crédito

Na principal actividade do Grupo as vendas são pagas a dinheiro ou cartão de débito/crédito, logo o Grupo não tem concentrações de risco de crédito relevantes. Contudo, com o aumento das vendas do negócio de *catering*, com uma parte significativa de vendas a crédito, o Grupo passou a monitorizar de forma mais regular as contas a receber com o objectivo de:

- i) limitar o crédito concedido a clientes
- ii) analisar com as operações a antiguidade e recuperabilidade dos valores a receber
- iii) analisar o perfil de risco dos clientes.

d) Risco de liquidez

Como já referido a recente situação dos mercados financeiros veio dar uma maior relevância ao risco de liquidez. O planeamento financeiro sistemático com base na previsão de *cash flows* em mais que um cenário e para períodos mais longos que um ano tornou-se uma exigência no Grupo. A tesouraria de curto prazo é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente. Relacionado com a dinâmica dos negócios subjacentes, a Tesouraria do Grupo tem vindo a efectuar uma gestão flexível do papel comercial e a negociação de linhas de crédito disponíveis a todo o momento. A política de diálogo aberto com todos os parceiros financeiros tem permitido manter uma relação com elevado grau de confiança, apesar das restrições de liquidez com que vem debatendo a Banca portuguesa. O Grupo em detrimento do custo privilegiou o risco de liquidez e tem vindo a reforçar os financiamentos de médio e longo prazo que resultaram em substituição de linhas de curto prazo ficando com alguns excedentes para a constituição de aplicações. A gestão do risco de liquidez passa também pela manutenção dum confortável nível de disponibilidades. O Grupo terminou o exercício

com cerca de 22 milhões de euros em disponibilidades, cujo valor de natureza mais permanente representa cerca de 40% do passivo remunerado. Porém, a redução do risco de liquidez faz incrementar o risco de aplicação dos excedentes de tesouraria.

e) Risco de capital

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio (vendas a dinheiro e crédito de fornecedores) e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida+capital próprio)) com o objectivo de o situar no intervalo 35%-70%. Por prudência face aos constrangimentos actuais dos mercados, em 2013, registamos um rácio de 17%.

Ambientais

A gestão desta área de risco é coordenada pela Direcção de Qualidade e tem como principal vertente a implementação da política decorrente dos Princípios de Sustentabilidade Ibersol, para que os processos e procedimentos, de forma transversal aos níveis hierárquicos, sejam aplicados no âmbito do ambiente.

A adopção das boas práticas de gestão ambiental é uma preocupação do Conselho de Administração da Ibersol que se consubstancia na promoção de comportamentos responsáveis e proactivos na gestão dos recursos e dos resíduos.

Os procedimentos vertidos para o Manual de Standards Ibersol no que respeita a esta área focam principalmente a utilização racional de electricidade e a reciclagem de óleos usados e embalagens.

Jurídicos

A Ibersol e os seus negócios dispõem de uma função legal permanentemente dedicada à respectiva actividade, a qual funciona em articulação com as demais funções centrais e de negócio, de forma a assegurar preventivamente a protecção dos interesses do Grupo no respeito estrito pelo cumprimento dos seus deveres legais bem como a aplicação das boas práticas.

A assessoria legal é igualmente garantida, a nível nacional e internacional, por profissionais externos de reconhecida competência.

Sectoriais

A ténue e incerta recuperação do consumo privado, após as acentuadas quebras verificada nos últimos anos, principalmente em Portugal, continuará a afectar as vendas de restauração. Para atenuar o efeito nos resultados a sociedade tem adoptado um rigoroso controlo dos custos com uma monitorização mensal da evolução do mercado e a consequente revisão do planeamento de recursos a utilizar.

Por outro lado, operando no ramo alimentar, eventuais epidemias ou distorções nos mercados das matérias-primas bem como eventuais alterações do padrão de consumo podem acarretar importantes impactos nas demonstrações financeiras.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

A gestão de risco é desenvolvida tendo como objectivo a criação de valor, através da gestão e controlo das incertezas e ameaças que podem afectar as empresas do Grupo, numa perspectiva de continuidade das operações, tendo em vista o aproveitamento das oportunidades de negócio.

No âmbito do planeamento estratégico são identificados e avaliados os riscos do *portfolio* dos negócios existentes, bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projectos mais relevantes e definidas as estratégias de gestão desses riscos.

No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objectivos de cada negócio e planeadas acções de gestão desses riscos, que são incluídas e monitorizadas no âmbito dos planos dos negócios e das unidades funcionais.

No que respeita aos riscos de segurança dos activos tangíveis e das pessoas são definidas políticas e *standards* e efectuado o auto-controlo do seu cumprimento, sendo realizadas auditorias externas a todas as unidades e implementadas acções preventivas e correctivas dos riscos identificados.

De forma a garantir a conformidade dos procedimentos estabelecidos é efectuada regularmente a avaliação dos principais sistemas de controlo interno do grupo.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira

A Sociedade não tem especificamente serviços de auditoria interna, com especificidade funcional e reporte directo ao Conselho Fiscal (atendendo ao modelo latino adoptado), sendo os referidos *serviços de compliance* assegurados pelos departamentos respectivos da empresa. Tomando em nota que, orgânico-funcionalmente, as diferentes Direcções do Grupo encabeçam os serviços de *compliance* directamente junto do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, aqui sempre que por este último órgão sejam solicitadas, estando esses responsáveis devidamente identificados no organigrama da sociedade. Cumpre reafirmar que, sendo o modelo de governação da sociedade, o modelo latino, os *serviços de compliance*, assegurados pelos Departamentos respectivos da Empresa, são efectuados em interacção, quer com o Conselho Fiscal, quer com o Administrador não-Executivo da Sociedade, reportando funcionalmente ao mesmo Administrador, fazendo-o independentemente da relação

hierárquica que esses Departamentos mantenham com a Administração Executiva da Sociedade.

A Auditoria Externa avalia e reporta os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira, validando desta forma o sistema de controlo interno estabelecido no Grupo e que se materializa na clara separação entre quem prepara e os seus utilizadores e na realização de diversos procedimentos de validação ao longo do processo de preparação e divulgação da informação financeira.

No âmbito dos Serviços de Auditoria, a SROC reúne com os diferentes Departamentos do Grupo, pelo menos duas vezes por ano, para análise e revisão do sistema de controlo interno, sendo objecto de Relatório para o Conselho Fiscal e posterior discussão com o Conselho de Administração, nomeadamente com o Administrador não-Executivo.

Quanto ao risco no processo de divulgação da informação financeira apenas um número restrito de colaboradores está envolvido no processo de divulgação. Todos aqueles que estão envolvidos no processo de análise financeira da Sociedade são considerados como tendo acesso a informação privilegiada, estando especialmente informados sobre o conteúdo das suas obrigações.

O sistema de controlo interno no que respeita à contabilidade, preparação e divulgação de informação financeira assenta nos seguintes elementos chave:

- a utilização de princípios contabilísticos, como constam nas notas às contas, constitui uma das bases do sistema de controlo

- os planos, procedimentos e registos da Sociedade e subsidiárias permitem uma garantia razoável que apenas são registadas transacções devidamente autorizadas e que são registadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites

- a informação financeira é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades de negócio (apoiados pelo departamento de Controlo de Gestão) e pelos responsáveis dos centros de resultados, garantindo uma monitorização permanente e o respectivo controlo orçamental

- durante o processo de preparação e revisão de informação, é estabelecido previamente um calendário, o qual é partilhado com as diferentes áreas envolvidas e todos os documentos são revistos detalhadamente. Isto inclui a revisão dos princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida e a consistência com os princípios e políticas utilizadas em anos anteriores

- os registos contabilísticos e a preparação das demonstrações financeiras são assegurados pela função central de Contabilidade. As demonstrações financeiras pelos técnicos oficiais de contas e revistas pela Direcção Administrativa.

- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com periodicidade trimestral pela função central de Consolidação que constitui um controlo adicional de fiabilidade

- A informação financeira, Relatório e Demonstrações Financeiras, é revista pela Direcção Financeira e enviado para revisão final e aprovação do Conselho de Administração. Depois de aprovados os documentos são enviados ao auditor externo que emite a sua certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria Externa.

- O Revisor Oficial de Contas executa uma auditoria anual, uma revisão limitada ao semestre das contas individuais e consolidadas. Ainda ao trimestre faz um exame sumário à informação trimestral.

- O processo de preparação da informação financeira individual e consolidada e do Relatório de Gestão é supervisionado pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração. Trimestralmente, estes órgãos reúnem e analisam as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório de gestão.

Entre as causas de risco que podem afectar materialmente o reporte contabilístico, evidenciamos as estimativas contabilísticas que são baseadas na melhor informação disponível e no conhecimento e experiência de eventos passados e/ou presentes. Salientamos igualmente os saldos e as transacções com partes relacionadas e que são divulgados no anexo às demonstrações financeiras e estão associadas sobretudo a actividades operacionais do Grupo bem como à concessão e obtenção de empréstimos, efectuados a preços de mercado.

IV. Apoio ao Investidor

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.

O contacto com o Gabinete, está disponibilizado através do Representante para o mercado de capitais, António Carlos Vaz Pinto de Sousa (Telefone: +351 22 6089708; Telefax: +351 22 6089757; E-mail: psousa@ibersol.pt, Morada: Praça do Bom Sucesso, 105/159 – 9º andar, 4150-146 Porto.

57. Representante para as relações com o mercado.

Este Representante é o indicado no site da Ibersol, SGPS, SA. - Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa;

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

A Ibersol relaciona-se de forma permanente com analistas e investidores, fornecendo-lhes informação actualizada.

Sempre que necessário, o representante das relações com o mercado assegura a prestação de toda a informação relevante da actividade e presta os esclarecimentos

solicitados por parte dos investidores num prazo de cinco dias úteis.

V. Sítio de Internet

59. Endereço

A Ibersol tem disponível uma página na internet para divulgação da informação sobre a sociedade. O endereço da página é www.ibersol.pt

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

[www.ibersol.pt\investidores\Governo da Sociedade](http://www.ibersol.pt/investidores/Governo da Sociedade)

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

[www.ibersol.pt\investidores\Estatutos](http://www.ibersol.pt/investidores/Estatutos)

[www.ibersol.pt\investidores\Governo da Sociedade](http://www.ibersol.pt/investidores/Governo da Sociedade)

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respectivas funções e meios de acesso.

[www.ibersol.pt\investidores\Governo da Sociedade](http://www.ibersol.pt/investidores/Governo da Sociedade)

[www.ibersol.pt\investidores\Relação com Investidores](http://www.ibersol.pt/investidores/Relação com Investidores)

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e trimestrais

[www.ibersol.pt\investidores\Relatório e Contas](http://www.ibersol.pt/investidores/Relatório e Contas)

[www.ibersol.pt\investidores\Calendário de Eventos](http://www.ibersol.pt/investidores/Calendário de Eventos)

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

[www.ibersol.pt\investidores\Assembleias Gerais](http://www.ibersol.pt/investidores/Assembleias Gerais)

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social

representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos anteriores

www.ibersol.pt\investidores\Assembleias Gerais

D. REMUNERAÇÕES

I. Competência para a determinação

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais

Os membros dos órgãos sociais terão as remunerações que forem fixadas de acordo com a política de remunerações proposta pela Comissão de Vencimentos e aprovada na Assembleia Geral de Accionistas.

II. Comissão de remunerações

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou colectivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

A Comissão de Vencimentos é composta por três membros, Vítor Pratas Sevilhano, Dr. Amândio Mendonça da Fonseca e Don Alfonso Munk Pacin.

Os membros que compõem a Comissão de Vencimentos são independentes dos membros do Conselho de Administração, não tendo sido contratada para apoio à Comissão de Vencimentos, seja a que título for, qualquer pessoa singular ou colectiva que, nos últimos três anos, tenha prestado serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade, ou que tenha relação actual com consultora da empresa.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

A experiência e percurso profissionais dos membros da Comissão de Vencimentos permite-lhes exercerem as suas funções de forma rigorosa e eficaz. Em particular um dos membros da Comissão de Vencimentos, Dr. Amândio Mendonça da Fonseca, possui elevados conhecimentos e experiência nas matérias referidas.

III. Estrutura das remunerações

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização

A política de remuneração dos órgãos estatutários é aprovada pelos accionistas em Assembleia Geral.

A Assembleia Geral de accionistas, realizada em 6 de Maio de 2013, dando continuidade à política já anteriormente prosseguida de forma consistente, aprovou a política de remuneração em vigor.

Para a fixação de remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não foram tidas, por comparativo, quaisquer políticas e práticas remuneratórias de outros grupos de sociedades, não estando determinada qualquer política sobre pagamentos relativos à destituição ou cessação, por acordo, da função de administradores, conforme declaração da Comissão de Vencimentos anexa ao Relatório de Governo.

Quanto à política de remunerações dos dirigentes, consta a mesma da declaração do Conselho de Administração anexa ao Relatório de Governo, não existindo componentes variáveis importantes, ou significativas, na remuneração desses dirigentes.

Salientamos que os membros do Conselho de Administração Executivos são remunerados pela sociedade Accionista ATPS-SGPS, SA prestou serviços de administração e gestão ao Grupo.

O membro não executivo auferiu uma remuneração anual fixa, não auferindo este membro quaisquer outras componentes remuneratórias, seja a que título for.

As remunerações dos membros do Conselho Fiscal, no cômputo global do ano de 2013, foram as seguintes: Presidente: 8.785,92 euros; Vice-Presidente: 8.785,92 euros; Vogal: 8.785,92 euros e SROC: 42.499,98 euros.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A política de remuneração dos Administradores é da competência da Comissão de Vencimentos, que a irá submeter à aprovação dos Accionistas da Sociedade na Assembleia Geral Anual de 2014, conforme Anexo 1.

Os princípios gerais da política de remunerações dos Órgãos de Fiscalização e da Mesa da Assembleia Geral são os seguintes:

a) Funções desempenhadas: - relativamente às funções desempenhadas por cada titular dos órgãos sociais mencionados, no sentido de tomar em consideração a natureza e a actividade efectivamente exercida, bem como as responsabilidades que

lhes estão cometidas. Não estarão, no sentido orgânico-funcional, na mesma posição e por igual todos os membros do Conselho Fiscal ou da Mesa da Assembleia Geral, bem como a Sociedade Revisora. A ponderação destas funções deve observar critérios diversos como, por exemplo, a responsabilidade, o tempo dispendido, ou o valor que resulta de um determinado tipo de intervenção ou de uma representação institucional.

b) A situação económica da sociedade.

Também este critério será fonte de interpretação. A dimensão da sociedade e o grau de complexidade funcional, em termos relativos, será um dos aspectos em relevo.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente

Não existe componente variável.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento

Não existe componente variável.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em acções bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas acções, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas acções, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respectivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total

Não está prevista qualquer forma de remuneração em que haja lugar à atribuição de acções ou qualquer outro sistema de incentivo em acções.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

Não está prevista qualquer forma de remuneração em que haja lugar à atribuição de direitos sobre opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Não existe qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais

Não existe qualquer regime de pensões ou de reforma antecipada para os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes.

IV. Divulgação das remunerações

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem

Os membros do Conselho de Administração Executivos são remunerados pela sociedade Accionista ATPS-SGPS, SA que prestou serviços de administração e gestão ao Grupo, tendo recebido da Participada Ibersol, Restauração, SA., por tais serviços, a quantia de 756.034,00 euros no ano de 2013. Entre as obrigações da ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA., ao abrigo do contrato celebrado com a Ibersol, Restauração, SA., inclui-se a de assegurar que os Administradores da Sociedade António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional. A sociedade não paga directamente a nenhum dos seus Administradores executivos qualquer remuneração. Dado que a ATPS -Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. é detida, em partes iguais, pelos Administradores António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira, da referida importância de 756.034,00 euros no ano de 2013, corresponderá a cada um desses Administradores, o valor de 378.017,00 euros. Os Administradores executivos não auferem qualquer remuneração noutras empresas do grupo, nem têm direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.

O membro não executivo auferiu uma remuneração anual fixa de 6.000,00 euros, não auferindo este membro quaisquer outras componentes remuneratórias, seja a que título for, designadamente prémios de desempenho, bónus ou quaisquer *fees* complementares de desempenho, complemento de reforma, e/ou quaisquer pagamentos adicionais à quantia anual 6.000,00 euros que lhe tenham sido prestados pela Sociedade.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum

Não existem quaisquer outros montantes pagos a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo, excepto a indicada no n.º 77.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos

Durante o exercício não foram pagas quaisquer remunerações a título de participação

nos lucros ou sob a forma de prémios.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não foram pagos nem são devidos quaisquer montantes relativos a indemnizações a administradores cujas funções tenham cessado.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade

A remuneração auferida pelos membros do Conselho Fiscal foi de 26.357,76 euros, assim individualizada:

Presidente (até Maio) – Dr.^a Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira: 3.075,09 euros;

Presidente (após Maio) e Vice-Presidente até Maio – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva: 8.785,92 euros;

Vice-Presidente (após Maio) e Vogal até Maio - Dr. António Maria de Borda Cardoso: 8.785,92 euros

Vogal (a partir de Maio) – Dr. Eduardo Moutinho do Santos: 5.710,83 euros

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral

Presidente da Mesa – Dr.^a Alice de Assunção Castanho Amado: 1.333,44 euros

V. Acordos com implicações remuneratórias

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração

Não existe qualquer limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador, não existindo igualmente a indicada relação com componente variável da remuneração (esta componente variável não está estipulada contratualmente).

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares de administração ou outros dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da

sociedade.

VI. Planos de atribuição de acções ou opções sobre acções ('stock options')

85. Identificação do plano e dos respectivos destinatários

Não existem quaisquer planos de atribuição de acções e de opções de aquisição de acções em vigor.

86. Caracterização do plano

A Sociedade não possui qualquer plano de atribuição de acções ou de opções sobre acções.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de acções ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa

Não existem quaisquer direitos de opção atribuídos para a aquisição de acções de que sejam beneficiários trabalhadores e colaboradores da empresa.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes

Não aplicável.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transacções com partes relacionadas

O Conselho Fiscal aprovou os critérios aplicáveis à sua intervenção para efeitos de avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam relacionados nos termos do Art.º 20ª do Código de Valores Mobiliários, tendo fixado como critério qualificante um valor da transacção igual ou superior a cinco por cento do activo líquido consolidado da Ibersol SGPS, SA.

90. Indicação das transacções que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

Não foram realizados negócios ou operações que implicassem serem sujeitas a controlo.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão

de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação

Em 2013 não foi necessário o Conselho Fiscal emitir qualquer parecer dado que não ocorreram transacções passíveis de serem apreciadas por aquele órgão.

II. Elementos relativos aos negócios

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação

A informação sobre os negócios com partes relacionadas consta da Nota 25 do Anexo às demonstrações financeiras individuais e da Nota 34 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de governo das sociedades adoptado

O presente Relatório de Governo foi elaborado em conformidade com o Regulamento da CMVM nº 4/2013 de 1 de Agosto, e com o Código de Governo das sociedades. Face ao disposto no artigo 4º nº 2 do mesmo Regulamento, segue, conseqüentemente, tais normativos pela respectiva adequação à prestação da necessária e indispensável informação a público, pelo que não se verificam pressupostos de qualquer divergência substancial ou formal na respectiva aplicação.

O relatório cumpre as normas do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários bem como divulga, à luz do princípio *comply or explain*, o grau de observância da Recomendações da CMVM integradas no Código de Governo das Sociedades da CMVM de 2013.

São igualmente cumpridos os deveres de informação exigidos pela Lei 28/2009, de 19 de Junho, pelos artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais e pelo Regulamento da CMVM nº5/2008, de 2 de Outubro de 2008.

Todos os normativos legais e regulamentares evocados neste relatório estão disponíveis em www.cmvm.pt.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adoptado

Nos termos do art. 245.º-A n.º 1, al. o) deverá ser incluída declaração sobre o acolhimento do código de governo das sociedades ao qual o emitente se

sujeite especificando as eventuais partes desse código de que diverge e as razões da divergência.

A Ibersol, SGPS, SA na generalidade cumpre com as recomendações da CMVM relativas ao Governo das Sociedades como segue:

RECOMENDAÇÕES (Código de Governo das Sociedades 18 Julho 2013 in www.cmvm.pt)	CUMPRIMENTO	
I – VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE		
I.1. As sociedades devem incentivar os seus accionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de acções necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via electrónica.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 11.12. do Anexo I
I.2. As sociedades não devem adoptar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus accionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto na lei.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 13.14. do Anexo I
I.3. As sociedades não devem estabelecer mecanismo que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores e o direito de voto de cada acção ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos accionistas.	Adoptada	Não se encontram estabelecidos, estatutariamente, os indicados mecanismos.
I.4. Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não aplicável	Os Estatutos da Sociedade não estabelecem qualquer limitação ao número de votos a emitir por um accionista.
I.5. Não devem ser adoptadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem susceptíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Adoptada	. Não se encontram estabelecidas ou adoptadas quaisquer das indicadas medidas

II . SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1. SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO		
<p>II.1.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.</p>	Adoptada	Ver Parte I Pontos 15. 16. 17 do Anexo I deste Relatório de Governo
<p>II.1.2. O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.</p>	Adoptada	Ver Parte I Ponto 27 e 29 do Anexo I deste Relatório de Governo
<p>II.1.3. O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.</p>	Não aplicável	O modelo de Governo adoptado não inclui Conselho Geral e de Supervisão
<p>II.1.4. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para:</p> <p>a) Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes;</p> <p>b) Reflectir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.</p>	Não aplicável	Não existem Comissões especializadas integrantes do Conselho de Administração. Ver Parte I Ponto 25 do Anexo I deste Relatório de Governo.
<p>II.1.5. O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objectivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas</p>	Adoptada	Ver Parte I Pontos 24 e 50 do Anexo I

<p>para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efectivamente incorridos são consistentes com aqueles objectivos.</p>		<p>deste Relatório de Governo.</p>
<p>II.1.6. O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da actividade dos restantes membros do órgão de administração.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>Ver Parte I Pontos 17 e 18 do Anexo I deste Relatório de Governo</p>
<p>II.1.7. Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adoptado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista e o respectivo free float. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância susceptível de afectar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:</p> <p>a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;</p> <p>b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma directa ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa colectiva;</p> <p>c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;</p> <p>d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha recta e até ao 3º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares directa ou indirectamente de participação qualificada;</p> <p>e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um accionista titular de participações qualificadas.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>Ver Parte I Pontos 18 e 18.1 do Anexo I deste Relatório de Governo</p>
<p>II.1.8 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>A Comissão Executiva disponibiliza contínua e permanentemente toda a informação aos demais membros dos órgãos sociais.</p>
<p>II.1.9 O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve</p>		<p>O Presidente da Comissão Executiva</p>

remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respectivas reuniões.	Adoptada	disponibiliza a todos os demais membros do Conselho de Administração e do Conselho fiscal toda a informação relativa às reuniões realizadas.
II.1.10 Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 18 e 18.1 do Anexo I deste Relatório de Governo
II. 2. FISCALIZAÇÃO		
II.2.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 32 e 33 do Anexo I deste Relatório de Governo
II.2.2 O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respectiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 37 e 38 do Anexo I deste Relatório de Governo
II.2.3 O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 37.38. e 45. do Anexo I deste Relatório de Governo.
II.2.4 O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 49 e 55. do Anexo I deste Relatório de Governo.
II.2.5 A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afectos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação	Adoptada	Ver Parte I Pontos 49. 50. e 55. do Anexo I deste Relatório de Governo.

de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a detenção de potenciais ilegalidades.		
II.3 FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES		
II.3.1 Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 67. e 68.. do Anexo I deste Relatório de Governo.
II.3.2 Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação actual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Adoptada	Ver Parte I Ponto 67. do Anexo I deste Relatório de Governo.
II.3.3 A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter, adicionalmente: a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais; b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos; d) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.	Adoptada	Ver Parte I Ponto 69. do Anexo I deste Relatório de Governo.
II.3.4. Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano.	Não Aplicável	Ver Parte I Pontos 70. a 73. e 85.do Anexo I deste Relatório de Governo.
II.3.5 Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma		Não existem aprovados ou submetidos a aprovação pela

estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do sistema.	Não aplicável	Assembleia Geral quaisquer sistemas de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais
III . REMUNERAÇÕES		
III.1. A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efectivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 77. 78. e 79 do Anexo I deste Relatório de Governo.
III.2 A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 69. 70.e 71. do Anexo I deste Relatório de Governo.
III.3 A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes	Não aplicável	Ver Parte I Pontos 69. a 76. do Anexo I deste Relatório de Governo.
III.4 Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.	Não aplicável	Ver Parte I Pontos 69. a 76. do Anexo I deste Relatório de Governo.
III.5 Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.	Adoptada	Os referidos contratos não têm existência . v.d. Parte I Pontos 69. a 76. do Anexo I deste Relatório de Governo.
III.6 Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as suas acções da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções.	Não aplicável	Não estão fixadas remunerações variáveis aos Administradores executivos. v.d. v.d. Parte I Pontos 69. a 76. do Anexo I deste Relatório de Governo.
III.7 Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	Não estão fixadas remunerações variáveis aos Administradores . v.d. Parte I Pontos

		69. a 76. do Anexo I deste Relatório de Governo.
<p>III. 8 Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respectivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.</p>	Adoptada	Na situação considerada, aplicar-se-ão os critérios legais.
<p>IV. AUDITORIA</p>		
<p>IV.1. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.</p>	Adoptada	O Revisor Oficial de Contas pronuncia-se sobre a actividade por si desenvolvida no exercício societário em causa, no seu Relatório anual de auditoria.
<p>IV.2. A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.</p>	Adoptada	Ver Parte I Ponto 46 do Anexo I deste Relatório de Governo.
<p>IV.3 As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respectivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.</p>	Adoptada	Ver Parte I Pontos 44. e 45. do Anexo I deste Relatório de Governo.
<p>V. CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS</p>		
<p>V.1. Os negócios da sociedade com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art.º 20º do Código dos Valores Mobiliários,</p>	Adoptada	Ver Parte I Ponto 91. do Anexo I deste Relatório de

deverem ser realizados em condições normais de mercado.		Governo.
V.2 O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com accionistas titulares de participação qualificada - ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no nº 1 do art.º 20º do Código dos Valores Mobiliários -, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 89. a 92. do Anexo I deste Relatório de Governo.
V.I. INFORMAÇÃO		
V.I.1. As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade actual em termos económicos, financeiros e de governo.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 56. a 65. do Anexo I deste Relatório de Governo.
VI.2. As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.	Adoptada	Ver Parte I Pontos 56 a 65.do Anexo I deste Relatório de Governo.

3. Outras informações

A sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adoptadas.

Não se afiguram quaisquer outros elementos relevantes para além dos descritos.

Anexo 1

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

**DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE VENCIMENTOS
SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS
DA IBERSOL, SGPS, S.A. A SUBMETER À APRECIACÃO DA ASSEMBLEIA GERAL
DE 30 DE ABRIL DE 2014**

1. Nos termos da competência que está atribuída a esta Comissão pela Assembleia Geral de Accionistas da Ibersol SGPS, SA. e nos termos do artigo 26.º n.º 2 dos Estatutos da sociedade, está cometida a esta Comissão de Vencimentos a função de fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais.

2. Nos termos estatutários aplicáveis, a Comissão de Vencimentos foi designada pela Assembleia Geral de Accionistas em 6 de Maio de 2013, sendo composta por três membros, independentes em relação aos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade.

3. A Comissão de Vencimentos submete, pois, à apreciação desta Assembleia Geral e para efeitos de adopção da Recomendação II.3.3 do Código de Governo das Sociedades da CMVM, a presente declaração contendo as orientações observadas por esta Comissão na fixação da remuneração dos membros dos órgãos sociais de Fiscalização e Mesa da Assembleia Geral, nos seguintes termos:

a) A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral foi fixada, para o ano de 2013, em montante fixo anual, pagável doze vezes por ano.

b) A sociedade Accionista ATPS-SGPS, SA. prestou serviços de administração e gestão ao Grupo, tendo recebido da Participada Ibersol, Restauração, SA., por tais serviços, a quantia de 756.034,00€ no ano de 2013. Entre as obrigações da ATPS -Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA., ao abrigo do contrato com a Ibersol, Restauração, SA., inclui-se a de assegurar que os Administradores da Sociedade António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional. A sociedade não paga directamente a nenhum dos seus Administradores executivos qualquer remuneração. Dado que a ATPS-Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. é detida, em partes iguais, pelos Administradores António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira, da referida importância de 756.034,00€, no ano de 2013, corresponderá a cada um desses Administradores, o valor de 378.017,00€. O membro não executivo auferiu uma remuneração anual de 6.000,00€.

Face ao exposto, não é possível emitir declaração sobre a política de remuneração dos membros do órgão de administração da sociedade, designadamente contendo a informação referida no art.º 2º n.º 3 da Lei 28/2009.

c) A remuneração dos membros do Conselho Fiscal foi fixada, para o ano de 2013, em montante fixo anual, pagável doze vezes por ano, tendo os respectivos membros auferido a seguinte remuneração anual:

Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva: 8.785,92€;

Vice-Presidente – Dr. António Maria de Borda Cardoso: 8.785,92€;

Vogal – Dr. Eduardo Moutinho dos Santos: 5.710,83€;

Os princípios gerais observados são essencialmente aqueles que resultam da lei, tendo em conta as actividades efectivamente exercidas pelos membros indicados, tomando ainda no devido relevo a situação económica da sociedade e as condições que se observam genericamente para situações equivalentes. Foram tidas em consideração as funções desempenhadas por cada titular dos órgãos sociais enumerados, no sentido mais abrangente da actividade efectivamente concretizada, tendo por parâmetro avaliativo o grau das responsabilidades que lhes estão afectas. A ponderação das funções é, pois, considerada num sentido amplo e atende a factores diversos, designadamente o nível da responsabilidade, o tempo dispendido e a mais-valia que

resulta para o Grupo do respectivo desempenho institucional. A dimensão da sociedade e o grau de complexidade, que, em termos relativos, está associado às funções designadas, é também um aspecto relevante. A conjugação dos factores que vão enumerados e a valoração que lhes foi dada, permite assegurar não só os interesses dos próprios titulares, mas essencialmente os da sociedade.

A política de remuneração que submetemos à apreciação dos accionistas da sociedade, é, pois, a que se traduz na observação dos parâmetros acima enunciados, consistindo na remuneração dos membros dos indicados órgãos por uma quantia fixa ilíquida, anualmente prestada em doze parcelas mensais, até final do exercício. Na fixação de todas as remunerações foram observados os princípios gerais acima consignados: funções desempenhadas, situação da sociedade e critérios comparativos para graus de desempenho equivalentes.

Porto, 31 de Março de 2014.

A Comissão de Vencimentos,
Vítor Pratas Sevilhano, Dr.

Amândio Mendonça da Fonseca, Dr.

Don Alfonso Munk Pacin.

Anexo 2

Lista de Cargos noutras empresas exercidos pelos membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral

CONSELHO FISCAL:

Presidente – Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva;

Além do cargo de Presidente do Conselho Fiscal da Ibersol, SGPS, S.A. exerce o cargo de Sócio Gerente da Sociedade Alexandre Silva, Lda.

Vice – Presidente – Dr. António Maria de Borda Cardoso;

Não desempenha quaisquer outros cargos em Sociedades além do cargo de Vice-Presidente do Conselho Fiscal da Ibersol, SGPS, S.A.

Vogal Efectivo – Dr. Eduardo Moutinho dos Santos;

Não desempenha quaisquer outros cargos em Sociedades além do cargo de Vogal Efectivo do Conselho Fiscal da Ibersol, SGPS, S.A.

Vogal Suplente – Dr.ª Maria Helena Moreira de Araújo;

Além do cargo de Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Ibersol, SGPS, S.A. exerce os seguintes cargos:

Funções desempenhadas em sociedades do Grupo Ibersol:

- Ibersol - Restauração, S.A., Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral;
- Ibersande Restauração, S.A., Vogal Suplente do Conselho Fiscal;

Funções desempenhadas em sociedades fora do Grupo Ibersol:

- Volare - Equipamentos, S.A., Presidente da Mesa da Assembleia Geral;
- Volare – Gestão de Projectos, S.A, Presidente da Mesa da Assembleia Geral;
- Mirtal - SGPS, S.A., Presidente da Mesa da Assembleia Geral;
- Gravos 2012, S.A., Presidente da Mesa da Assembleia Geral;
- Daytime – Serviços e Gestão Imobiliária, S.A., Secretária da Mesa da Assembleia Geral;
- Tenancy – Gestão de Projectos e Imobiliária, S.A., Secretária da Mesa da Assembleia Geral.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente – Dr.ª Alice da Assunção Castanho Amado

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

ATPS - SGPS, S.A.
Azulino – Imobiliária, S.A.
BB Food Service, S.A.
Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.
Bom Momento – Restauração, S.A.
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.
Citorres - Sociedade Imobiliária, S.A.
Contibomba – Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.
Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, S.A.
Continente Hipermercados, S.A.
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.
Discovery Sports, S.A.
Farmácia Selecção, S.A.
Fashion Division, S.A.
Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A.
Ibersol - SGPS, S.A.
Igimo - Sociedade Imobiliária, S.A.
Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoconti - Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, S.A.
Imomuro - Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, S.A.
Imosistema - Sociedade Imobiliária, S.A.
Infofield – Informática, S.A.
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Modalfa - Comércio e Serviços, S.A.
Modalloop – Vestuário e Calçado, S.A.
Modelo Continente Hipermercados, S.A.
Modelo Hiper Imobiliária, S.A.
Modelo.Com – Vendas Por Correspondência, S.A.
Pharmaconcept - Actividades em Saúde, S.A.
Pharmacontinente - Saúde e Higiene, S.A.
Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A.

Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.
Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.
Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A.
Sonae Center Serviços II, S.A.
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA
Sonae - Specialized Retail, SGPS, S.A.
Sonaegest - Sociedade gestora de Fundos de Investimento, S.A.
Sonaerp - Retail Properties, S.A.
Sondis Imobiliária, S.A.
SDSR - Sports Division SR, S.A.
Sonaesr - Serviços e Logística, S.A.
Têxtil do Marco, S.A.
Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, S.A.
Valor N, S.A.
Worten - Equipamentos Para o Lar, S.A.
Zippy - Comércio e Distribuição, S.A.
Zyevolution - Investigação e Desenvolvimento, S.A.

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Inscó - Insular de Hipermercados, S.A.
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, S.A.
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.

Secretária da Sociedade

Sonae Investimentos, S.G.P.S., S.A.

Vice-presidente – Dr.ª Anabela Nogueira de Matos

▪ **Membro do Conselho de Administração da:**

- Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Casa da Ribeira – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Centro Residencial da Maia – Urbanismo, S.A.
- Cinclus Imobiliária, S.A.
- Country Club da Maia – Imobiliária, S.A.
- Empreendimentos Imobiliários Quinta da Azenha, S.A.
- Imobeauty, SA
- Imobiliária da Cacela, S.A.
- Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.
- Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imohotel – Empreendimentos Turísticos Imobiliários, S.A.
- Imoponte - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.
- Implantação – Imobiliária, S.A.
- Inparvi – SGPS, S.A.
- Norscut – Concessionária de Auto-Estradas, S.A.
- Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A.
- Praedium – Serviços, S.A.
- Praedium II – Imobiliária, S.A.
- Praedium – SGPS, S.A.
- Prédios Privados – Imobiliária, S.A.
- Predisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.
- Promessa - Sociedade Imobiliária, S.A.
- SC Assets, SGPS, S.A.
- SC – Sociedade de Consultadoria, S.A.
- Sete e Meio Herdades – Investimentos Agrícolas e Turismo, S.A.
- Sociedade Construções do Chile, S.A.
- Soira - Sociedade Imobiliária de Ramalde, S.A.
- Sotáqua – Sociedade de Empreendimentos Turísticos de Quarteira, S.A.
- Spinveste – Gestão Imobiliária, SGII, S.A.

- Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A.
- Torre São Gabriel, Imobiliária, S.A.
- Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.
- Vastgoed One – Promoção imobiliária, S.A.
- Vastgoed Sun – Promoção Imobiliária, S.A.
- Vistas do Freixo – Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, S.A.
- World Trade Center Porto, S.A.

▪ **Presidente da Mesa da Assembleia Geral:**

- Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Contacto Concessões, SGPS, S.A.
- Ecociclo II – Energia, S.A.
- Golf Time - Golfe e Investimentos Turísticos, S.A.
- Imoareaia – Investimentos Turísticos, SGPS, S.A.
- Imopeninsula – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Integrum A.C.E, S.A.
- Integrum Colombo - Energia, S.A.
- Integrum – Energia, S.A.
- Integrum Martim Longo – Energia, S.A.
- Integrum Vale do Caima – Energia, S.A.
- Integrum Vale do Tejo – Energia, S.A.
- Marina de Tróia, S.A.
- Marmagno – Exploração Hoteleira, S.A.
- Martimope – Empreendimentos Turísticos, S.A.
- Marvero – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- SC – Central de Distribuição para Refrigeração e Climatização, S.A.
- SC Engenharia e Promoção Imobiliária, SGPS, S.A.
- SC, SGPS, S.A.
- S.I.I. – Soberana – Investimentos Imobiliários, S.A.
- Sistavac, S.A.
- Sistavac – SGPS, S.A.
- Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.
- Solinca – Health and Fitness, S.A.
- Soltróia – Sociedade Imobiliária de Urbanização e Turismo de Tróia, S.A.
- Solswim – Gestão e Exploração de Equipamentos Aquáticos, S.A.
- Sonae Turismo, SGPS, S.A.
- Spinarq Angola
- Spred – SGPS, S.A.

- The Artist Porto Hotel & Bistro – Actividades Hoteleiras, S.A.
- Tróia Market – Supermercados, S.A.
- Tróia Natura, S.A.
- Troiaresort – Investimentos Turísticos, S.A.
- Troiaverde – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- Tulipamar – Exploração Hoteleira e Imobiliária, S.A.
- Vastgoed One – Promoção imobiliária, S.A.
- Vastgoed Sun – Promoção Imobiliária, S.A.

▪ **Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral:**

- Ibersol, SGPS, S.A.
- Interlog - SGPS, S.A.
- NET – Novas Empresas e Tecnologias, S.A.

▪ **Secretária da Mesa da Assembleia Geral:**

- Norscut – Concessionária de Auto-Estradas, S.A.

Secretária – Dr.ª Maria Leonor Moreira Pires Cabral Campello

Não desempenha quaisquer outros cargos em Sociedades além do cargo de Secretária da Mesa da Assembleia Geral da Ibersol, SGPS, S.A.

Ibersol S.G.P.S., S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

31 de Dezembro de 2013

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (valores em euros)

ACTIVO	Notas	31-12-2013	31-12-2012
Não corrente			
Activos Fixos Tangíveis	2.5 e 8	121.478.006	119.826.752
Goodwill	2.6 e 9	42.677.991	42.498.262
Activos Intangíveis	2.6 e 9	15.309.535	16.532.724
Impostos diferidos activos	2.14 e 17	951.668	935.834
Investimentos financeiros	2.8 e 10	354.700	926.600
Outros activos não correntes	2.10 e 11	1.632.344	1.604.632
Total de activos não correntes		182.404.244	182.324.804
Corrente			
Existências	2.9 e 12	5.031.702	3.519.788
Caixa e depósitos bancários	2.11 e 13	22.166.785	26.748.790
Imposto s/ rendimento a recuperar	14	529.104	1.322.237
Outros activos correntes	2.10 e 14	8.190.906	10.066.894
Total de activos correntes		35.918.497	41.657.709
Total do Activo	6	218.322.741	223.982.513
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores do capital			
Capital Social	2.12	20.000.000	20.000.000
Acções próprias	2.12	-11.179.644	-11.179.644
Goodwill		156.296	156.296
Reservas e resultados transitados		101.929.821	100.428.555
Resultado líquido do exercício		3.576.462	2.513.579
		114.482.935	111.918.786
Interesses não controlados		4.957.161	4.680.545
Total do Capital Próprio	15	119.440.096	116.599.331
PASSIVO			
Não corrente			
Empréstimos	2.13 e 16	23.417.821	36.983.045
Impostos diferidos passivos	2.14 e 17	9.847.843	10.287.213
Provisões	2.15 e 18	98.690	33.257
Outros passivos não correntes	19	411.298	325.188
Total de passivos não correntes		33.775.652	47.628.703
Corrente			
Empréstimos	2.13 e 16	23.255.851	17.855.569
Contas a pagar a fornecedores e acréscimos de custos	20	30.340.540	30.609.428
Imposto s/ rendimento a pagar	21	630.868	449.017
Outros passivos correntes	21	10.879.734	10.840.465
Total de passivos correntes		65.106.993	59.754.479
Total do Passivo	6	98.882.645	107.383.182
Total do Capital Próprio e Passivo		218.322.741	223.982.513

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO de 2013 E 2012
(valores em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Proveitos operacionais			
Vendas	2.16 e 6	171.845.441	170.667.531
Prestações de serviços	2.16 e 6	642.721	643.357
Outros proveitos operacionais	24	1.819.443	2.789.343
Total de proveitos operacionais		<u>174.307.605</u>	<u>174.100.231</u>
Custos Operacionais			
Custo das vendas		40.630.031	40.061.284
Fornecimentos e serviços externos	22	57.831.554	58.470.520
Custos com o pessoal	23	55.422.964	56.729.057
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	6, 8 e 9	12.172.584	11.566.182
Outros custos operacionais	24	1.798.690	1.697.686
Total de custos operacionais		<u>167.855.823</u>	<u>168.524.729</u>
Resultados Operacionais	6	<u>6.451.782</u>	<u>5.575.502</u>
Custo de Financiamento Líquido	6 e 25	-2.282.891	-2.140.322
Resultados antes de impostos		<u>4.168.891</u>	<u>3.435.180</u>
Imposto sobre o rendimento	26	471.952	691.047
Resultado líquido consolidado	6	<u>3.696.939</u>	<u>2.744.133</u>
RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO		<u>3.696.939</u>	<u>2.744.133</u>
Resultado líquido consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		3.576.462	2.513.579
Interesses não controlados	15	120.477	230.554
		<u>3.696.939</u>	<u>2.744.133</u>
Rendimento integral consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		3.576.462	2.513.579
Interesses não controlados	15	120.477	230.554
		<u>3.696.939</u>	<u>2.744.133</u>
Resultado por acção:			
Básico	27	<u>0,20</u>	<u>0,14</u>
Diluído		<u>0,20</u>	<u>0,14</u>

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA O QUARTO TRIMESTRE DOS ANOS DE 2013 E 2012
(valores em euros)

	<u>Notas</u>	4º TRIMESTRE	
		(não auditado)	
		<u>2013</u>	<u>2012</u>
Proveitos operacionais			
Vendas		45.679.932	44.064.954
Prestações de serviços		185.524	159.170
Outros proveitos operacionais	24	606.392	837.774
Total de proveitos operacionais		<u>46.471.848</u>	<u>45.061.898</u>
Custos Operacionais			
Custo das vendas		10.408.155	10.511.757
Fornecimentos e serviços externos	22	15.180.396	15.338.696
Custos com o pessoal	23	14.528.601	14.109.642
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	6, 8 e 9	4.807.930	4.202.046
Outros custos operacionais	24	627.653	621.256
Total de custos operacionais		<u>45.552.735</u>	<u>44.783.397</u>
Resultados Operacionais		<u>919.113</u>	<u>278.501</u>
Custo de Financiamento Líquido	6 e 25	-836.391	-546.380
Resultados antes de impostos		<u>82.722</u>	<u>-267.879</u>
Imposto sobre o rendimento	26	-655.834	-291.645
Resultado líquido consolidado	6	<u>738.556</u>	<u>23.766</u>
RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO		<u>738.556</u>	<u>23.766</u>
Resultado líquido consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		622.282	-158.011
Interesses não controlados		116.274	181.777
		<u>738.556</u>	<u>23.766</u>
Rendimento integral consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		622.282	-158.011
Interesses não controlados		116.274	181.777
		<u>738.556</u>	<u>23.766</u>
Resultado por acção:			
Básico	27	<u>0,03</u>	<u>-0,01</u>
Diluído		<u>0,03</u>	<u>-0,01</u>

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
Demonstrações Consolidadas das alterações no Capital Próprio
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012
(valores em euros)

Nota	Atribuível a detentores do capital							Interesses Não Controlados	Total Capital Próprio
	Capital Social	Ações Próprias	Reservas de conversão	Reserva Legal	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total		
Saldo em 1 de Janeiro de 2012	20.000.000	-11.179.644	-33	4.000.001	91.449.753	6.125.138	110.395.215	4.449.991	114.845.206
Alterações do período:									
Aplicação do resultado consolidado de 2011:									
Transferência para reservas e resultados transitados					5.135.138	-5.135.138	-		-
Inclusão da Parque Central Maia					-3.309		-3.309		-3.309
Reservas de conversão - Angola			3.301				3.301		3.301
Resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012						2.513.579	2.513.579	230.554	2.744.133
Total alterações do período	-	-	3.301	-	5.131.829	-2.621.559	2.513.571	230.554	2.744.125
Rendimento consolidado integral						2.513.579	2.513.579	230.554	2.744.133
Operações com detentores de capital no período									
Aplicação do resultado consolidado de 2011:									
Dividendos distribuídos						-990.000	-990.000		-990.000
	-	-	-	-	-	-990.000	-990.000	-	-990.000
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	20.000.000	-11.179.644	3.268	4.000.001	96.581.582	2.513.579	111.918.786	4.680.545	116.599.331
Saldo em 1 de Janeiro de 2013	20.000.000	-11.179.644	3.268	4.000.001	96.581.582	2.513.579	111.918.786	4.680.545	116.599.331
Alterações do período:									
Aplicação do resultado consolidado de 2012:									
Transferência para reservas e resultados transitados					1.523.579	-1.523.579	-		
Inclusão da Gravos 2012								156.139	156.139
Reservas de conversão - Angola			-22.313				-22.313		-22.313
Resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013						3.576.462	3.576.462	120.477	3.696.939
Total alterações do período	-	-	-22.313	-	1.523.579	2.052.883	3.554.149	276.616	3.830.765
Rendimento consolidado integral						3.576.462	3.576.462	120.477	3.696.939
Operações com detentores de capital no período									
Aplicação do resultado consolidado de 2012:									
Dividendos distribuídos						-990.000	-990.000		-990.000
	-	-	-	-	-	-990.000	-990.000	-	-990.000
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	20.000.000	-11.179.644	-19.045	4.000.001	98.105.161	3.576.462	114.482.935	4.957.161	119.440.096

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa
Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012
(valores em euros)

	Nota	Exercícios findos em 31 de Dezembro	
		2013	2012
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Fluxos das actividades operacionais (1)	30	17.464.541	14.761.960
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		15.800	0
Activos fixos tangíveis		68.337	103.726
Juros recebidos		877.901	1.031.755
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		259.937	765.000
Activos fixos tangíveis		9.866.816	9.290.231
Activos intangíveis		1.024.197	1.501.991
Fluxos das actividades de investimento (2)		-10.188.912	-10.421.741
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		2.432.737	6.841.300
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		10.211.673	8.858.569
Amortizações de contratos locação financeiras		205.659	755.793
Juros e custos similares		2.881.287	3.144.576
Dividendos pagos	29	990.000	990.000
Fluxos das actividades de financiamento (3)		-11.855.882	-6.907.638
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		-4.580.253	-2.567.419
Efeito da variação perímetro			5
Efeito das diferenças de cambio			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		25.914.024	28.481.438
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	13	21.333.771	25.914.024

O Conselho de Administração,

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A IBERSOL, SGPS, SA (“Empresa” ou “Ibersol”), tem sede na Praça do Bom Sucesso, Edifício Península n.º 105 a 159 – 9º, 4150-146 Porto, Portugal, e as suas subsidiárias (conjuntamente, o Grupo), exploram uma rede de 394 unidades no ramo da restauração através das marcas Pizza Hut, Pasta Caffé, Pans & Company, Kentucky Fried Chicken, Burguer King, O’ Kilo, Bocatta, Café Sô, Quiosques, Pizza Móvil, Flor d’Oliveira, Miit, Sol, Sugestões e Opções, José Silva Carvalho, Catering e SEC Eventos e Catering. O Grupo possui 374 unidades de exploração própria e 20 em regime de franquia. Deste universo, 89 estão sediadas em Espanha e 3 em Angola, repartindo-se por 73 estabelecimentos próprios e 19 franquizados.

A Empresa é uma sociedade anónima e está cotada na Euronext de Lisboa.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia e em vigor em 01 de Janeiro de 2013.

As políticas contabilísticas adoptadas a 31 de Dezembro de 2013 são idênticas às adoptadas na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2012.

2.2 Consolidação

(a) Subsidiárias

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto ou o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas, nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado separadamente na demonstração da posição financeira e demonstração do rendimento integral consolidados, na rubrica interesses não controlados. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 5.

Quando os prejuízos atribuíveis aos interesses não controlados excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, os interesses não controlados absorvem esse excesso.

Para as concentrações empresariais anteriores a 2010 foi utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição corresponderá ao justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os activos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial corresponderão inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. A diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor da parcela do Grupo dos activos líquidos identificáveis adquiridos, é registada como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na Demonstração consolidada do rendimento integral consolidado (ver Nota 2.5).

Para as concentrações de actividades empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2010 o Grupo aplicou a IFRS 3 revista. Segunda esta norma revista o método da compra continua a ser aplicado nas concentrações de actividades, com algumas alterações significativas:

- (i) os montantes que compõem o preço de compra são valorizados ao justo valor, existindo a opção, de transacção a transacção, mensurar os “interesses não controlados” pela proporção do valor dos activos líquidos da entidade adquirida ou ao justo valor dos activos e passivos adquiridos.
- (ii) os custos associados à aquisição são registados como gastos

Igualmente foi aplicada desde 1 de Janeiro de 2010 a IAS 27 revista, a qual exige que todas as transacções com os interesses não controlados sejam registadas no Capital Próprio, quando não há alteração no controlo sobre a Entidade, não havendo lugar ao registo de goodwill ou ganhos ou perdas. Quando há perda do controlo exercido sobre a entidade, qualquer interesse remanescente sobre a entidade é remensurado ao justo valor, e um ganho ou perda é reconhecido nos resultados do exercício.

Os saldos e ganhos decorrentes de transacções entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um activo transferido. As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, por forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

(b) Empresas controladas conjuntamente

Os interesses do Grupo nas entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de consolidação proporcional desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. O Grupo integra a sua parte nos activos, passivos, custos e proveitos do empreendimento conjunto usando o método linha a linha. O Grupo reconhece a porção dos ganhos ou perdas na venda de activos ao Empreendimento Conjunto atribuível aos outros empreendedores. O Grupo não reconhece a sua parte nos ganhos ou perdas na venda de activos do Empreendimento conjunto ao Grupo até que esses activos sejam alienados para fora do Grupo. Contudo, uma perda na transacção é reconhecida imediatamente se a perda é indiciadora de redução do valor líquido de realização dos activos ou de uma perda de imparidade. Os saldos e transacções entre empresas do Grupo e entidades conjuntamente controladas são eliminados na proporção do controlo atribuível ao Grupo. O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis da entidade conjuntamente controlada, na data de aquisição, é reconhecido como goodwill

As empresas controladas conjuntamente encontram-se detalhadas na Nota 5.

2.3 Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade que desenvolve actividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transacções com outros componentes da mesma entidade), cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho, e relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

A sede do Grupo – onde está também localizada a maior empresa operacional é em Portugal. A área de actividade é a restauração.

O Grupo opera em três grandes áreas geográficas (Portugal, Espanha e Angola) geridas à escala nacional. No entanto, dada a reduzida dimensão do investimento em Angola, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, consideramos neste relato financeiro apenas dois segmentos operacionais.

As vendas são distribuídas com base no país em que se localiza o cliente.

Os activos dos segmentos incluem, principalmente, activos fixos tangíveis, activos intangíveis, existências, contas a receber e disponibilidades. São excluídos impostos diferidos, investimentos financeiros e derivados detidos para negociação ou designados como coberturas de empréstimos.

Os passivos dos segmentos correspondem a passivos operacionais. Excluem elementos como impostos, empréstimos e derivados de cobertura relacionados.

Os investimentos compreendem adições aos activos fixos tangíveis (Nota 8) e activos intangíveis (Nota 9).

Os investimentos são distribuídos, em termos de segmentos geográficos, com base no local onde se encontram os activos.

2.4 Conversão cambial

(a) Moeda Funcional e de Apresentação

As Demonstrações Financeiras de cada uma das entidades do Grupo são elaboradas utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera ("A moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras consolidadas são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

(b) Transacções e Saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transacções e da conversão pela taxa à data da demonstração consolidada da posição financeira dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda diferente do euro, são reconhecidos na Demonstração dos Resultados, excepto se qualificarem como coberturas de fluxos de caixa, ou como cobertura de investimento líquido, casos em que são registados em capital próprio.


(c) Demonstrações Financeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os custos e proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica de Diferenças Cambiais.

O "goodwill" e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos dessa entidade e transpostos para Euro de acordo com a taxa de câmbio, à data do balanço.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração de resultados como um ganho ou perda da alienação.

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transacções e saldos expressos em Kwanzas, foram respectivamente de:

Taxas de câmbio de referência do Euro (x de moeda estrangeira por 1 Euro)	Taxa em 31 de Dezembro de 2013	Taxa média do ano
 Kwanza de Angola (AOA)	134,953	128,254

2.5 Activos Fixos Tangíveis

Os edifícios e outras construções compreendem imóveis próprios afectos à actividade de restauração, bem como despesas com obras em propriedade alheia, nomeadamente, resultantes da instalação de lojas de restauração.

Os activos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição, líquido das respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

O custo histórico inclui todos os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos com empréstimos incorridos e com empréstimos obtidos para a construção de activos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do activo.

Os custos subsequentes são acrescidos às quantias pelo qual o bem está escriturado ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos inerentes fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

A depreciação dos activos é calculada pelo método das quotas constantes, de forma a alocar o seu custo ao seu valor residual, em função da sua vida útil estimada, como segue:

- Edifícios e outras construções:	12-50 anos
- Equipamentos:	10 anos
- Ferramentas e utensílios:	4 anos
- Viaturas:	5 anos
- Equipamento administrativo	10 anos
- Outras imobilizações corpóreas	5 anos

Os valores depreciáveis dos activos, as vidas úteis e o método de depreciação são revistos e ajustados, se necessário, na data da demonstração consolidada da posição financeira.

Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do activo, procede-se imediatamente ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado (Nota 2.6).

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos como outros proveitos operacionais ou outros custos operacionais na demonstração dos resultados.

2.6 Activos Intangíveis

a) Goodwill

O Goodwill representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da subsidiária/associada/empreendimento conjunto na data de aquisição. O Goodwill resultante da aquisição de subsidiárias está incluído numa sub-rubrica dos activos intangíveis. O Goodwill é sujeito a testes de imparidade, numa base anual e é apresentado ao custo, deduzidas de perdas de imparidade acumuladas. Eventuais perdas de imparidade não são objecto de reversão. Os ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o Goodwill referente à mesma.

O Goodwill é alocado às unidades geradoras de fluxos de caixa para realização dos testes de imparidade.

b) Pesquisa e desenvolvimento

Os dispêndios com pesquisas são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos incorridos em projectos de desenvolvimento (relativos ao design e teste de novos produtos ou melhoramentos de produtos existentes) são reconhecidos como activos intangíveis quando for provável que o projecto seja um sucesso, considerando a sua viabilidade comercial e tecnológica e os custos possam ser mensurados com fiabilidade. Os demais dispêndios com desenvolvimento são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos não são reconhecidos como um activo em períodos subsequentes. Os custos de desenvolvimento com vida útil finita que tenham sido capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto de acordo com o método das quotas constantes pelo período do seu benefício esperado, que não excederá cinco anos.

c) Software

O custo de aquisição de licenças de software é capitalizado e compreende todos os custos incorridos com a aquisição e colocação do software disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimado (5 anos).

Os custos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de software são reconhecidos como gastos quando incorridos. Os custos directamente associados à produção de software identificável e único controlado pelo Grupo e que irá, provavelmente, gerar benefícios económicos futuros superiores aos custos, para além de um ano, são reconhecidos como activos intangíveis. Os custos directos incluem os custos com pessoal no desenvolvimento do software e a quota-parte de gastos gerais relevantes.

Custos de desenvolvimento de software reconhecidos como activos são amortizados durante a sua vida útil estimada (não excedendo 5 anos).

d) Concessões e direitos territoriais

As concessões e direitos territoriais são apresentados ao custo histórico. As concessões e direitos territoriais têm uma vida útil finita associada aos períodos contratuais, e são apresentadas ao custo menos amortizações acumuladas.

2.7 Imparidade de activos

Os activos intangíveis que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais. Os activos sujeitos a amortização são reavaliados para determinação de eventuais imparidades sempre que ocorram eventos ou alterações nas circunstâncias que originem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida na demonstração do rendimento integral consolidado pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo menos os gastos inerentes à sua venda e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

Uma unidade geradora de caixa (UGC) é o grupo mais pequeno de activos que inclui o activo e que gera influxos de caixa provenientes do uso continuado, que sejam em larga medida independentes dos influxos de caixa de outros activos ou grupos de activos. No caso dos activos corpóreos, cada loja foi identificada como sendo uma unidade geradora de caixa. São consideradas para realização de testes de imparidade as lojas com Ebitda negativos com pelo menos 2 anos de actividade.

O Goodwill é distribuído pelas unidades geradoras de fluxos (UGCs) do Grupo, identificadas de acordo com o país da operação e o segmento de negócio.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base nos cálculos do valor de uso. Esses cálculos utilizam projecções de fluxos de caixa baseadas em orçamentos financeiros aprovados pelos gestores, cobrindo um período de 5 anos.

O Conselho de Administração determina a margem bruta orçada com base na performance passada e nas suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. A taxa de crescimento média ponderada utilizada é consistente com as previsões incluídas nos relatórios do sector. As taxas de desconto são utilizadas após impostos e reflectem riscos específicos relacionados com os activos da UGC.

2.8 Activos Financeiros

2.8.1 Classificação

O Grupo classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: activos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos concedidos e contas a receber, investimentos detidos até à maturidade e activos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende do objectivo de aquisição do investimento. O Conselho de Administração determina a classificação no momento de registo inicial dos investimentos e reavalia essa classificação em cada data de relato.

a) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria é subdividida em duas: activos financeiros detidos para negociação e aqueles que são designados ao justo valor através de resultados desde o seu início. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se adquirido principalmente com o objectivo de venda a curto prazo ou se assim designado pelo Conselho de Administração. Os derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se forem designados para cobertura. Os activos desta categoria são classificados como correntes se forem detidos para negociação ou sejam realizáveis no período de 12 meses após a data de demonstração consolidada da posição financeira.

b) Empréstimos concedidos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e outros créditos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado activo. Estes activos são originados quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor, sem intenção de negociar o prazo de recebimentos. São incluídos nos activos correntes, excepto quando tiverem maturidades superiores a 12 meses após a data da demonstração consolidada da posição financeira, sendo nesse caso classificados como activos não correntes.

c) Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que o Conselho de Administração do grupo tem intenção e capacidade para manter até à maturidade. Estão incluídos nos activos não correntes, excepto aqueles cujo vencimento seja inferior a 12 meses desde a data da demonstração consolidada da posição financeira, os quais são classificados como activos correntes.

d) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que são designados nesta categoria ou não são classificados em nenhuma das outras categorias. São incluídos em activos não correntes, excepto se o conselho de Administração entender alienar o investimento no prazo de 12 meses após a data da demonstração consolidada da posição financeira.

2.8.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas de investimentos são reconhecidas à data da transacção – a data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o activo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, adicionado dos custos de transacção, para todos os activos financeiros não reflectidos ao justo valor através de resultados (neste caso, são também reconhecidos ao justo valor, mas os custos de transacção são registados em custos do exercício em que sejam incorridos). Os investimentos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber dinheiro dos mesmos expiram ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse. Activos financeiros disponíveis para venda e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são subsequentemente valorizados ao justo valor. Os empréstimos concedidos e contas a receber e os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva. Os ganhos e perdas realizadas ou não realizadas decorrentes de alterações do justo valor da categoria dos activos financeiros ao justo valor através de resultados, são incluídos na demonstração consolidada do rendimento integral do período em que surgem. Os ganhos e perdas não realizadas, resultantes de alterações do justo valor de títulos não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou se encontram em imparidade, os ajustamentos acumulados do justo valor são incluídos na demonstração consolidada do rendimento integral como ganhos ou perdas de investimentos em títulos.

O justo valor de investimentos cotados é baseado nos preços correntes de mercado.

Se não há um mercado activo para um activo financeiro (e para títulos não cotados), o Grupo estabelece o justo valor usando técnicas de avaliação, as quais incluem o uso de transacções recentes entre partes independentes, referência a outros instrumentos que sejam substancialmente idênticos, análise do fluxo de caixa descontado e modelos refinados de preços de opções que reflectam as circunstâncias específicas de emissão.

2.8.3 Imparidade

O Grupo verifica em cada data de demonstração consolidada da posição financeira se existe evidência objectiva de imparidade de um ou de um grupo de activos financeiros. No caso de títulos de capital próprio classificados como disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor abaixo do custo é determinante para saber se existe imparidade. Se existir tal evidência para activos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse activo financeiro reconhecida previamente em resultados – é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração consolidada do rendimento integral. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são reversíveis.

O grupo segue a orientação da IAS 39 (revista em 2004) na determinação da imparidade permanente dos investimentos, a qual requer que o grupo avalie, entre outros factores, a duração e em que medida o justo valor de um investimento é inferior ao seu custo e a saúde financeira e perspectivas de negócio para a participada, incluindo factores tais como a performance da indústria e do sector, alterações tecnológicas e fluxos de caixa operacionais e de financiamento.

2.9 Existências

As existências são apresentadas ao mais baixo entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é calculado utilizando o custo médio ponderado.

O valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos de venda.

2.10 Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo, no caso de dívidas de médio e longo prazo, subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva, deduzido do ajustamento de imparidade. O ajustamento de imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objectiva de que o Grupo não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber. O valor do ajustamento de imparidade é a diferença entre o valor apresentado e o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado à taxa de juro efectiva. O valor do ajustamento de imparidade é reconhecido na demonstração consolidada do rendimento integral.

2.11 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa inclui os valores em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez elevada e maturidades iniciais até 3 meses e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Demonstração consolidada da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos Obtidos.

2.12 Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

Os custos incrementais directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, dos ingressos.

Quando alguma empresa do Grupo adquire acções da empresa-mãe (acções próprias), o valor pago, incluindo os custos directamente atribuíveis (líquidos de impostos), é deduzido ao capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe até que as acções sejam canceladas, reemitidas ou alienadas. Quando tais acções são subsequentemente vendidas ou reemitidas, qualquer recebimento, após dedução dos custos de transacção directamente imputáveis e de impostos, é reflectido no capital próprio dos detentores do capital da empresa.

2.13 Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, incluindo os custos de transacção incorridos. Os empréstimos de médio e longo prazo são subsequentemente apresentados ao custo deduzido das amortizações efectuadas; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração consolidada do rendimento integral ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efectiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data da demonstração consolidada da posição financeira.

2.14 Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos na globalidade, usando o método do passivo, e calculados sobre diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, se o imposto diferido surge pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial ou que à data da transacção não afecte nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, este não é contabilizado. Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e legais) decretadas ou substancialmente decretadas na data da demonstração consolidada da posição financeira e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido activo ou de liquidação do imposto diferido passivo.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização da diferença temporária.

2.15 Provisões

As provisões para custos com reestruturação, contratos onerosos e reclamações judiciais são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, e seja provável que um ex-fluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação, e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante da obrigação. As provisões para reestruturações incluem penalidades derivadas de rescisão de contratos de locação e pagamentos de indemnizações por cessação de contratos de trabalho dos empregados. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Quando há um número de obrigações similares, a probabilidade de gerar um ex-fluxo é determinada em conjunto.

2.16 Reconhecimento do rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. O rédito é reconhecido como segue:

a) Venda de bens – retalho

A venda de bens é reconhecida quando o produto é vendido ao cliente. As vendas a retalho são normalmente efectuadas a dinheiro ou com pagamentos efectuados por cartão de débito/crédito. O rédito a reconhecer é o valor bruto da venda, incluindo honorários de utilização de cartões de débito/crédito a pagar pela transacção. As vendas de bens a clientes, associadas a eventos ou congressos, são reconhecidas no momento em que tais acontecimentos ocorrem.

b) Prestação de serviços

A prestação de serviços é reconhecida no período contabilístico em que os serviços são prestados, com referência à fase de acabamento da transacção à data da demonstração consolidada da posição financeira.

c) Juros

Os juros são reconhecidos tendo em consideração a proporção do tempo decorrido e o rendimento efectivo do activo. Quando uma conta a receber se encontra em imparidade, o Grupo reduz o seu

valor contabilístico para o valor recuperável, sendo este igual ao valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo. O desconto continua a ser reconhecido como proveito financeiro.

d) Royalties

Os royalties são reconhecidos segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos acordos relevantes.

e) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito dos accionistas ao seu recebimento.

2.17 Locações

As locações são classificadas como locações operacionais se uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse for retida pelo locador. Os pagamentos efectuados em locações operacionais (deduzidos de eventuais incentivos recebidos do locador) são reflectidos na demonstração consolidada do rendimento integral pelo método das quotas constantes, pelo período da locação.

Locações de activos tangíveis onde o Grupo tem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são classificadas como locações financeiras. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. As obrigações da locação, líquidas de encargos financeiros, são incluídas em outros passivos não correntes, excepto a respectiva componente de curto prazo. A parcela dos juros é levada a gastos financeiros no período da locação, de forma a produzir uma taxa constante periódica de juros sobre a dívida remanescente em cada período. Os activos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciadas pelo menor entre o período de vida útil do activo e o prazo da locação.

2.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no momento em que os dividendos são aprovados pelos accionistas.

2.19 Resultado por acção

Básico

O resultado básico por acção é calculado dividindo o lucro atribuível aos accionistas, pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas durante o período, excluindo as acções ordinárias adquiridas pela empresa e detidas como acções próprias (Nota 15).

Diluído

O resultado diluído por acção é calculado dividindo o lucro atribuível aos accionistas, ajustado pelos dividendos de acções preferenciais convertíveis, juros de dívida convertível e ganhos e despesas resultantes da conversão, pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas durante o período mais o número médio de acções ordinárias emitíveis na conversão de acções ordinárias potenciais diluidoras.

2.20 Instrumentos financeiros derivados

A empresa utiliza instrumentos financeiros derivados, tais como contratos de opções e swaps, somente para cobertura dos riscos financeiros a que está exposta. A empresa não utiliza instrumentos financeiros derivados para especulação. A empresa adopta a contabilização de acordo com contabilidade de cobertura (hedge accounting), respeitando integralmente o disposto nos normativos respectivos. A negociação dos instrumentos financeiros derivados é realizada pela Ibersol, em nome das empresas individuais, pelo departamento de tesouraria central, obedecendo a normas aprovadas pela respectiva Administração. Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira ao seu custo inicial

e depois remensurados ao seu justo valor. No que diz respeito ao reconhecimento, a contabilização faz-se da seguinte forma:

Cobertura de Justo Valor

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de justo valor e que são determinadas como pertencentes a uma cobertura eficaz, ganhos ou perdas resultantes de remensurar o instrumento de cobertura ao justo valor são reconhecidos em resultados juntamente com variações no justo valor do item coberto que são atribuíveis ao risco coberto.

Cobertura de Fluxos de Caixa

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de fluxos de caixa e que são determinadas como pertencentes a uma cobertura eficaz, ganhos ou perdas no justo valor do instrumento de cobertura são reconhecidas no capital próprio; a parte ineficaz será reconhecida directamente nos resultados.

Cobertura de Investimento Líquido

Actualmente, a empresa não considera a realização de coberturas cambiais sobre investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras (subsidiárias), dado não ter investimentos significativos denominados em moeda diferente do euro.

A empresa tem bem identificada a natureza dos riscos envolvidos, documenta exaustiva e formalmente as relações de cobertura, garantindo através dos seus sistemas de informação, que cada relação de cobertura seja acompanhada pela descrição da política de risco da empresa; objectivo e estratégia para a cobertura; classificação da relação de cobertura; descrição da natureza do risco que está a ser coberto; identificação do instrumento de cobertura e item coberto; descrição da mensuração inicial e futura da eficácia; identificação da parte do instrumento de cobertura, se houver, que será excluída da avaliação da eficácia.

A empresa considera o desreconhecimento nas situações em que o instrumento de cobertura expirar, for vendido, terminar ou for exercido; a cobertura deixar de preencher os critérios para a contabilidade de cobertura; para a cobertura de fluxos de caixa, a transacção prevista deixar de ser altamente provável ou deixar de ser esperada; por razões de gestão a empresa decidir cancelar a designação de cobertura.

3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

3.1 Factores de risco financeiro

As actividades do Grupo estão expostas a uma variedade de factores do risco financeiro: risco de mercado (inclui risco cambial, risco do justo valor associado à taxa de juro e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira do Grupo.

A gestão do risco financeiro é conduzida pelo Departamento Financeiro, com base nas políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

O risco cambial é muito reduzido, uma vez que o Grupo está essencialmente presente no mercado ibérico, os empréstimos bancários estão essencialmente denominados em euros e o volume de compras, fora da zona Euro, não assume proporções relevantes.

Apesar de o Grupo deter investimentos fora da zona euro, em operações externas, em Angola, não existe exposição significativa ao risco cambial, pela reduzida dimensão do investimento. O financiamento da filial angolana, no valor de 3.750.000 USD, não apresenta grande exposição em função do reduzido montante e da forte correlação entre a moeda local e a moeda do financiamento. Os restantes financiamentos contraídos pelas filiais angolanas estão denominados na moeda local, a mesma em que são gerados os proveitos.

ii) **Risco de preço**

O Grupo não está significativamente exposto ao risco de preço das mercadorias.

iii) **Risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor)**

Como o grupo não tem activos remunerados com juros significativos, o lucro e os fluxos de caixa da actividade de investimento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

O risco de taxa de juro do Grupo advém do passivo nomeadamente de empréstimos obtidos de longo prazo. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. Empréstimos emitidos com taxas fixas expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Com o actual nível das taxas de juro, a política do grupo é, em financiamentos de maior maturidade, de proceder à fixação total ou parcial das taxas de juro.

A dívida remunerada vence juros a taxa variável tendo sido uma parte objecto de fixação de taxa de juro através de um derivado swap taxa de juro. A swap de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro do empréstimo (papel comercial) de 20 milhões de euros tem subjacente o prazo de vencimento dos juros e plano de reembolso idênticos às condições do empréstimo. Por outro lado, o Grupo tem aplicações que cobrem cerca de 40% dos empréstimos e cuja remuneração em termos líquidos amortece as alterações de taxa de juro que incide sobre a dívida.

Baseado em simulações realizadas a 31 de Dezembro de 2013, uma subida de mais 100 pontos base na taxa de juro, mantendo tudo o resto constante, teria um impacto negativo no resultado líquido do período de 118 mil euros.

b) Risco de crédito

A principal actividade do Grupo é realizada com vendas pagas a dinheiro ou cartão de débito/crédito, pelo que o Grupo não tem concentrações de risco de crédito relevantes. O Grupo tem políticas que asseguram que as vendas a crédito são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado. O Grupo tem políticas que limitam o montante de crédito a que os clientes têm acesso.

c) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente. Em conformidade com a dinâmica dos negócios subjacentes, a Tesouraria do Grupo tem vindo a efectuar uma gestão flexível do papel comercial e a negociação de linhas de crédito disponíveis a todo o momento.

Para o efeito consideram-se que os empréstimos bancários de curto prazo vencem na data de renovação e que os contratos de papel comercial vencem nas datas de denúncia.

A 31 de Dezembro de 2013, o passivo corrente ascende a 65 milhões de euros, face aos 36 milhões de activo corrente. Este desequilíbrio é, em parte uma característica financeira deste negócio, noutra deve-se aos programas de Papel Comercial em que consideramos o reembolso na data de denúncia independentemente dos prazos pelos quais estão contratados. Durante o ano de 2014 prevê-se a manutenção da emissão do Papel Comercial considerado em dívida de curto prazo (7.000.000 euros). No entanto, em caso de necessidade, o saldo de caixa e bancos e os fluxos de caixa operacionais previstos, são suficientes para liquidar os empréstimos correntes.

Na situação recente de pressão dos mercados financeiros para a redução do crédito concedido pelos Bancos a sociedade optou por negociar e manter uma parte significativa das linhas de curto

prazo. Em 31 de Dezembro de 2013, a utilização das linhas de curto prazo de apoio à tesouraria era de 7%. Os depósitos a prazo e outras aplicações de 17 milhões de euros correspondiam a 36% do passivo remunerado.

Na tabela seguinte são apresentados os passivos financeiros (grupos relevantes) considerando os cash-flows contratuais não descontados:

	<u>2014</u>	<u>de 2015 a 2024</u>
Empréstimos e descobertos bancários	16.194.368	6.417.821
Papel comercial	7.000.000	17.000.000
Leasing	61.483	-
Fornecedores Imobilizado	4.912.144	-
Fornecedores	18.527.041	-
Outras contas a pagar	8.948.303	411.298
Total	<u>55.643.339</u>	<u>23.829.119</u>

d) **Risco de capital**

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio (vendas a dinheiro e crédito de fornecedores) e a assegurar a continuidade e expansão.

O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida+capital próprio)) com o objectivo de o situar no intervalo 35%-70%.

O rácio de alavancagem financeira em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 foi de, respectivamente, 17% e 19%, conforme evidenciado no quadro abaixo:

	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
Empréstimos	46.673.672	54.838.614
Caixa e depósitos bancários	<u>-22.166.785</u>	<u>-26.748.790</u>
Endividamento líquido	24.506.887	28.089.824
Capital próprio	<u>119.440.096</u>	<u>116.599.331</u>
Capital total	<u>143.946.983</u>	<u>144.689.155</u>
Rácio de alavancagem financeira	17%	19%

Apesar do objectivo de situar o rácio de alavancagem financeira no intervalo 35%-70%, por prudência, face aos constrangimentos recentes dos mercados financeiros, em 2013, registamos um rácio de 17%.

14.2 Estimativa de justo valor

O justo valor dos instrumentos financeiros comercializados nos mercados activos (por exemplo derivados negociados publicamente, títulos para negociação e disponíveis para venda) é determinado com base nos preços do mercado de cotação à data de demonstração consolidada da posição financeira. O preço do mercado usado para os activos financeiros do Grupo é o preço recebido pelos accionistas no mercado corrente. O preço do mercado para os passivos financeiros é o preço a pagar no mercado corrente.

O valor nominal de contas a receber (deduzido de ajustamentos de imparidade) e a pagar é assumido como aproximado do seu justo valor. O justo valor dos passivos financeiros é estimado actualizando os fluxos de caixa futuros contratualizados à taxa de juro do mercado corrente que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS IMPORTANTES E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros factores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias em causa.

O grupo efectua estimativas e premissas sobre o futuro. A contabilização resultante das estimativas raramente irá, por definição, corresponder aos resultados reais relatados. As estimativas e as premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos activos e passivos no exercício seguinte são:

a) Estimativa de imparidade do Goodwill

O Grupo testa anualmente se existe ou não imparidade do Goodwill, de acordo com a política contabilística indicada na Nota 2.5. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas (Nota 9).

Se a margem bruta real for inferior ou a taxa de desconto, após impostos, superior às estimativas dos gestores, as perdas de imparidade do Goodwill poderão ser superiores às registadas.

b) Impostos sobre o Rendimento

O Grupo está sujeito a Impostos sobre o Rendimento em Portugal, Espanha e Angola. É necessário julgamento significativo para determinar a estimativa de imposto sobre o rendimento, dado existirem inúmeras transacções e cálculos, para as quais, a determinação final dos impostos é incerta durante o curso normal dos negócios. O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam ser provenientes de revisões efectuadas pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final das inspecções fiscais é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nos impostos diferidos, no período em que tais diferenças são identificadas.

c) Provisões

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

d) Activos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas do sector ao nível internacional.

5. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS

5.1. As empresas do Grupo incluídas na consolidação em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 são as seguintes:

Firma	Sede	% Participação	
		Dez-13	Dez-12
<u>Empresa mãe</u>			
Ibersol SGPS, S.A.	Porto	mãe	mãe
<u>Empresas filiais</u>			
Iberusa Hotelaria e Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Ibersol Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Ibersande Restauração, S.A.	Porto	80%	80%
Ibersol Madeira e Açores Restauração, S.A.	Funchal	100%	100%
Ibersol - Hotelaria e Turismo, S.A.	Porto	100%	100%
Iberking Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Iberaki Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
Restmon Portugal, Lda	Porto	61%	61%
Vidisco, S.L.	Vigo - Espanha	100%	100%
Inverpeninsular, S.L.	Vigo - Espanha	100%	100%
Ibergourmet Produtos Alimentares, S.A.	Porto	100%	100%
Ferro & Ferro, Lda.	Porto	100%	100%
Asurebi SGPS, S.A.	Porto	100%	100%
Charlotte Develops, SL	Madrid-Espanha	100%	100%
Firmoven Restauração, S.A.	Porto	100%	100%
IBR - Sociedade Imobiliária, S.A.	Porto	98%	98%
Eggon SGPS, S.A.	Porto	100%	100%
Anatir SGPS, S.A.	Porto	100%	100%
Lurca, SA	Madrid-Espanha	100%	100%
Q.R.M.- Projectos Turísticos, S.A	Porto	100%	100%
Sugestões e Opções-Actividades Turísticas, S.A	Porto	100%	100%
RESTOH- Restauração e Catering, S.A	Porto	100%	100%
Resboavista- Restauração Internacional, Lda	Porto	100%	100%
José Silva Carvalho Catering, S.A	Porto	100%	100%
(a) Iberusa Central de Compras para Restauração ACE	Porto	100%	100%
(b) Vidisco, Pasta Café Union Temporal de Empresas	Vigo - Espanha	100%	100%
Maestro - Serviços de Gestão Hoteleira, S.A.	Porto	100%	100%
SEC - Eventos e Catering, S.A.	Porto	100%	100%
IBERSOL - Angola, S.A.	Luanda - Angola	100%	100%
HCI - Imobiliária, S.A.	Luanda - Angola	100%	100%
Parque Central Maia - Activ.Hoteleiras, Lda	Porto	100%	100%
Gravos 2012, S.A.	Porto	80%	-
<u>Empresas controladas conjuntamente</u>			
UQ Consult - Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Porto	50%	50%

(a) Agrupamento Complementar de Empresas que actua como Central de Compras e de Logística e assegura o aprovisionamento dos respectivos restaurantes em matérias-primas e serviços de manutenção.

(b) Union Temporal de Empresas constituída em 2005 e que ao longo do semestre funcionou como Central de Compras em Espanha, assegurando o aprovisionamento de matérias-primas dos respectivos restaurantes.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. À entidade conjuntamente controlada UQ Consult foi aplicado o método de consolidação proporcional em função da percentagem de participação detida pelo grupo (Nota 2.2).

As percentagens de participação nas sociedades referidas consubstanciam-se em idêntica percentagem de direitos de voto.

5.2. Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

5.2.1. Aquisição de novas sociedades

Em Dezembro de 2013, foi adquirido 80% da sociedade Gravos 2012, S.A., pelo montante de 819.000 EUR.

A inclusão em Dezembro de 2013 da subsidiária Gravos, teve o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas a 31 de Dezembro de 2013:

	<u>Data da aquisição</u>	<u>Dez-13</u>
Activos líquidos adquiridos		
Activos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 8 e 9)	777.825	777.825
Outros activos	15.650	15.650
Caixa e depósitos bancários	4.063	4.063
Outros passivos	-2.128	-2.128
	<u>795.410</u>	<u>795.410</u>
Goodwill (Nota 9)	179.729	
Interesses não controlados	-156.139	
	<u>Preço de aquisição</u>	
	<u>819.000</u>	
Adiantamento efectuado em 2012 (Nota 10)	555.000	
Pagamento efectuado em 2013	264.000	
	<u>819.000</u>	
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição		
Pagamentos efectuados	264.000	
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	-4.063	
	<u>259.937</u>	

Em Dezembro de 2011, foi adquirido 100% da sociedade Parque Central Maia – Actividades Hoteleiras, Lda., pelo montante de 200.000 EUR.

Apesar de adquirida no ano 2011, a subsidiária foi excluída por imaterialidade no consolidado do ano do grupo Ibersol. Em 2012 foi incluída desde 01 de Janeiro.

A inclusão no ano de 2012 da subsidiária Parque Central Maia, teve o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas a 31 de Dezembro de 2012:

	<u>Data da aquisição</u>	<u>Dez-12</u>
Activos líquidos adquiridos		
Activos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 8 e 9)	-	324.877
Existências	-	5.148
Outros activos	14.375	163.389
Caixa e depósitos bancários	5	43.244
Empréstimos	-14.914	-
Impostos diferidos passivos	-	2.709
Outros passivos	-13.005	-411.689
	<u>-13.539</u>	<u>127.678</u>
Diferença (1)	213.539	
	<u>Preço de aquisição</u>	
	<u>200.000</u>	
Pagamentos efectuados	100.000	
Montantes a pagar no futuro	100.000	
	<u>200.000</u>	
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição		
Pagamentos efectuados	100.000	
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	5	
	<u>99.995</u>	

(1) a diferença reconhecida pela compra da subsidiária Parque Maia foi alocada a activos intangíveis, direitos de concessão (Nota 9), pelo direito de utilização do espaço explorado pela subsidiária adquirida por um período de 12 anos (início a 02 de Setembro de 2011).

O impacto da aquisição na demonstração consolidada do rendimento integral foi o seguinte:

	<u>Dez-12</u>
Proveitos operacionais	666.439
Custos operacionais	-505.278
Resultado financeiro	<u>-611</u>
Resultado antes impostos	160.550
Imposto sobre o rendimento	<u>36.024</u>
Resultado líquido	<u>124.526</u>

5.2.2. Alienações

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 não ocorreram alienações de subsidiárias.

6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o contributo das sociedades angolanas está reflectido no segmento de Portugal, Nota 2.3, dado a actividade operacional ser de pequena dimensão e os valores dos activos não terem materialidade suficiente para constituírem um segmento autónomo.

Os resultados por segmento do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 são:

31 DE DEZEMBRO 2013	Portugal	Espanha	Grupo
Restauração	127.568.068	41.115.676	168.683.744
Mercadorias	1.526.377	1.635.320	3.161.697
Prestação de Serviços	256.171	386.550	642.721
Volume de Negócio por Segmento	<u>129.350.616</u>	<u>43.137.546</u>	<u>172.488.162</u>
Resultado operacional	5.461.609	990.173	6.451.782
Custo de financiamento líquido	-1.679.589	-603.302	-2.282.891
Quota-parte do lucro de associadas	-	-	-
Lucro antes de imposto sobre o rendimento	<u>3.782.020</u>	<u>386.871</u>	<u>4.168.891</u>
Imposto sobre o rendimento	605.207	-133.255	471.952
Resultado líquido do exercício	<u>3.176.813</u>	<u>520.126</u>	<u>3.696.939</u>

Os resultados por segmento do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 são:

31 DE DEZEMBRO 2012	Portugal	Espanha	Grupo
Restauração	125.357.538	42.097.097	167.454.635
Mercadorias	1.521.864	1.691.032	3.212.896
Prestação de Serviços	200.148	443.209	643.357
Volume de Negócio por Segmento	<u>127.079.550</u>	<u>44.231.338</u>	<u>171.310.888</u>
Resultado operacional	3.508.860	2.066.642	5.575.502
Custo de financiamento líquido	-1.496.656	-643.666	-2.140.322
Quota-parte do lucro de associadas	-	-	-
Lucro antes de imposto sobre o rendimento	<u>2.012.204</u>	<u>1.422.976</u>	<u>3.435.180</u>
Imposto sobre o rendimento	585.695	105.352	691.047
Resultado líquido do exercício	<u>1.426.509</u>	<u>1.317.624</u>	<u>2.744.133</u>

As transferências ou transacções entre segmentos são realizadas nos termos comerciais normais e nas condições aplicáveis a terceiros independentes.

Outros elementos dos segmentos incluídos na demonstração do rendimento integral consolidado são:

	Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013			Exercício findo em 31 de Dezembro de 2012		
	Portugal	Espanha	Grupo	Portugal	Espanha	Grupo
Depreciações (Nota 8)	6.503.984	1.570.258	8.074.242	6.878.981	1.569.600	8.448.581
Amortizações (Nota 9)	1.453.859	202.465	1.656.324	1.300.652	215.766	1.516.418
Imparidade dos activos fixos tangíveis (Nota 8)	1.539.785	686.109	2.225.894	958.814	391.419	1.350.232
Imparidade do goodwill (Nota 9)	-	-	-	-	-	-
Imparidade dos activos intangíveis (Nota 9)	242.672	75	242.747	245.113	-	245.113
Imparidade das contas a receber (Nota 14)	-28.453	156.524	128.071	6.768	4.282	11.050

Os activos, passivos e investimentos dos segmentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são:

	Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013			Exercício findo em 31 de Dezembro de 2012		
	Portugal	Espanha	Total	Portugal	Espanha	Total
Activos (1)	160.234.516	56.252.753	216.487.269	165.577.871	55.219.971	220.797.842
Passivos	34.563.384	7.166.878	41.730.262	32.946.093	8.862.246	41.808.339
Investimento líquido (Notas 8 e 9) (2)	8.857.864	3.430.589	12.288.453	5.948.631	2.125.070	8.073.701

(1) o segmento de Portugal inclui activos de 13,1 milhões de euros de Angola

(2) o segmento de Portugal inclui um investimento de cerca de 3,2 milhões de euros em Angola.

Os activos e passivos não alocados aos segmentos Portugal e Espanha são:

	ANO 2013		ANO 2012	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Impostos diferidos	951.668	9.847.843	935834	10.287.213
Imposto corrente	529.104	630.868	1.322.237	449.017
Empréstimos de curto prazo	-	23.255.851	-	17.855.569
Empréstimos de médio e longo prazo	-	23.417.821	-	36.983.045
Investimentos financeiros	354.700	-	926.600	-
Total	1.835.472	57.152.383	3.184.671	65.574.844

7. FACTOS NÃO USUAIS E NÃO RECORRENTES

Nos exercícios de 2013 e 2012 não se registaram quaisquer factos não usuais e não recorrentes.

8. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Outros Activos fixos tangíveis	Activos Tangíveis em curso (1)	Total
01 de Janeiro de 2012					
Custo	130.836.755	68.806.067	14.444.010	3.129.869	217.216.702
Depreciação acumulada	26.925.340	49.658.496	11.854.570	-	88.438.405
Imparidade Acumulada	4.926.037	565.318	62.515	-	5.553.870
Valor líquido	98.985.378	18.582.253	2.526.926	3.129.869	123.224.427
31 de Dezembro de 2012					
Valor líquido inicial	98.985.378	18.582.253	2.526.926	3.129.869	123.224.427
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-
Conversão cambial	-48.573	-1.713	-451	-69.110	-119.847
Adições	4.289.175	3.104.416	528.766	22.253	7.944.610
Diminuições	660.269	202.417	1.769	94.661	959.117
Transferências	1.676.906	389.885	99.584	-2.630.883	-464.507
Depreciação exercício	3.224.853	4.235.984	987.744	-	8.448.581
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-
Imparidade Exercício	1.394.342	-	-	-	1.394.342
Reversão de imparidade	-44.110	-	-	-	-44.110
Valor líquido final	99.667.532	17.636.440	2.165.312	357.468	119.826.752
31 de Dezembro de 2012					
Custo	133.921.515	70.420.661	14.770.055	357.468	219.469.700
Depreciação acumulada	29.331.240	52.221.588	12.542.229	-	94.095.056
Imparidade Acumulada	4.922.744	562.633	62.515	-	5.547.892
Valor líquido	99.667.532	17.636.440	2.165.312	357.468	119.826.752
31 de Dezembro 2013					
Valor líquido inicial	99.667.532	17.636.440	2.165.312	357.468	119.826.752
Variações do perímetro de consolidação	777.825	-	-	-	777.825
Conversão cambial	-307.853	-58.140	-11.242	-114	-377.349
Adições	5.634.407	3.145.697	1.416.810	2.082.655	12.279.569
Diminuições	407.090	214.952	6.472	98.700	727.214
Transferências	95.168	-1.438	-	-95.168	-1.438
Depreciação exercício	3.099.556	4.153.487	821.199	-	8.074.242
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-
Imparidade Exercício	2.172.715	53.179	-	-	2.225.894
Reversão de imparidade	-	-	-	-	-
Valor líquido final	100.187.718	16.300.941	2.743.209	2.246.141	121.478.010
31 de Dezembro 2013					
Custo	137.677.640	71.325.768	15.723.199	2.246.141	226.972.749
Depreciação acumulada	31.643.325	54.409.015	12.917.476	-	98.969.815
Imparidade Acumulada	5.846.597	615.812	62.515	-	6.524.924
Valor líquido	100.187.718	16.300.941	2.743.209	2.246.141	121.478.010

(1) os movimentos nos exercícios de 2013 e 2012 dizem, fundamentalmente, respeito aos restaurantes KFC em Luanda, Angola.

Os investimentos do ano 2013 em imobilizado firme, no montante de 10 milhões, dizem respeito a abertura de novas unidades e remodelação das existentes, em Portugal e em Espanha.

Procedeu-se a uma análise de sensibilidade dos testes de imparidade para os activos das unidades "Sol" cujos valores de avaliação com os pressupostos utilizados estavam no limiar de gerar perdas de imparidade.

Para uma variação da taxa de desconto da perpetuidade de 1% e 2% resultaria uma perda adicional de 425.000 euros e 1.420.000 euros, respectivamente.

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os bens utilizados em regime de locação financeira são os seguintes:

	2013		2012	
	Valor Buto	A. Acumuladas	Valor Buto	A. Acumuladas
Terrenos e edifícios	1.789	-1.730	2.240	-420
Equipamentos	393.926	-203.513	2.141.367	-879.670
Outros activos fixos tangíveis	23.481	-10.674	78.218	-51.276
	419.197	-215.917	2.221.825	-931.365

Nos exercícios de 2013 e 2012 não foram celebrados novos contratos de leasing.

No exercício de 2013, foram capitalizados cerca de 63 mil euros relativos ao custo dos empréstimos para financiar o investimento em Angola, sendo o valor acumulado a 31 de Dezembro de 2013 cerca de 375 mil euros.

9. ACTIVOS INTANGÍVEIS E GOODWILL

Os activos intangíveis e o goodwill decompõem-se como se segue:

	Dez-13	Dez-12
Goodwil	42.677.991	42.498.262
Activos intangíveis	15.309.535	16.532.724
	57.987.526	59.030.986

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido no valor do goodwill e dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Goodwill	Propriedade Industrial	Outros Activos Intangíveis	Activos Intangíveis em curso (1)	Total
01 de Janeiro de 2012					
Custo	44.895.940	19.567.107	4.703.952	2.284.169	71.451.168
Amortização acumulada	-	5.572.828	3.985.780	-	9.558.608
Imparidade acumulada	1.861.678	720.969	70.110	-	2.652.757
Valor líquido	43.034.262	13.273.310	648.062	2.284.169	59.239.803
31 de Dezembro de 2012					
Valor líquido inicial	43.034.262	13.273.310	648.062	2.284.169	59.239.803
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-
Adições	-	1.198.198	900.107	-	2.098.305
Diminuições	536.000	8.258	394.333	-349	938.242
Transferências	-	18.077	213.291	161.283	392.651
Amortização do exercício	-	987.836	528.582	-	1.516.418
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-
Imparidade Exercício	-	245.113	-	-	245.113
Reversão de imparidade	-	-	-	-	-
Valor líquido final	42.498.262	13.248.378	838.545	2.445.801	59.030.987
31 de Dezembro de 2012					
Custo	44.359.940	20.788.413	5.394.349	2.445.801	72.988.503
Amortização acumulada	-	6.572.385	4.485.694	-	11.058.079
Imparidade acumulada	1.861.678	967.650	70.110	-	2.899.438
Valor líquido	42.498.262	13.248.378	838.545	2.445.801	59.030.987

	Goodwill	Propriedade Industrial	Outros Activos Intangíveis	Activos Intangíveis em curso (1)	Total
31 de Dezembro 2013					
Valor líquido inicial	42.498.262	13.248.378	838.545	2.445.801	59.030.987
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-
Conversão cambial	-	-47.390	-114	-14.151	-61.655
Adições	179.729	818.821	19.952	5.900	1.024.402
Diminuições	-	96.679	11.896	-	108.575
Transferências	-	1.438	-	-	1.438
Amortização do exercício	-	1.111.648	544.676	-	1.656.324
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-
Imparidade Exercício	-	242.747	-	-	242.747
Reversão de imparidade	-	-	-	-	-
Valor líquido final	42.677.991	12.570.173	301.811	2.437.550	57.987.526
31 de Dezembro 2013					
Custo	44.539.669	21.425.978	5.386.885	2.437.550	73.790.082
Amortização acumulada	-	7.645.408	5.014.964	-	12.660.372
Imparidade acumulada	1.861.678	1.210.397	70.110	-	3.142.185
Valor líquido	42.677.991	12.570.173	301.811	2.437.550	57.987.526

(1) o saldo da rubrica activos intangíveis em curso diz respeito, fundamentalmente, às 3 concessões ainda por abrir nas áreas de serviço de Guimarães, Fafe e Paredes, áreas de serviço essas em fase de projecto e a aguardar a entrega das plataformas. Perspectiva-se que as plataformas venham a não ser entregues e os respectivos contratos anulados com o conseqüente reembolso do capital investido.

Com os mesmos pressupostos da análise de sensibilidade enunciada na nota anterior (Nota 8) concluiu-se da inexistência de imparidades adicionais para os activos intangíveis.

A 31 de Dezembro de 2013, as concessões e os direitos territoriais do grupo, incluídas na rubrica Propriedade industrial, e a respectiva vida útil associada, são apresentados como segue:

Direitos Territoriais	N.º anos	Ano limite de utilização
Pans & Company	10	2016
Burger King	20	2021
Direitos de Concessão	N.º anos	Ano limite de utilização
Área Serviços da Lusoponte	33	2032
Marina Expo	28	2026
Área Serviço Repsol 2ª Circular	18	2017
Área Serviço do Fogueteiro	16	2015
Marina de Portimão	60	2061
Área de serviço A8 Torres Vedras	20	2021
Área Serviço Aeroporto	20	2021
Pizza Hut Setúbal	14	2017
Pizza Hut Foz	10	2020
Pizza Hut e Pasta Caffé Cais Gaia	20	2024
Área de Serviço A5 Oeiras	12	2015
Área Serviço Modivas	28	2031
Áreas Serviço Barcelos	30	2036
Áreas Serviço Guimarães	30	2036
Áreas Serviço Fafe	30	2036
Áreas Serviço Alvão	30	2036
Áreas Serviço Lousada (Felgueiras)	24	2030
Áreas Serviço Vagos	24	2030
Áreas Serviço Aveiro	24	2030
Áreas Serviço Ovar	24	2030
Áreas Serviço Gulpilhares (Vilar do Paraíso)	24	2030
Áreas Serviço Talhada (Vouzela)	25	2031
Áreas Serviço Viseu	25	2031
Áreas Serviço Paredes (P.Ferreira)	26	2032
Áreas Serviço Matosinhos	24	2030
Áreas Serviço Carvalhos	20	2015
Áreas Serviço Maia	26	2032

A distribuição do Goodwill por segmento apresenta-se como segue:

	Dez-13	Dez-12
Portugal	9.643.750	9.464.021
Espanha	32.903.527	32.903.527
Angola	130.714	130.714
	42.677.991	42.498.262

O Goodwill alocado ao segmento Espanha em 31 de Dezembro de 2013 resultou, fundamentalmente, da aquisição das filiais Lurca e Vidisco.

Nos testes de imparidade foram usados os seguintes pressupostos:

Taxa de crescimento para a perpetuidade		
Portugal	3,00% (1% real + 2% inflação)	
Espanha	3,00% (1% real + 2% inflação)	
Taxa de desconto para a perpetuidade		
Portugal	6,78%	
Espanha	6,15%	
Taxa de desconto do período (5 anos)		
Portugal	8,87%	
Espanha	7,25%	

A taxa de desconto apresentada é líquida de imposto e foi calculada com base na metodologia WACC (Weighted Average Cost of Capital).

Com base nos testes de imparidade efectuados, não se verificou a necessidade de efectuar ajustamentos do Goodwill.

10. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A decomposição dos investimentos financeiros apresenta-se como segue:

	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
Investimentos Financeiros:		
Adiantamentos por conta de Investimentos financeiros (1)	-	555.000
Outros Investimentos financeiros	354.700	371.600
	354.700	926.600
Perdas de imparidade acumuladas	-	-
	354.700	926.600

(1) variação, em relação ao ano 2012, decorrente da inclusão no perímetro de consolidação da subsidiária Gravos 2012, S.A., conforme Nota 5.

Os outros investimentos financeiros dizem respeito a participações financeiras (inferiores a 20%) em entidades não cotadas.

11. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

A decomposição dos outros activos não correntes apresenta-se como segue:

	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
Clientes e outros devedores (1)	1.632.344	1.604.632
Outros activos não correntes	1.632.344	1.604.632
Perdas de imparidade acumuladas	-	-
	1.632.344	1.604.632

(1) o saldo é maioritariamente constituído por depósitos e fianças constituídos em Espanha e por dívidas resultantes da cedência de imobilizado a um franchisado, na filial Vidisco, com o qual existe um acordo de pagamento. A 31/12/2013 estão em dívida 128 prestações no montante de 5.942 euros, que vencem juros à taxa de 6,25%, sendo a última prestação em 31/08/2024.

12. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o detalhe das existências do grupo era o seguinte:

	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.991.027	3.500.520
Mercadorias	115.656	94.249
	5.106.683	3.594.769
Perdas de imparidade acumuladas	74.981	74.981
Existências líquidas	5.031.702	3.519.788

O aumento do valor das existências resulta, essencialmente, da necessidade de abastecer os restaurantes em Angola.

13. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
Numerário	587.098	614.184
Depósitos bancários	21.578.781	17.583.881
Aplicações de tesouraria	906	8.550.725
Caixa e depósitos bancários no balanço	22.166.785	26.748.790
Descobertos bancários	-833.014	-834.765
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>21.333.771</u>	<u>25.914.025</u>

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração consolidada da posição financeira na rubrica de empréstimos bancários (Nota 16).

14. OUTROS ACTIVOS CORRENTES E IMPOSTO S/ RENDIMENTO A RECUPERAR

O detalhe dos outros activos correntes em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, é o seguinte:

	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
Clientes (1)	3.930.770	4.906.579
Estado e outros entes públicos (2)	332.902	488.432
Outros devedores	2.477.662	2.062.052
Adiantamentos a fornecedores	12.483	53.063
Acréscimos de proveitos (3)	895.242	2.215.534
Custos diferidos (4)	1.725.907	1.415.071
Outros activos correntes	<u>9.374.966</u>	<u>11.140.731</u>
Perdas de imparidade acumuladas	1.184.060	1.073.837
	<u>8.190.906</u>	<u>10.066.894</u>

(1) Saldo decorrentes, essencialmente, da actividade de Catering desenvolvida pelo grupo Ibersol.

(2) Saldo decorrente, essencialmente, dos valores de IVA a recuperar (332.879 euros).

(3) Detalhe da rubrica acréscimos de proveitos:

	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
Juros a receber	94.737	53.110
Contratos com fornecedores	519.950	1.664.858
Outros	280.555	497.566
	<u>895.242</u>	<u>2.215.534</u>

(4) Detalhe da rubrica custos diferidos:

	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
Rendas e condomínios	1.082.516	902.074
Fornecimento e serviços externos	240.431	177.457
Outros	402.960	335.540
	<u>1.725.907</u>	<u>1.415.071</u>

As dívidas de Terceiros podem ser decompostas da seguinte forma em termos de imparidade:

	<u>Dez-13</u>		<u>Dez-12</u>	
	<u>c/ Imparidade</u>	<u>s/ Imparidade</u>	<u>c/ Imparidade</u>	<u>s/ Imparidade</u>
Clientes c/c	879.953	3.050.817	877.350	4.029.229
Outros devedores	304.105	2.173.557	196.486	1.865.566
	<u>1.184.058</u>	<u>5.224.374</u>	<u>1.073.837</u>	<u>5.894.794</u>

No que diz respeito às dívidas sem ajustamentos de imparidade a sua decomposição apresenta-se como segue:

	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
dívida não vencida	1.095.812	1.589.417
dívida vencida:		
há menos de 1 mês	818.056	659.859
entre um e três meses	1.272.305	674.263
há mais de três meses	2.038.201	2.971.256
	<u>5.224.374</u>	<u>5.894.794</u>

Os movimentos ocorridos no exercício de 2013 na rubrica perdas de imparidade das dívidas de terceiros foram os seguintes:

	Saldo inicial	Anulação	Imparidade do ano	Reversão imparidade	Saldo final
Clientes c/c	877.350	-	58.571	-55.968	879.953
Outros devedores	196.486	-17.850	125.469	-	304.105
	<u>1.073.837</u>	<u>-17.850</u>	<u>184.039</u>	<u>-55.968</u>	<u>1.184.058</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 o montante de imposto s/ o rendimento a recuperar ascende a 529.104 euros (1.322.237 euros em 2012).

15. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 20.000.000 acções ao portador com o valor nominal unitário de 1 euro.

O grupo não efectuou qualquer transacção com acções próprias nos anos de 2013 e 2012. As acções próprias estão subordinadas ao regime fixado para as acções próprias que determina que

os respectivos direitos de voto e patrimoniais estão suspensos enquanto se mantiverem na titularidade do grupo, sem prejuízo de poderem ser objecto de venda.

No final do ano a sociedade detinha 2.000.000 acções próprias adquiridas por 11.179.644 euros.

O montante de reservas indisponíveis do grupo, ascende a 15.179.645 e dizem respeito às reservas legais (4.000.001 euros) e a outras reservas, respeitantes às acções próprias detidas pelo grupo (11.179.644 euros).

Os valores a distribuir aos accionistas são apurados, com base nas contas individuais da sociedade, as quais apresentam disponível o montante de 59.623.831 euros.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os interesses não controlados detalham-se como segue:

	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
Ibersande	4.575.823	4.452.449
IBR Imobiliária, S.A.	236.206	228.096
Gravos 2012	156.139	-
Restmon	-11.007	-
	<u>4.957.161</u>	<u>4.680.545</u>

Os movimentos do ano 2013 e 2012 nos interesses não controlados decompõe-se como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
A 1 de Janeiro	4.680.545	4.449.991
Aumentos (1)	276.616	230.554
Reduções	-	-
A 31 de Dezembro	<u>4.957.161</u>	<u>4.680.545</u>

(1) os movimentos no ano 2013 dizem respeito aos resultados do ano (120.477 euros) e à incorporação da subsidiária Gravos 2012 (156.139 euros) e no ano 2012 aos resultados do ano, dos interesses não controlados.

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o Balanço, a Demonstração dos Resultados e a Demonstração de Fluxos de Caixa do interesse não controlado Ibersande, apresenta-se como segue:

	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
Activos não correntes	16.607.787	7.622.294
Activos correntes	6.039.519	14.544.336
Total do activo	<u>22.647.306</u>	<u>22.166.630</u>
Capital Próprio	<u>19.988.969</u>	<u>19.364.419</u>
Passivos não correntes	-	-
Passivos correntes	2.658.337	2.802.211
Total do passivo	<u>2.658.337</u>	<u>2.802.211</u>
Total do capital próprio e passivo	<u>22.647.306</u>	<u>22.166.630</u>

	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
Proveitos operacionais	13.587.424	14.760.085
Custos operacionais	-13.201.317	-13.635.442
Custo de financiamento líquido	393.684	382.223
Resultado antes impostos	779.791	1.506.866
Imposto sobre o rendimento	-155.242	-361.138
Resultado líquido	<u>624.550</u>	<u>1.145.728</u>

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fluxo das actividades operacionais	607.069	2.827.184
Fluxo das actividades de investimento	28.091	376.139
Fluxo das actividades de financiamento	<u>-9.712.366</u>	<u>-307.468</u>
Varição de caixa e seus equivalentes	<u>-9.077.206</u>	<u>2.895.855</u>

16. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 os empréstimos correntes e não correntes tinham o seguinte detalhe:

Não corrente	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
Empréstimos bancários	6.417.821	12.921.531
Papel Comercial	17.000.000	24.000.000
Locação Financeira	-	61.514
	<u>23.417.821</u>	<u>36.983.045</u>
Corrente	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
Descobertos bancários	833.014	834.765
Empréstimos bancários	15.223.159	8.526.365
Papel Comercial	7.000.000	8.000.000
Instrumento financeiro derivado	138.195	278.234
Locação Financeira	61.483	216.205
	<u>23.255.851</u>	<u>17.855.569</u>
Total empréstimos	<u>46.673.672</u>	<u>54.838.614</u>
Taxa de juro média	<u>5,0%</u>	<u>4,7%</u>

O justo valor dos empréstimos correntes e não correntes não difere significativamente do valor contabilístico.

A maturidade dos empréstimos bancários não correntes é a seguinte:

	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
entre 1 e 2 anos	9.193.824	17.084.428
entre 2 e 5 anos	13.664.193	19.792.653
> 5 anos	559.804	44.453
	<u>23.417.821</u>	<u>36.921.533</u>

Para os Programas de Papel Comercial quando existe data de denúncia consideramos o reembolso integral nessa data, independentemente dos prazos pelos quais estão contratados.

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 o total dos empréstimos em dívida na moeda funcional em que foram contraídos, decompõem-se como segue:

	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
EUR	40.872.340	50.963.668
USD	3.750.000	1.875.000
AOA	295.208.333	170.000.000

O Grupo a 31 de Dezembro de 2013 tinha 16,6 milhões de euros relativos a papel comercial não emitido e linhas de crédito contratadas mas não utilizadas.

Em 2012 a filial Asurebi contratou um derivado de cobertura para um Swap de taxa de juro com o objectivo de cobertura do risco de fluxos de caixa futuros, nas seguintes condições:

- Data inicio : 15 de Junho 2012
- Data de vencimento: 15 Janeiro de 2017
- Taxa de juro fixa : 0,78%
- Taxa de juro variável: Euribor 1M
- Montante: 20 milhões de euros, a reduzir conforme plano de reembolso da dívida associada.

A variação do justo valor do derivado encontra-se reflectida em resultado do exercício (140.040 euros) em virtude desta operação não ter sido registada nos termos da contabilidade de cobertura.

Os Passivos de Locações Financeiras podem ser apresentados da seguinte forma:

	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
Capital em dívida:		
Até 1 ano	61.483	216.205
Mais de 1 ano e até 5 anos	-	61.514
	<u>61.483</u>	<u>277.719</u>

Os fluxos de caixa futuros (não descontados) associados a estes passivos em 31 de Dezembro 2013 detalham-se como segue:

	FC 2014	FC 2015	FC 2016	FC 2017	FC 2018	FC 2019/20
Empréstimos bancários	15.223.159	2.193.824	1.647.935	1.232.273	783.985	545.077
Papel comercial	7.000.000	7.000.000	5.000.000	5.000.000	-	-
Locação financeira	61.483	-	-	-	-	-
Juros	1.198.536	719.533	377.496	140.589	36.104	8.468

17. IMPOSTOS DIFERIDOS

17.1. Impostos diferidos passivos

O detalhe dos impostos diferidos passivos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

Impostos diferidos passivos	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
Homogeneização de amortizações	11.363.982	11.640.973
Perdas por imparidade de activos não aceites fiscalmente	-2.219.660	-1.926.698
Diferenças temporárias tributáveis Vidisco, Lurca e Vidisco UTE	669.662	539.079
Outras diferenças temporárias	33.859	33.859
	<u>9.847.843</u>	<u>10.287.213</u>

17.2. Impostos diferidos activos

O detalhe dos impostos diferidos activos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte

Impostos diferidos activos

	Dez-13	Dez-12
Prejuízos fiscais reportáveis	951.668	935.834
	951.668	935.834

O Grupo não reconheceu, por razões de prudência, impostos diferidos activos no valor de 580.246 euros referentes a prejuízos fiscais de 2.235.339 euros que podem ser deduzidos aos lucros tributáveis futuros.

SALDO DE REPORTES FISCAIS POR ANO LIMITE DE UTILIZAÇÃO (após utilização em 31-12-2013) (*)								
2014 (Reporte 2008)	2015 (Reporte 2009)	2014 (2) (Reporte 2010)	2015 (2) (Reporte 2011)	2017 (Reporte 2012)	2018 (Reporte 2013)	2019	2021	TOTAL
279.206	287.892	644.996	2.699.042	84.121	66.878	30.209	438.894	4.531.238

(*) Empresas Portuguesas:
 até 2009 - 6 anos
 2010 e 2011 - 4 anos
 2012 e 2013 - 5 anos
 Empresas Angolanas: 3 anos
 Empresas Espanholas: 18 anos

A 31 de Dezembro de 2013 existem 429.819 euros de benefícios fiscais (CFEI) para utilizar em exercícios seguintes. Estes benefícios fiscais não se encontram reflectidos nas contas do exercício por razões de prudência.

Os movimentos ocorridos no período nas rubricas de impostos diferidos são:

	Activo	Passivo	impacto em Resultados (Nota 26)
Saldo Inicial	935.834	10.287.213	
Diferenças temporárias no exercício	15.834	-439.370	
Saldo final	951.668	9.847.843	455.204

18. PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o detalhe das provisões apresenta-se como segue:

	Dez-13	Dez-12
Litígios judiciais	5.257	5.257
Outros	93.433	28.000
Provisões	98.690	33.257

No ano 2013, a subsidiária Lurca, constituiu uma provisão, no montante de 65.433 eur, respeitante ao montante de indemnização a pagar pela venda do restaurante Pasta Caffè em Vitoria, Espanha, conforme acordo assinado com a empresa compradora, Multiface, S.L..

19. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica "Outros passivos não correntes" pode ser detalhada como segue:

	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
Outros credores (1)	294.584	325.188
Fornecedores de imobilizado (2)	116.714	-
Outros passivos não correntes	<u>411.298</u>	<u>325.188</u>

(1) inclui um valor de 283.672 euros, referente à dívida pela compra da subsidiária Vidisco, S.L..

(2) variação do ano referente à transferência para médio e longo prazo da dívida decorrente da aquisição da subsidiária Parque Maia;

Os fluxos de caixa futuros (não descontados) associados a estes passivos em 31 de Dezembro 2013 detalham-se como segue:

	FC 2015	FC 2016	FC 2017	FC 2018	FC 2019	FC 2020/2023
Outros credores	39.760	28.848	28.848	28.848	28.848	139.432
Fornecedores de imobilizado		114.714				

20. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

A decomposição das contas a pagar e acréscimos de custos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, apresenta-se como segue:

	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
Fornecedores c/c	17.045.074	17.282.350
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	1.481.967	1.617.984
Fornecedores de imobilizado c/c	4.912.144	3.082.746
Total contas a pagar a fornecedores	<u>23.439.185</u>	<u>21.983.080</u>
	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
Acréscimos de custos - Seguros a liquidar	10.894	8.596
Acréscimos de custos - Remunerações a liquidar	4.484.939	4.533.941
Acréscimos de custos - Prémios	-	39.949
Acréscimos de custos - Juros a liquidar	103.923	85.765
Acréscimos de custos - Fornec.Serviços Externos	952.913	1.977.179
Acréscimos de custos - Outros	1.348.686	1.980.918
Total acréscimos de custos	<u>6.901.355</u>	<u>8.626.348</u>
Total contas a pagar a fornec. e acréscimos de custos	<u>30.340.540</u>	<u>30.609.428</u>

21. OUTROS PASSIVOS CORRENTES E IMPOSTO S/ RENDIMENTO A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica "Outros passivos correntes" pode ser detalhada como segue:

	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
Outros credores (1)	3.339.146	1.639.489
Estado e outros entes públicos (2)	4.978.289	5.389.181
Adiantamentos de clientes	-	7.690
Proveitos diferidos (3)	2.562.299	3.804.105
Outros passivos correntes	<u>10.879.734</u>	<u>10.840.465</u>

(1) ao contrário de 2012, no ano 2013, decorrente da alteração do período de processamento mensal das remunerações (de 26 do mês n-1 a 25 do mês n para de 01 a 30 de mês n), garantindo dessa forma o cumprimento de todas as exigências legais dos serviços de Segurança Social, salários processados no mês de Dezembro, foram pagos no início de Janeiro (1.989.905 euros).

(2) saldo decorrente, essencialmente, dos valores de IVA a pagar (2.706.623 euros) e Segurança Social (1.685.941 euros).

(3) Na rubrica Proveitos Diferidos estão incluídos os seguintes valores:

	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
Contratos com fornecedores (1)	2.372.115	3.640.231
Direitos de franquias	74.701	114.235
Subsidio para investimento	108.014	42.170
Outros	7.469	7.469
	<u>2.562.299</u>	<u>3.804.105</u>

(1) O valor dos contratos com fornecedores corresponde a receitas obtidas dos fornecedores até 31 de Dezembro de 2013 e respeitantes a períodos seguintes.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o montante de imposto a pagar decompõem-se como segue:

	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
RETGS	367.487	44.229
Ibersande (1)	189.507	354.164
Outras	73.874	50.624
	<u>630.868</u>	<u>449.017</u>

(1) subsidiária excluída do Regime Especial de Tributação de Grupos Sociais (RETGS), pela percentagem de participação detida pelo grupo ser inferior a 90%.

22. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

Os Fornecimentos e Serviços Externos em 2013 e 2012 podem ser decompostos como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Subcontratos	227.426	161.244
Electricidade, água, combustíveis e outros fluídos	8.469.544	8.930.636
Rendas e alugueres	17.866.856	18.732.983
Condomínios	3.968.482	3.966.959
Comunicação	537.534	638.787
Seguros	425.504	436.487
Ferramentas e utensílios desgaste rápido e mat.escritório	995.680	915.302
Royalties	6.264.784	5.987.075
Deslocações e estadas e transporte mercadorias	1.269.668	1.228.824
Honorários	1.119.913	873.765
Conservação e reparação	4.228.610	3.710.503
Publicidade e propaganda	6.013.613	6.472.745
Limpeza, higiene e conforto	1.674.046	1.596.216
Trabalhos especializados	3.202.419	3.487.548
Outros FSE's	1.567.475	1.331.446
	<u>57.831.554</u>	<u>58.470.520</u>

23. CUSTOS COM PESSOAL

Os Custos com o Pessoal em 2013 e 2012 podem ser decompostos como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Salários e ordenados	42.339.014	43.181.624
Contribuições para a Segurança Social	10.037.762	10.366.382
Seguros de acidentes de trabalho	447.922	529.514
Custos acção social	9.287	8.667
Alimentação pessoal	1.936.231	1.859.483
Outros custos com pessoal (1)	<u>652.748</u>	<u>783.387</u>
	<u>55.422.964</u>	<u>56.729.057</u>
N.º medio de empregados	<u>4.697</u>	<u>4.772</u>

(1) outros custos com pessoal englobam, nomeadamente, indemnizações, recrutamento e formação do pessoal e medicina no trabalho.

24. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS

Em Outros Custos Operacionais estão incluídos os seguintes custos:

Outros Custos Operacionais	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Impostos directos/indirectos não afectos à actividade operacional	557.781	446.159
Perdas em imobilizado	733.157	1.045.144
Quotizações	36.474	50.594
Ajustamentos de imparidade (de dívidas a receber)	184.039	47.295
Donativos	60.136	25.611
Ofertas e amostras inventário	25.123	26.915
Perdas em existências	69.068	5.940
Dívidas incobráveis	32.530	45
Provisão	65.433	-
Outros custos operacionais	<u>34.948</u>	<u>49.981</u>
	<u>1.798.690</u>	<u>1.697.686</u>

Por sua vez, a decomposição de Outros Proveitos Operacionais em 2013 e 2012 apresenta-se como segue:

Outros Proveitos Operacionais	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Proveitos suplementares (1)	1.622.487	2.528.199
Subsídios à exploração	115.029	103.718
Trabalhos para a própria empresa	3.135	-
Reversão de ajustamentos de imparidade (de dívidas a receber)	55.968	36.246
Subsídios para investimento	15.657	-
Ganhos em existências	1.947	-
Ganhos em imobilizado	2.260	12.490
Outros ganhos operacionais	<u>2.960</u>	<u>108.690</u>
	<u>1.819.443</u>	<u>2.789.343</u>

(1) decorrem essencialmente de receitas relativas a contratos com fornecedores. A variação dos rendimentos suplementares decorre, essencialmente, da substituição de comparticipação de fornecedores por redução nos preços de compra.

25. CUSTO DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO

Nesta rubrica incluem-se em 2013 e 2012 os seguintes custos:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Juros suportados	2.148.382	2.157.199
Juros obtidos	-453.412	-838.479
Diferenças de câmbio	333.417	50.618
Descontos de pronto pagamento obtidos	-5.782	-11.592
Outros custos e proveitos financeiros	260.286	782.576
	<u>2.282.891</u>	<u>2.140.322</u>

26. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são detalhados como segue:

	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
Imposto corrente	927.156	1.105.513
Imposto diferido (Nota 17)	-455.204	-414.466
	<u>471.952</u>	<u>691.047</u>

O imposto sobre o lucro do Grupo antes de impostos difere do montante teórico que resultaria da aplicação ao lucro consolidado da taxa média ponderada de impostos sobre lucros como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucros antes de impostos	4.168.891	3.435.180
Imposto calculado à taxa de imposto aplicável em Portugal (26,5%)	1.104.756	910.323
Efeito fiscal gerado por:		
Diferença de taxa de imposto aplicado noutros países	55.354	48.450
Impostos diferidos não reconhecidos por razões de prudência	15.382	60.306
Insuficiência/ (excesso) estimativa ano anterior	-1.979	-3.868
Alteração taxa imposto - efeito impostos diferidos activos	57.843	-
Utilização IDA não reconhecidos em anos anteriores	-132.833	-83.288
Efeito Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI)	-650.077	-
Alteração do resultado tributável por ajustes fiscais, de consolidação e outros efeitos	23.506	-240.875
Gastos de Imposto sobre o Rendimento	<u>471.952</u>	<u>691.047</u>

A taxa efectiva de impostos sobre lucros foi de 11% (2012:20%). A redução no exercício deve-se, essencialmente, ao benefício fiscal (CFEI) do ano 2013.

27. RESULTADO POR ACÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, o resultado básico e diluído por acção foi calculado como segue:

	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
Lucro atribuível aos detentores do capital	3.576.462	2.513.579
Número médio ponderado das acções ordinárias emitidas	20.000.000	20.000.000
Número médio ponderado de acções próprias	-2.000.000	-2.000.000
	<u>18.000.000</u>	<u>18.000.000</u>
Resultado básico por acção (€ por acção)	<u>0,20</u>	<u>0,14</u>
Resultado diluído por acção (€ por acção)	<u>0,20</u>	<u>0,14</u>
Número acções próprias no final do período	<u>2.000.000</u>	<u>2.000.000</u>

Dado não haver direitos de voto potenciais, o resultado básico por acção é igual ao resultado diluído por acção.

28. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2013 os activos e passivos financeiros detalham-se como segue:

Activos Financeiros	Categoria	Valor Contabilístico		Método Valorização
		Ano 2013	Ano 2012	
Outros activos não correntes	contas a receber	1.632.344	1.604.632	custo amortizado
Investimentos financeiros	disponível para venda	354.700	926.600	custo
Caixa e equivalentes de caixa	contas a receber	22.166.785	26.748.790	custo amortizado
Clientes	contas a receber	3.930.770	4.906.579	custo amortizado
Estado e outros entes públicos	contas a receber	862.006	1.810.669	custo amortizado
Outros devedores	contas a receber	2.477.662	2.062.052	custo amortizado
Adiantamentos a fornecedores	contas a receber	12.483	53.063	custo amortizado
		<u>31.436.750</u>	<u>38.112.385</u>	
Passivos Financeiros	Categoria	Valor Contabilístico		Método Valorização
		Ano 2013	Ano 2012	
Empréstimos	outros passivos	46.612.189	54.560.895	custo amortizado
Locação financeira	outros passivos	61.483	277.719	custo amortizado
Fornecedores	outros passivos	23.439.185	21.983.080	custo amortizado
Estado e outros entes públicos	outros passivos	5.609.157	5.838.198	custo amortizado
Outros credores	outros passivos	3.750.444	1.964.677	custo amortizado
		<u>79.472.458</u>	<u>84.624.569</u>	

Apenas os Activos Financeiros (Clientes e Outros Devedores) apresentam perdas de imparidade, conforme evidenciado na Nota 14. Os ganhos e perdas em activos e passivos financeiros em 2013 e 2012 foram os seguintes:

	Ganho/ (Perda)	
	Dez-13	Dez-12
Contas a receber	-128.071	-11.050
Activos disponíveis para venda	-	-
Activos a custo amortizado	-	-
	<u>-128.071</u>	<u>-11.050</u>

Os juros de activos e passivos financeiros em 2013 e 2012 foram os seguintes:

	Juros	
	Dez-13	Dez-12
Contas a receber	-	-
Activos disponíveis para venda	-	-
Passivos a custo amortizado	2.148.382	2.157.199
	2.148.382	2.157.199

29. DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 06 de Maio de 2013 foram atribuídos dividendos ilíquidos de 0,055 euros por acção (0,055 euros em 2012), correspondendo a um valor total de 990.000 euros para as acções em circulação (990.000 euros em 2012), tendo sido efectuado o pagamento em 05 de Junho de 2013.

30. FLUXOS DE CAIXA DECORRENTES DAS OPERAÇÕES

A desagregação dos fluxos de caixa da actividade operacional pode ser apresentada como segue:

	2013	2012
Recebimentos de clientes	173.273.777	169.654.587
Pagamentos a fornecedores	-107.167.869	-103.241.372
Pagamentos ao pessoal	-41.622.124	-47.620.023
Pagamentos/recebimento imposto s/ rendimento	43.092	-1.984.087
Outros receb/pagam. rel. à activ.operacional (1)	-7.062.335	-2.047.145
Fluxos de caixa gerados pelas operações	17.464.541	14.761.960

(1) inclui, essencialmente, pagamentos à Segurança Social, IVA e relacionados com outros devedores e credores.

31. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

O Grupo possui passivos contingentes respeitantes a garantias bancárias e de outra natureza e outras contingências relacionadas com o seu negócio (relativas a licenciamentos, taxas de publicidade, higiene e segurança alimentar e colaboradores, sendo a taxa de sucesso da Ibersol nestes processos historicamente elevada). Não se espera que existam passivos significativos decorrentes dos passivos contingentes.

A 31 de Dezembro de 2013, as responsabilidades não registadas pelas empresas incluídas na consolidação são constituídas principalmente por garantias bancárias prestadas por sua conta, conforme segue:

	Dez-13	Dez-12
Garantias prestadas	118.348	119.091
Garantias bancárias	1.470.992	2.513.266

As garantias bancárias detalham-se, por tipo de cobertura, como segue:

<u>Concessões e rendas</u>	<u>Direcção Geral de Finanças e Recl. Processos Judiciais</u>	<u>Reclamações outros processos judiciais</u>	<u>Outros contratos fornecimento</u>
1.170.407	141.627	107.230	51.729

Adicionalmente, foi intentada, no início de Outubro de 2013, uma acção administrativa comum contra o Estado Português, pela participada Iberusa Hotelaria e Restauração, SA, cuja causa de pedir se insere nos extensos danos patrimoniais causados à mesma durante a actual e futura execução dos contratos por si titulados no âmbito das Parcerias Público-Privadas incidentes sobre várias concessões rodoviárias, onde a Iberusa explora, em diferentes Áreas de Serviço, vários estabelecimentos de Restauração, no âmbito dos diversos contratos que lhe estão subconcessionados.

32. COMPROMISSOS

Não existem compromissos relativos a investimentos contratados na data de aprovação destas Demonstrações Financeiras.

33. EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Balanço e a Demonstração dos Resultados do empreendimento conjunto UQ Consult apresenta-se como segue:

	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
Activos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 8 e 9)	198.448	436.206
Dívidas de terceiros	853.010	826.624
Caixa e depósitos bancários	56.355	62.548
Acréscimos e diferimentos	132.281	69.346
Total do activo	1.240.094	1.394.724
	Capital Próprio	196.113
Dívidas a terceiros curto prazo	888.411	1.109.572
Acréscimos e diferimentos	155.570	120.745
Total do passivo	1.043.981	1.230.317
Total do capital próprio e passivo	1.240.094	1.394.724

	<u>Dez-13</u>	<u>Dez-12</u>
Proveitos operacionais	2.377.836	2.479.454
Custos operacionais	-2.283.950	-2.422.616
Custo de financiamento líquido	-30.929	-35.614
Resultado antes impostos	62.957	21.224
Imposto sobre o rendimento	-31.251	-25.233
Resultado líquido	31.706	-4.009

A 31 de Dezembro de 2013, o valor global dos saldos e transacções do Grupo com o empreendimento conjunto UQ Consult foi de, respectivamente, 589.244 e 2.298.805 euros.

Os Fluxos de Caixa do empreendimento conjunto apresentam-se como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fluxo das actividades operacionais	214.997	385.179
Fluxo das actividades de investimento	-59.591	-419.104
Fluxo das actividades de financiamento	-31.600	-118.378
Varição de caixa e seus equivalentes	123.806	-152.303

34. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As entidades que detêm uma participação qualificada, com mais de 10% de direitos de voto, no grupo são:

- Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa – 1.400 acções
- Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira – 1.400 acções
- ATPS - SGPS, SA – 886.359 acções
- IES - SGPS, SA – 9.998.000 acções

Após consideração do montante referente às acções próprias, os restantes 35% encontram-se dispersos.

Os saldos e transacções com entidades relacionadas não são materialmente relevantes, excepto quanto ao abaixo referido.

Remuneração e Benefícios atribuídos a administradores:

A sociedade accionista ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. prestou serviços de administração e gestão ao grupo, tendo recebido da participada Ibersol Restauração, S.A., por tais serviços, a quantia de 756.034 euros no ano de 2013 (756.034 em 2012). Entre as obrigações da ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ao abrigo do contrato com a Ibersol, Restauração, S.A. inclui-se a de assegurar que os administradores da sociedade, António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira, exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional. A sociedade não paga directamente a nenhum dos seus administradores qualquer remuneração.

35. IMPARIDADES

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2013 e 2012, na rubrica perdas de imparidade de activos foram os seguintes:

	2013					Saldo final
	Saldo inicial	Anulação	Abates bens c/ imparidade	Imparidade do ano	Reversão imparidade	
Activos Fixos Tangíveis	5.547.892	-	-1.248.861	2.225.894	-	6.524.924
Goodwill	1.861.678	-	-	-	-	1.861.678
Activos Intangíveis	1.037.760	-	-	242.746	-	1.280.506
Existências	74.981	-	-	-	-	74.981
Outros activos correntes	1.073.837	-17.850	-	184.039	-55.968	1.184.058
	9.596.148	-17.850	-1.248.861	2.652.679	-55.968	10.926.148

	2012					Saldo final
	Saldo inicial	Transferência	Abates bens c/ imparidade	Imparidade do ano	Reversão imparidade	
Activos Fixos Tangíveis	5.553.870	-1.568	-1.354.643	1.394.342	-44.110	5.547.892
Goodwill	1.861.678	-	-	-	-	1.861.678
Activos Intangíveis	791.079	1.568	-	245.113	-	1.037.760
Existências	74.981	-	-	-	-	74.981
Outros activos correntes	1.062.787	-	-	47.296	-36.246	1.073.837
	9.344.395	-	-1.354.643	1.686.751	-80.356	9.596.148

36. NORMAS IFRS JÁ EMITIDAS OU REVISTAS E DE APLICAÇÃO FUTURA

a) Os impactos da adopção das normas e interpretações que se tornaram efectivas a 1 de Janeiro de 2013, são os seguintes:

Normas:

- IAS 1 (alteração), 'Apresentação de demonstrações financeiras'. Esta alteração modifica a apresentação de itens contabilizados como Outros rendimentos integrais (ORI), ao exigir às Entidades que separem os itens contabilizados em ORI, em função de serem, ou não, reciclados no futuro por resultados do exercício, bem como o respetivo efeito do imposto, quando os itens sejam apresentados pelo valor bruto. A adoção desta alteração teve impacto nas Demonstrações Financeiras da Entidade.
- IAS 12 (alteração), 'Imposto sobre o rendimento'. Esta alteração requer que uma Entidade mensure o imposto diferido relacionado com um ativo, atendendo à forma como a Entidade espere vir a realizar o valor contabilístico do ativo através do uso ou da venda. A alteração também incorpora as orientações contabilísticas da SIC 21 na IAS 12, sendo esta primeira revogada. A adoção desta alteração não teve qualquer impacto nas Demonstrações Financeiras da Entidade.
- IAS 19 (revisão), 'Benefícios dos empregados'. Esta revisão à IAS 19 introduz alterações significativas no reconhecimento e mensuração de gastos com planos de benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações para todos os benefícios dos empregados. Os desvios atuariais são reconhecidos de imediato, e apenas, em Outros rendimento integrais (o método do corredor deixa de ser permitido). O custo financeiro dos planos de benefícios definidos com fundos constituídos é calculado com base no valor líquido das responsabilidades não fundeadas. Os benefícios de cessação de emprego apenas são reconhecidos, quando cessa a obrigação do empregado prestar serviço no futuro. A adoção desta alteração não teve impacto nas Demonstrações Financeiras da Entidade.
- Melhorias às normas 2009 – 2011, O ciclo de melhorias anuais, afeta os seguintes normativos: IFRS 1 (segunda adoção da IFRS 1 e respetivas isenções), IAS 1 (apresentação de demonstrações financeiras adicionais quando uma alteração de política contabilística é obrigatória ou voluntária), IAS 16 (classificação de peças de reserva e equipamento de serviço quando a definição de ativo fixo tangível é cumprida), IAS 32 (classificação de impactos fiscais relacionados com transações que envolvem Capitais próprios ou Dividendos), e IAS 34 (isenção de divulgação de ativos e passivos por segmento). A adoção destas alterações não teve impactos nas Demonstrações Financeiras da Entidade.
- IFRS 1 (alteração) 'Adoção pela primeira vez das IFRS'. Esta alteração cria uma isenção adicional, para os casos em que uma Entidade que tenha sido sujeita a hiperinflação severa, apresenta Demonstrações Financeiras IFRS pela primeira vez. A outra alteração reporta-se à substituição de referências a uma data fixa por 'data de transição para IFRS', nas isenções à adoção retrospectiva. A adoção desta alteração não teve impactos nas Demonstrações Financeiras da Entidade, uma vez que estas já são apresentadas em IFRS.
- IFRS 1 (alteração), 'Adoção pela primeira vez das IFRS – Empréstimos do Governo'. Esta alteração clarifica a forma como um adotante pela primeira vez contabiliza um empréstimo do Governo com taxas de juro inferiores às taxas de juro de mercado, na transição para IFRS. A alteração introduz uma exceção à aplicação retrospectiva das IFRS, atribuindo a mesma dispensa de aplicação que havia sido concedida aos preparadores de Demonstrações Financeiras em IFRS em 2009. A adoção desta alteração não teve impactos nas Demonstrações Financeiras da Entidade, uma vez que estas já são apresentadas em IFRS.
- IFRS 7 (alteração) 'Divulgações – Compensação de ativos e passivos financeiros'. Esta alteração faz parte do projeto de "compensação de ativos e passivos financeiros" do IASB, e introduz novos requisitos de divulgação sobre o direito de uma Entidade compensar (ativos e passivos), as quantias compensadas, e os seus efeitos na exposição ao risco de crédito. A adoção desta alteração não teve impactos nas Demonstrações Financeiras do exercício.
- IFRS 13 (nova), 'Justo valor: mensuração e divulgação'. A IFRS 13 tem como objetivo melhorar a consistência das demonstrações financeiras, ao apresentar uma definição precisa de justo valor e uma única fonte de mensuração de justo valor, assim como as exigências de divulgação a aplicar

transversalmente a todas as IFRS. A adoção deste normativo não teve impacto nas Demonstrações Financeiras do exercício.

Interpretações:

- IFRIC 20 (nova), 'Custos de descoberta na fase de produção de uma mina a céu aberto'. Esta interpretação refere-se à contabilização dos custos de remoção de resíduos, verificados durante a fase de produção (fase inicial) de uma mina de superfície, como um ativo, considerando que a remoção de desperdícios gera dois tipos de benefícios potenciais: extração imediata de recursos minerais e melhoria do acesso a quantidades adicionais de recursos minerais, a serem extraídos no futuro. A adoção desta interpretação não teve impacto nas Demonstrações Financeiras do exercício.

b) Normas, alterações a normas existentes e interpretações que já foram publicadas e cuja aplicação é obrigatória para a Entidade, para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014, ou em data posterior, que a Entidade não adotou antecipadamente:

- IFRS 10 (nova), 'Demonstrações financeiras consolidadas' (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de Janeiro de 2014). A IFRS 10 substitui todos os procedimentos e orientações contabilísticas relativas a controlo e consolidação, incluídas na IAS 27 e na SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio fundamental de que uma entidade consolidada apresenta a empresa-mãe e as suas subsidiárias como uma única entidade, permanece inalterado. A Entidade irá aplicar a IFRS 10 no período anual em que esta se tornar efetiva.

- IFRS 11 (nova), 'Acordos conjuntos' (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de Janeiro de 2014). A IFRS 11 foca-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em detrimento da sua forma legal. Os acordos conjuntos podem ser operações conjuntas (direitos sobre os ativos e obrigações) ou empreendimentos conjuntos (direitos sobre os ativos líquidos pela aplicação do método de equivalência patrimonial). A consolidação proporcional empreendimentos conjuntos deixa de ser permitida. A Entidade irá aplicar a IFRS 11 no período anual em que esta se tornar efetiva. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

- IFRS 12 (nova), 'Divulgação de interesses em outras entidades' (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todas as naturezas de interesses em outras entidades, como: subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas, de forma a permitir a avaliação da natureza, riscos e efeitos financeiros associados aos interesses da Entidade. A Entidade irá aplicar a IFRS 12 no período anual em que esta se tornar efetiva.

- Alterações à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12, 'Regime de transição' (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta alteração clarifica que, quando um tratamento contabilístico diferente das orientações da IAS 27/SIC 12 resultar da adoção da IFRS 10, os comparativos apenas devem ser ajustados para o período contabilístico imediatamente precedente, sendo as diferenças apuradas reconhecidas no início do período comparativo, em Capitais próprios. A alteração introduzida na IFRS 11, refere-se à obrigação de testar para imparidade o investimento financeiro que resulte da descontinuação da consolidação proporcional. Os requisitos de divulgação específicos estão incluídos na IFRS 12. A Entidade irá aplicar estas alterações no início do período anual em que se tornar efetivas.

- IAS 27 (revisão 2011), 'Demonstrações financeiras separadas' (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de Janeiro de 2014). A IAS 27 foi revista, na sequência da emissão da IFRS 10, e contém os requisitos de contabilização e divulgação para os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, quando a Entidade prepara demonstrações financeiras separadas. A Entidade irá aplicar esta revisão à norma no início do período anual em que se tornar efetiva.

- IAS 28 (revisão 2011), 'Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos' (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de Janeiro de

2014). A IAS 28 foi revista, na sequência da emissão da IFRS 11, e prescreve o tratamento contabilístico para investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, definindo ainda os requisitos de aplicação do método de equivalência patrimonial. A Entidade irá aplicar esta revisão à norma no início do período anual em que se tornar efetiva.

- IAS 32 (alteração) ‘Compensação de ativos e passivos financeiros (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta alteração faz parte do projeto de “compensação de ativos e passivos” do IASB, o qual visa clarificar a noção de “deter atualmente o direito legal de compensação”, e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (as câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos. A Entidade irá aplicar este normativo no início do período anual em que o mesmo se tornar efetivo.

- IAS 36 (alteração) ‘Divulgação do valor recuperável para ativos não financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta alteração trata da divulgação de informação sobre o valor recuperável de ativos em imparidade, quando este tenha sido mensurado através do modelo do justo valor menos custos de vender. Não é expectável que esta alteração venha a ter impacto nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

- IAS 39 (alteração) ‘Novação de derivados e continuidade da contabilidade de cobertura’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). A alteração à IAS 39 permite que uma Entidade mantenha a contabilização de cobertura, quando a contraparte de um derivado que tenha sido designado como instrumento de cobertura, seja alterada para uma câmara de compensação, ou equivalente, como consequência da aplicação de uma lei ou regulamentação. Não é expectável que esta alteração venha a ter impactos nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

- Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - ‘Sociedades de investimento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). A alteração define uma Sociedade de investimento (‘Investment entities’) e introduz uma exceção à aplicação da consolidação no âmbito da IFRS 10, para as entidades que qualifiquem como as Sociedades de investimento, cujos investimentos em subsidiárias devem ser mensurados ao justo valor através de resultados do exercício, por referência à IAS 39. Divulgação específicas exigidas pela IFRS 12. A Entidade irá aplicar esta alteração no início do período anual em que o mesmo se tornar efetiva.

- IAS 19 (alteração), ‘Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições são independentes do número de anos de serviço. Não é expectável que esta alteração venha a ter impactos nas Demonstrações Financeiras da Entidade.

- Melhorias às normas 2010 - 2012, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2014). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. A Entidade irá aplicar as melhorias às normas do ciclo 2010-2012 no período em que se tornarem efetivas.

- Melhorias às normas 2011 - 2013, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2014). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afecta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13, e IAS 40. A Entidade irá aplicar as melhorias às normas do ciclo 2010-2012 no período em que se tornarem efetivas, exceto quanto às melhorias à IFRS 1 por a Entidade já aplicar IFRS. Não estimamos que estas alterações tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios futuros.

- IFRS 9 (nova), ‘Instrumentos financeiros – classificação e mensuração’ (data de aplicação ainda não definida). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRS 9 corresponde à primeira parte do novo normativo IFRS para instrumentos financeiros, a qual prevê a existência de duas categorias de mensuração: custo amortizado e justo valor. Todos os instrumentos de capital próprio são mensurados ao justo valor. Os instrumentos financeiros são

mensurados ao custo amortizado apenas quando a Entidade o detenha para receber fluxos de caixa contratuais, e os fluxos de caixa correspondam a capital/valor nominal e juros. Caso contrário, os instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor através de resultados. A Entidade irá aplicar a IFRS 9 no exercício em que esta se tornar efetiva.

- IFRS 9 (alteração), 'Instrumentos financeiros – contabilidade de cobertura' (data de aplicação ainda não definida). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração corresponde à terceira fase da IFRS 9, e reflete uma revisão substancial das regras de contabilidade de cobertura da IAS 39, eliminando a avaliação quantitativa da eficácia da cobertura, permitindo que um maior número de itens possa ser elegível como itens cobertos, e permitindo o diferimento de determinados impactos de instrumentos de cobertura em Outros rendimentos integrais. Esta alteração visa aproximar a contabilidade de cobertura às práticas de gestão de risco da Entidade. A Entidade irá aplicar a IFRS 9 no exercício em que esta se tornar efetiva.

Interpretações:

- IFRIC 21 (nova), 'Taxas do governo' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRIC 21 é uma interpretação à IAS 37 e ao reconhecimento de passivos, clarificando que o acontecimento passado que resulta numa obrigação de pagamento de uma taxa ou imposto ("levy") corresponde à atividade descrita na legislação relevante que obriga ao pagamento. A Entidade irá aplicar a IFRIC 21 no exercício em que esta se tornar efetiva.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem acontecimentos subsequentes a 31 de Dezembro de 2013 que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras apresentadas.

38. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 07 de Abril de 2014.

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório consolidado de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da Ibersol, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 218.322.741 euros e um total de capital próprio de 119.440.096 euros, o qual inclui Interesses não controlados de 4.957.161 euros e um resultado líquido de 3.576.462 euros), a Demonstração Consolidada do Rendimento integral, a Demonstração Consolidada das alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no Capital Próprio Consolidado e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia, e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) verificação das operações de consolidação; (iii) a

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077*

apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Ibersol, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2013, o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no Capital Próprio Consolidado e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

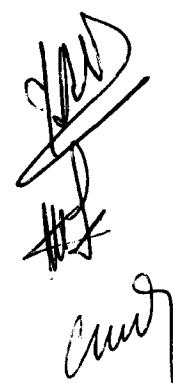
Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório consolidado de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

8 de abril de 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Senhores Accionistas da IBERSOL - SGPS, SA.: -----

Nos termos das normas legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que lhe foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre a sua acção fiscalizadora desenvolvida no exercício social de 2013, bem como sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da sociedade, apresentadas pelo Conselho de Administração e relativas ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2013. -----

1. Actividade Fiscalizadora: -----

O Conselho Fiscal, no exercício das suas competências e nos termos do respectivo mandato, acompanhou a actividade desenvolvida pela sociedade e das suas participadas recebendo para o efeito informação do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e do Auditor Externo. -----

Ao longo do exercício foram realizadas reuniões trimestrais do Conselho Fiscal, com a presença de todos os seus membros, onde foram analisadas as matérias sujeitas às suas competências. -----

Nas reuniões do Conselho Fiscal estiveram presentes: o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, **Pricewaterhouse Coopers & Associados-SROC**, o qual propôs ao Conselho Fiscal, e deste obteve a anuência, o plano da sua actividade fiscalizadora, incluindo a destinada a: apurar a eficácia do sistema de gestão de risco, do controlo interno e da auditoria interna; a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira e respectivas políticas contabilísticas; bem como os critérios valorimétricos, a regularidade dos livros e registos contabilísticos e respectivos documentos de suporte e, ainda, a verificação de bens e valores pertencentes à sociedade. Ao longo do



exercício, o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo prestou ao Conselho Fiscal informações detalhadas sobre as acções desenvolvidas e as conclusões apuradas. -----

O Conselho Fiscal reuniu trimestralmente com o Conselho de Administração, de quem recebeu informação sobre a evolução da actividade social e demais esclarecimentos destinados à apreciação do conteúdo da informação financeira elaborada por aquele Orgão de Gestão, em momento anterior à sua divulgação. -----

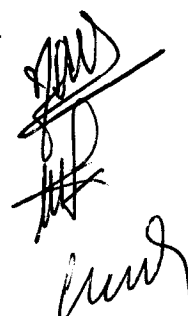
O Conselho Fiscal não registou constrangimentos no exercício da sua actividade. -----

O Conselho Fiscal não recebeu participação de ocorrência ou denúncia de qualquer irregularidade por parte de accionistas, de colaboradores da sociedade, do Auditor Externo ou de outros. -----

O Conselho Fiscal exerceu as suas competências em matéria de supervisão da actividade e independência do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, sendo de parecer que foram observadas as práticas recomendadas. -----

O Conselho Fiscal pronunciou-se favoravelmente pela prestação, pelo Auditor Externo, de serviços adicionais aos de auditoria, na medida em que considerou estar salvaguardada a sua independência, ser a respectiva contrapartida remuneratória enquadrada nas condições do mercado e, para além disso, ser do interesse da sociedade beneficiar dos conhecimentos e da pontualidade assegurada na prestação daqueles serviços. O valor dos serviços adicionais aos de auditoria não ultrapassou trinta por cento do valor global dos serviços prestados. -----

Não foram reportadas ao Conselho Fiscal, por inexistentes, quaisquer transacções entre a sociedade e accionistas ou partes relacionadas, na acepção da Recomendação da CMVM IV.1.2, que devessem ser submetidas



ao seu parecer prévio por atingirem o nível de relevância estabelecido por este órgão. -----

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Gestão, individual e consolidado, e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e respectivos anexos, incluindo o Relatório de Governo da Sociedade, relativos ao exercício de 2013, apresentados pelo Conselho de Administração, bem como as Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria apresentados pela **Pricewaterhouse Coopers & Associados, SROC.** -----

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório do Governo da Sociedade integrado no Relatório de Gestão, em cumprimento do disposto no nº 5 do Art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, recaindo a sua análise na inclusão, naquele Relatório de Governo, dos elementos referidos no Art.º 254º-A do Código dos Valores Mobiliários. -----

2. Parecer: -----

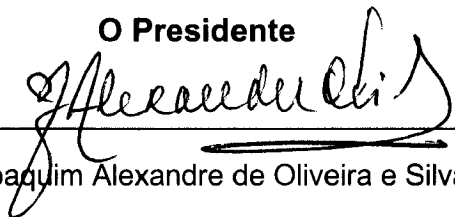
Face à análise realizada, é parecer do Conselho Fiscal que se encontram reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove: -----

- Os Relatórios de Gestão, e as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidados, relativas ao exercício social de 2013, com os respectivos anexos, nomeadamente o Relatório de Governo da Sociedade, anexo ao Relatório de Gestão e Contas consolidadas; e, -----
- A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração. -----

Porto, 8 de Abril de 2014

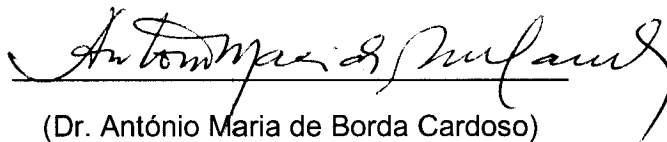
O Conselho Fiscal

O Presidente



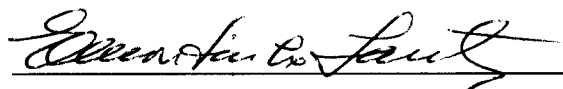
(Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva)

O Vice-Presidente



(Dr. António Maria de Borda Cardoso)

O Vogal

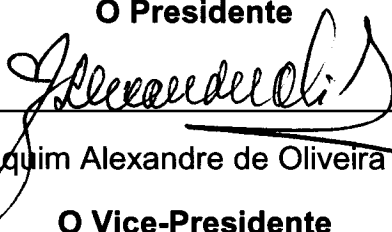


(Dr. Eduardo Moutinho Ferreira Santos)

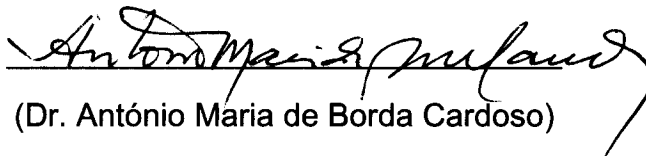
DECLARAÇÃO

Nos termos previstos na al. c) do nº1 do art.º 245º do Código dos Valores Mobiliários, informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento e perante os elementos a que tivemos acesso, a informação constante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da IBERSOL-SGOPS, SA, do ano de 2013, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da IBERSOL-SGOPS, SA, e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. -----

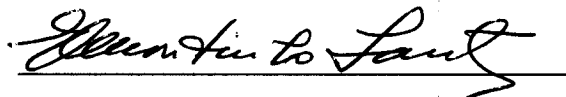
Porto, 8 de Abril de 2014

O Conselho Fiscal**O Presidente**

(Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva)

O Vice-Presidente

(Dr. António Maria de Borda Cardoso)

O Vogal

(Dr. Eduardo Moutinho Ferreira Santos)